



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE CASCAVEL
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM LETRAS
NÍVEL DE MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM LINGUAGEM E SOCIEDADE**

ELIANE KIST

LINGUAGEM É MEIO, (DES)MANIPULAÇÃO É FIM?

CASCAVEL – PARANÁ

2020

ELIANE KIST

LINGUAGEM É MEIO, (DES)MANIPULAÇÃO É FIM?

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste – para a obtenção do título de Mestre em Letras, junto ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras, nível de Mestrado e Doutorado - Área de Concentração em Linguagem e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Estudos Discursivos: Memória, Sujeito e Sentido.

Orientador: Prof. Dr. João Carlos Cattelan.

CASCADEL – PARANÁ

2020

Dedico este trabalho a todos os professores e professoras do nosso país, que lutam constantemente para levar conhecimento aos seus alunos.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Cecília Kist, por ser minha inspiração de vida.

Ao meu pai Egídio Pedro Kist (*in memoriam*).

A meu marido, Paulo Konzen, por ter me acompanhado nessa trajetória.

À minha irmã, Janete Kist, e minhas sobrinhas Marjorie e Stephanie.

Ao meu orientador, Prof. Dr. João Carlos Cattelan, que tem compartilhado a caminhada acadêmica comigo desde os primeiros passos.

Aos colegas do Curso de Mestrado em Letras, agradeço pelas conversas e trocas de experiências.

Às professoras da banca examinadora, Profa. Dra. Dantielli Assunção Garcia e Profa. Dra. Nádia Régia Maffi Neckel por terem se colocado à disposição para ler meu trabalho e oferecerem suas valiosas interpretações.

A todos os demais professores, colegas, amigos e familiares que, de alguma forma, contribuíram com essa jornada.

A todos aqueles que acreditam na ciência e no poder transformador da educação.

Sempre que a relevância do discurso entra em jogo, a questão torna-se política por definição, pois é o discurso que faz do homem um ser político.

(Hannah Arendt)

Vivemos num tempo de chantagem universal,
Que toma duas formas complementares de escárnio:
Há a chantagem da violência e a chantagem do entretenimento.
Uma e outra servem para a mesma coisa:
Manter o homem simples longe do centro dos acontecimentos.
(José Ortega y Gasset)

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Imagem da página Caneta Desmanipuladora no Facebook	03
FIGURA 2 – Postagem da página Caneta Desmanipuladora sobre matéria do Jornal <i>O Estado de São Paulo</i> (27/06/2016)	24
FIGURA 3 – Postagem da Caneta Desmanipuladora sobre matéria do Jornal <i>Folha de São Paulo</i> (18/12/2017)	48
FIGURA 4 – Postagem da Caneta Desmanipuladora sobre matéria do Jornal <i>O Estado de São Paulo</i> (24/09/2017)	54
FIGURA 5 – Postagem da Caneta Desmanipuladora sobre matéria do Jornal <i>O Globo</i> (04/09/2016).....	56
FIGURA 6 – Postagem da Caneta Desmanipuladora sobre matéria do Jornal <i>O Globo</i> (24/05/2016)	62
FIGURA 7 – Postagem da Caneta Desmanipuladora sobre matéria do Jornal <i>O Estado de São Paulo</i> (19/05/2018)	67
FIGURA 8 – Postagem da Caneta Desmanipuladora sobre matéria do Jornal <i>O Estado de São Paulo</i> (26/05/2016)	75
FIGURA 9 – Postagem da Caneta Desmanipuladora sobre matéria do Jornal <i>O Estado de São Paulo</i> (15/05/2016)	78
FIGURA 10 – Postagem da Caneta Desmanipuladora sobre matéria do Portal G1 (24/05/2016)	81
FIGURA 11 – Postagem da Caneta Desmanipuladora sobre matéria do Jornal <i>O Globo</i> (22/05/2016)	88

KIST, Eliane. **Linguagem é meio, (des)manipulação é fim?** 2020. (102 p.). Dissertação (Mestrado em Letras) – Unioeste - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel-Paraná, 2020.

RESUMO

Nesta pesquisa, fundamentada nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso francesa, buscamos analisar os movimentos discursivos imbricados no processo de “desmanipulação” de manchetes da Grande Mídia, empreendidos pela página Caneta Desmanipuladora, com o objetivo de compreender os efeitos de sentido do que entendemos como um *contraste linguístico*, decorrente da sua intervenção sobre as manchetes. Para compreender os efeitos de sentido desse contraste linguístico, observamos as posições ocupadas no processo discursivo, a fim de apreender, do confronto discursivo operado no processo de (des)manipulação, o modo como cada posição-sujeito gerencia, por meio da língua, o interdiscurso, a memória e o sentido para sustentar e legitimar seu discurso. Para esta pesquisa, constituímos um *corpus* com 48 manchetes “desmanipuladas” que circularam entre 2016 e 2018 nas páginas da Caneta Desmanipuladora no Facebook e Twitter. Desse conjunto de materialidades, fizemos um recorte metodológico selecionando dez manchetes sobre as quais incidiram nossas análises. Deste estudo, podemos depreender que as reflexões operadas pela Caneta Desmanipuladora produzem um deslocamento de sentido, resultado do trabalho da ideologia que se encarrega de produzir o efeito de evidência no sujeito e na sua relação imaginária com a língua, e que orienta os discursos. Assim, entendemos que o trabalho de “desmanipulação” feito pela página não se configura simplesmente em uma reedição jornalística, mas em um confronto discursivo em torno de denominações de acontecimentos sócio-políticos. E sua intervenção consiste exatamente em perturbar a ordem estabelecida pelo discurso hegemônico, acentuando as linhas de clivagem, numa tentativa de desconstruir sua literalidade. Assim, propomos discutir como esse processo de produção de evidências se constitui no discurso das mídias e como estas se inscrevem no processo de produção de sentidos pelo mecanismo ideológico de apagamento do processo de interpelação/identificação sob a forma da autonomia.

PALAVRAS-CHAVE: Caneta Desmanipuladora; Manchetes; Deslocamentos discursivos; Efeitos de sentido.

KIST, Eliane. **Language is means, (dis)manipulation is end?** 2020. (102 p.). Thesis (Master of Language Arts) — Unioeste - State University of the West of Paraná, Cascavel-Paraná.

ABSTRACT

In this research, based on the theoretical assumptions of the French Discourse Analysis, we seek to analyze the discursive movements imbricated in the process of "dismanipulation" of headlines in the Big Media, undertaken by the Pen Dismanipulating page, with the aim of understanding the meaning effects of what we understand as a linguistic contrast, resulting from his intervention on the headlines. To understand the meaning effects of this linguistic contrast, we observe the positions occupied in the discursive process, in order to apprehend, from the discursive confrontation operated in the process of (de) manipulation, the way in which each subject position manages, through language, interdiscourse, memory and meaning to support and legitimize his speech. For this research, we constituted a corpus with 48 "unmanipulated" headlines that circulated between 2016 and 2018 on the Caneta Desmanipuladora pages on Facebook and Twitter. From this set of materialities, we made a methodological approach by selecting ten headlines on which our analysis focused. From this study, we can infer that the reflections operated by the Dismanipulating Pen produce a displacement of meaning, the result of the work of the ideology that is in charge of producing the effect of evidence in the subject and in his imaginary relationship with language, and that guides the discourses. Thus, we understand that the "dismanipulation" work done by the page is not simply a journalistic reissue, but a discursive confrontation around the names of socio-political events. And his intervention consists exactly in disturbing the order established by the hegemonic discourse, accentuating the lines of cleavage, in an attempt to deconstruct its literality. Thus, we propose to discuss how this process of producing evidence is constituted in the discourse of the media and how they are inscribed in the process of producing meanings through the ideological mechanism of erasing the process of interpellation / identification in the form of autonomy.

KEYWORDS: Dismanipulating Pen; Headlines; Discursive displacements; Sense effects.

KIST, Eliane. **¿Es el lenguaje un medio, es la (des) manipulación un fin?** 2020. (102 p.). Disertación (Maestría en Letras) - Unioeste - Universidad Estatal del Oeste de Paraná, Cascavel-Paraná, 2020.

RESUMEN

En esta investigación, partiendo de los supuestos teóricos del Análisis del Discurso Francés, buscamos analizar los movimientos discursivos insertados en el proceso de "desmanipulación" de los Titulares de los Grandes Medios, realizado por la página Pen Dismanipulating, con el fin de comprender los efectos. el significado que entendemos Un contraste lingüístico, correspondiente a su intervención en los titulares. Para entender los efectos de significado de este contraste lingüístico, observamos las posiciones ocupadas, no el proceso discursivo, para aprender, la confrontación discursiva no opera el proceso de (des) manipulación, ni la forma en que se maneja la posición de cada sujeto, a través del lenguaje. , o el interdiscurso, para que la memoria y el significado apoyen y legitimen su discurso. Para esta investigación, constituimos un corpus de 48 titulares "sin tratar" que circularon entre 2016 y 2018 en las páginas de Pen Dismanipulating, y no en Facebook y Twitter. Luego de una serie de materialidades, hicimos un abordaje metodológico, seleccionando diez machetes según se enfocaban en nuestros análisis. A partir de este estudio, podemos creer que las reflexiones operadas por Pen Desmanipuladora producen un desplazamiento de sentido, resultado de la ideología que se encarga de producir o el efecto de evidencia no sujeta a su relación imaginaria con el lenguaje, y que guía los discursos. Asimismo, entendemos que el trabajo de "desmanipulación" que se da en la página no es simplemente una reedición periodística, sino un enfrentamiento discursivo en torno a los nombres de hechos sociopolíticos. Su intervención consiste precisamente en perturbar el orden instituido del discurso hegemónico, acentuando así las líneas divisorias, sin intentar deconstruir su literalidad. Asimismo, nos proponemos discutir cómo se constituyó este proceso de producción de evidencia, y no el discurso mediático, y cómo estos se inscriben en el proceso de producción de significados a través de un mecanismo ideológico de supresión del proceso de interpelación / identificación en forma de autonomía.

PALABRAS-CLAVE: Bolígrafo Desmanipulador; Titulares; Desplazamientos discursivos; Efectos de sentido.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	01
2. A ANÁLISE DO DISCURSO DE LINHA FRANCESA: UMA TEORIA DE CONTESTAÇÃO E RUPTURAS	10
2.1 LÍNGUA, DISCURSO E SUJEITO	14
2.2 FORMAÇÃO IDEOLÓGICA E FORMAÇÃO DISCURSIVA: POSIÇÃO- SUJEITO NO DISCURSO	20
2.3 O INTERDISCURSO E A MEMÓRIA DISCURSIVA: LUGARES DA CONSTITUIÇÃO DOS SENTIDOS	35
3. A MATERIALIZAÇÃO DO SENTIDO NA CONSTITUIÇÃO DO DISCURSO	41
3.1 GRANDE MÍDIA X MÍDIA INDEPENDENTE.....	43
3.2 O PROCESSO DISCURSIVO DA CANETA DESMANIPULADORA: DESLOCAMENTO DE SENTIDOS	45
3.3 A LUTA PELOS SENTIDOS DAS PALAVRAS: GESTOS DE INTERPRETAÇÃO	60
4. MANIPULAÇÃO, DESMANIPULAÇÃO OU INTERPELAÇÃO?.....	85
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
6. REFERÊNCIAS.....	95

1. INTRODUÇÃO

A evolução tecnológica produziu modificações nos meios tradicionais de comunicação ao aliar diferentes ferramentas cada vez mais eficientes, potencializando a circulação da informação e operando deslocamentos na forma de interação entre as pessoas e as relações espaços/distâncias institucionais. Efeitos destas mudanças, podemos observar na disposição entre mídia e público leitor: as configurações tecnológicas permitiram que a relação imprensa/leitor se modificasse ao longo do tempo tornando-a mais dinâmica e interativa, pois, com a internet, houve uma migração da imprensa jornalística para o jornalismo digital, criando condições para o leitor interagir de forma mais ativa com os grandes veículos de comunicação.

Esse arranjo possibilitou que os formatos de mídias independentes passassem a disputar, cada vez mais, espaço com o jornalismo tradicional. Diferentemente das mídias tradicionais, as coberturas jornalísticas das mídias independentes criam um link direto entre o acontecimento e o público que as acompanha. Uma transmissão ao vivo, por exemplo, é feita sem cortes e sem filtros, mesclando a realidade com a informação, mediadas pelo olhar do jornalista. Desta forma, consegue-se trazer um ponto de vista mais próximo da realidade, sem interferência da edição das grandes redações, aproximando o público dos acontecimentos em tempo real. Frutos de um processo em rede, as mídias independentes foram se firmando ao longo do tempo. Atualmente, conferem uma maior pluralidade no campo da notícia ao promoverem um exercício de democratização dos meios de comunicação e do midiativismo, questões fundamentais para a democracia brasileira.

As configurações tecnológicas dentro do campo da comunicação levaram a imprensa tradicional a adaptar-se aos algoritmos das plataformas digitais e buscar a criação de um conteúdo jornalístico mais atrativo para o leitor/internauta. Por meio de cliques e compartilhamentos das notícias, a grande mídia busca manter seu primado como intermediária entre a notícia e o leitor. Porém, o seu lugar de protagonista, de detentora da verdade, é posto em questão pelo trabalho do jornalismo independente. Isso, porque, na atualidade, temos muitos escrevendo para muitos e a comunicação assumiu outra lógica, outra dinâmica. Bentes (2015, p. 13) argumenta que é preciso compreender essa “outra lógica de sentido”, compreender o modo de funcionamento

dessa prática de cooperação entre muitos e o modo como essa prática busca romper com a lógica da reprodução através da comunicação e informação. Segundo a autora, entender essa prática dialógica,

é uma experiência que altera ontologicamente o jornalismo pensado como prática de poder, que se esconde sob o manto do informar, "reportar", reproduzir. Estamos vendo **um deslocamento da comunicação para a sua função expressiva e de invenção**, nessa conversação de muitos com muitos. Não que essas funções clássicas desapareçam. Mas do que nos serve estarmos "informados", se não temos autonomia ou meios para criar conhecimentos derivados, para fazer da informação potência de transformação dos desejos e das crenças? (BENTES, 2015, p. 13. Grifos meus).

Para além das questões da informação, as modificações nesse campo permitiram que consumidores passassem também a ser produtores de conteúdo. Com isso, configurou-se um espaço propício para o surgimento de novos gêneros discursivos e uma maior circulação de conteúdos. O deslocamento dos espaços enunciativos, mobilizados por essa dinâmica de funcionamento, impulsionou o conflito de ideias, a reprodução de discursos e o jogo de poder entre grupos sociais. Para Bentes (2015, p. 19-20), este cenário nos mostra que estamos diante de uma mobilização global político-afetiva nas ruas e nas redes. Isto porque “os ciclos de lutas globais tornaram-se referência e laboratório global de novas lutas, e nessas experiências as imagens em tempo real produzem outra qualidade de relação com o presente e a constituição dos novos sujeitos políticos”.

O universo *online* da tecnologia e da inovação com suas soluções práticas nos conduz a pensar sobre a função do discurso das mídias e a forma como estes discursos afetam a maneira como lidamos com a linguagem e com a produção de sentidos no nosso dia a dia, pois, o discurso jornalístico, o discurso das mídias em geral, tem importância relevante na formação de opinião das pessoas. Daí a necessidade de se compreender como essa forma de comunicação funciona, tendo em vista que “não se trata de se "informar" no sentido jornalístico, mas efetivamente experimentar uma prática dialógica, em que a conversação entre muitos cria pensamento”. (BENTES, 2015, p. 12).

Nesta dissertação, buscamos compreender o funcionamento de determinados mecanismos de produção de sentidos no modo como uma página das redes sociais, intitulada Caneta Desmanipuladora, questiona as narrativas da Grande Mídia ao “desmanipular” manchetes e notícias em circulação nas redes sociais. A página surgiu

em 2016 e “viralizou” no Facebook ao postar uma “desmanipulação” feita em um jornal impresso do *O Globo*, apresentando ao leitor outra interpretação possível da notícia. Ao trazer para seu campo discursivo manchetes veiculadas pela mídia tradicional, ela submete as manchetes a uma “desmanipulação” e apresenta outro viés de interpretação a elas. No processo de reescrita das manchetes, a página usa caneta de tinta vermelha para riscar e substituir algumas palavras que ela considera uma distorção ou falseamento dos fatos (uma manipulação da mídia). Assim, por meio do processo de reescrita das manchetes, a Caneta Desmanipuladora busca evidenciar a manipulação da Grande Mídia. O processo de “desmanipulação” é feito diretamente sobre a manchete, mantendo-se o produzido, sobrepondo uma correção sobre ele. Com sua intervenção linguística¹, a Caneta Desmanipuladora questiona o modo como a imprensa manobra a linguagem para produzir a informação, atribuindo a esta o adjetivo de manipuladora. Por esse motivo, através da “desmanipulação” ela aponta caminhos para outras interpretações possíveis das manchetes.

A imagem abaixo é do perfil da página, que conta hoje com 260 mil seguidores. Além da página principal, a Caneta Desmanipuladora mantém um projeto denominado “O Rascunho”. Trata-se de um grupo fechado que conta com colaboradores no trabalho de “desmanipulação” de manchetes da Grande Mídia.



FIGURA 1 - Imagem da página Caneta Desmanipuladora no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/canetadesmanipuladora>. Acesso em 12 jun. 2020.

¹ Neste estudo faremos referência ao processo de “desmanipulação” proposto pela Caneta Desmanipuladora nestes termos. Assim, quando utilizarmos a palavra “desmanipulação”, estaremos nos referindo à sua intervenção linguística sobre as manchetes.

Sabemos que a manchete é um gênero textual que sintetiza a notícia. E sua estrutura textual compreende uma quantidade exata de linhas e caracteres, comportando um texto curto que resume a notícia que precede. É, pois, um gênero específico e sua natureza discursiva é a de persuadir o leitor e levar o máximo de informação por meio de um emprego mínimo de palavras. Segundo Sallorenzo (2018, p. 23), “a manchete é, então, uma vitrine que transmite uma mensagem instantânea e de consumo instantâneo”.

Tomando o discurso da Caneta Desmanipuladora como nosso objeto de análise, observamos que no processo de “desmanipulação” existe um princípio regulador: um contraste linguístico, que entendemos como o efeito do funcionamento do político na linguagem. Para compreender as direções de sentido desse contraste linguístico, mobilizamos o conceito de *político* conforme preconizado por Orlandi (1996, p. 21-22), como “o fato de que o sentido é sempre dividido, tendo uma direção que se especifica na história, pelo mecanismo ideológico de sua constituição.” Assim, nosso objetivo de análise é investigar os efeitos de sentido da produção discursiva da Caneta Desmanipuladora, referente à sua prática de “desmanipulação” de manchetes/notícias da grande mídia, buscando demonstrar como se dá este processo de contraste linguístico e os efeitos de sentido que dele resultam.

Para pensar o processo de desmanipulação das manchetes e seus efeitos de sentido, recorreremos às ferramentas conceituais da Análise de Discurso francesa, tomando as manchetes em sua opacidade, para, então, investigar a estratégia utilizada pela Caneta Desmanipuladora e a que ela nos convoca a entender. Faremos isso refletindo sobre as maneiras como as instituições “regulam os gestos de interpretação, dispendo sobre o que se interpreta, como se interpreta, quem interpreta, em que condições” (ORLANDI, 2007, p.11). Neste estudo, percebemos as mídias como uma *prática discursiva* que influencia sobremaneira a opinião pública, considerando a não neutralidade de seu discurso. É nesse sentido, e levando em conta a influência das mídias, que buscamos observar a prática discursiva da Caneta Desmanipuladora e o modo como esta produz efeitos de sentido a partir de uma intervenção linguística sobre as manchetes.

Com isso definido, nossa intenção é analisar a materialidade discursiva observando as condições de produção dos discursos: lugar social, posições-sujeito,

contexto de produção e o modo como essas condições são afetadas e afetam os discursos e a constituição dos sentidos. Com as condições de produção definidas, objetivamos alcançar as superfícies discursivas, trazendo à tona os efeitos de sentido que se desdobram no processo de “desmanipulação” das manchetes, investigando os efeitos de sentido que emergem na movência de substituição das palavras dos enunciados iniciais. Observamos o gesto da Caneta Desmanipuladora como um conjunto de processos de significação que consideramos pertinente discutir.

Ao investigar os efeitos de sentido da intervenção linguística da *Caneta* acerca dos dizeres que organizam e significam as manchetes da grande mídia, buscamos refletir sobre as práticas discursivas em espaços mediados pelas tecnologias. Especificamente, buscamos apresentar as condições de produção do discurso, demonstrando como se dá o vínculo desse domínio de saber com as condições históricas e sociais e sua relação com a memória que sustenta a produção do discurso, explicitando, desta forma, as determinações do contexto sócio-histórico-ideológico, presentes nos processos de ressignificação das manchetes. Deste modo, buscamos observar na materialidade linguística o funcionamento da disputa pelas palavras, instaurada entre os saberes dos dois domínios discursivos: o discurso legitimado (discurso institucionalizado da grande mídia) e o que busca se autenticar/legitimar nesse espaço (discurso da mídia alternativa/independente, tais como o da Caneta Desmanipuladora). Com esta abordagem, queremos trazer à superfície os efeitos de sentido do processo interdiscursivo. Para tanto, utilizamos categorias de análise que permitem compreender o discurso como instância material da relação sujeito/linguagem/mundo.

O contexto de produção e circulação das manchetes, que compõe o *corpus* da pesquisa, se deu em meio ao processo político de impedimento e destituição da Presidenta Dilma Rousseff, ocorrido em 2016. Esse acontecimento repercutiu nos meios de comunicação gerando discursividades em torno de seu desdobramento: o processo de impedimento da Presidenta Dilma mobilizou diferentes opiniões e o acirramento político, intensificando a polarização política no país. Amplamente discursivizado pelas mídias, este acontecimento produziu diferentes efeitos de sentido pela forma como foi conduzida a sua cobertura jornalística, gerando controversas. Esse é, portanto, o pano de fundo de surgimento da página Caneta Desmanipuladora nas redes sociais.

Esta pesquisa foi constituída a partir de um *corpus* com 48 manchetes que circularam na página Caneta Desmanipuladora no período de 2016 a 2018, sobre o qual fizemos um recorte metodológico selecionando dez manchetes (sequências discursivas) que consideramos pertinentes para nossa análise. A motivação da escolha do *corpus* se deu pelo conjunto de enunciados que apresentam em sua formulação elementos que estabelecem relação com o objetivo pretendido. Além disso, os textos selecionados permitem observar a relação entre as sequências discursivas para determinar as zonas de funcionamento do discurso e o ponto de vista semântico do discurso postos em jogo no processo de desmanipulação das manchetes.

Levamos em conta nessa seleção formulações que apresentassem o que consideramos inicialmente um efeito de repetição do mesmo: esse efeito consiste em dizer o mesmo em forma de espelhamento, articulado sob o efeito de transparência. Ou seja, o discurso da *Caneta* estaria apenas repetindo o discurso da Grande Mídia, dizendo o mesmo de forma diferente e, assim sendo, não haveria um rompimento com o discurso hegemônico. Como a finalidade é pensar discursivamente a respeito deste objeto, mobilizamos da teoria da Análise de Discurso francesa nosso aporte teórico. Convocamos para esse estudo noções que visam apreender os efeitos de sentido em funcionamento, analisando as condições de produção do discurso. Podemos dizer que esta pesquisa é uma reflexão sobre produção de sentidos e interpretação; isto, porque consideramos o processo de produção discursiva e o efeito de evidência como condutores dos sujeitos e dos sentidos.

Assim sendo, dividimos este trabalho em três capítulos. No primeiro capítulo, realizamos uma breve discussão teórico-metodológica e situamos a pesquisa na vertente da Análise de Discurso francesa, apresentando os elementos conceituais que mobilizaremos em nossas análises: as noções de formação ideológica, posição-sujeito, formação discursiva, interdiscurso e memória discursiva. Neste momento do trabalho, trazemos um pouco de análise do objeto de estudo, tendo em vista a possibilidade de apresentar algumas das categorias mobilizadas e seu funcionamento quando aplicadas à materialidade linguística. Assim sendo, partimos de um olhar sobre uma tensão estabelecida em torno da disputa por palavras que levam para o campo da linguagem conflitos político-ideológicos. Com as categorias de análise buscamos observar o modo de funcionamento e movimento desta tensão estabelecida nesse jogo de forças,

fundamentando nossa descrição e observando os lugares de inscrição dos sujeitos, as posições que estes ocupam e as relações semânticas estabelecidas.

Dando seguimento ao trabalho, dedicamos o segundo capítulo para a análise das demais sequências discursivas do *corpus* de pesquisa. Neste momento de exercício analítico, aplicamos as noções mobilizadas da teoria para proceder à leitura, descrição e análise da materialidade discursiva, fazendo o cotejo entre a teoria e a análise, com vistas a chegar ao processo discursivo que domina o *corpus* discursivo. Nesse sentido, pretendemos ir além do que se diz, do que fica na superfície das evidências, ou seja, compreender o que a mobilização das palavras nas manchetes pode trazer à superfície além das aparências.

Para compreendermos os efeitos da interdiscursividade entre as mídias, fizemos um contraponto entre os dizeres que atravessam as manchetes. Assim, buscamos observar o modo como as condições de produção determinam as posições-sujeito e o modo como estas se relacionam. Diante disso, entendemos que as condições de produção - pela forma como estas convocam o interdiscurso, elemento de sustentação dos processos de significação, - marcam, na relação com a linguagem, as posições assumidas nos discursos. A busca de compreender os efeitos de sentido das palavras sob uma perspectiva discursiva - quando os dados são colhidos a partir de palavras ou imagens e são analisados a fim de estabelecer uma compreensão sobre o objeto de estudo - conduziu a adoção da abordagem metodológica da pesquisa qualitativa, “compreendida como uma investigação que tem o objetivo de perceber o que os sujeitos experimentam, como interpretam suas experiências e como estruturam a sua vida social” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 35).

Observamos, no decorrer do trabalho, uma aproximação do gesto da Caneta Desmanipuladora a certa prática de explicação do texto, aproximando-se de um ponto de vista pedagógico. Essa constatação parte da observação dos recursos utilizados pelos administradores do perfil da página. Esse discurso comparece na forma como é feita a correção das manchetes, apontando os “erros” encontrados nos enunciados, quando, por exemplo, a Caneta Desmanipuladora imprime um risco ou um “x” com caneta de tinta vermelha sobre algumas palavras, sugerindo substituí-las por outras. Durante o transcorrer do trabalho, passamos a observar as implicações desse gesto na construção dos sentidos. Além da releitura que faz da grande imprensa, a página ainda produz um

lead explicando o porquê da substituição sugerida por ela.² Desta forma, por meio de intervenções linguísticas, a Caneta Desmanipuladora busca desmanipular o discurso da chamada grande mídia, apontando para outras possíveis significações, outro ponto de vista sobre o que é noticiado pela mídia hegemônica. Por essa razão, ela define ironicamente sua página como aquela que tem a função de “Traduzir o midiês”. Interessa-nos, portanto, compreender como se dá essa tradução.

Entendemos o gesto de intervenção da *Caneta* como um movimento de resistência ao discurso hegemônico. Consideramos, nesse gesto, o modo como ela toma uma posição de contestadora das narrativas da mídia tradicional. Um dos aspectos importantes deste movimento de resistência é que ele acontece num cenário mediatizado, no qual as ferramentas tecnológicas possibilitam essa intervenção adjacente, direto na fonte, como é proposto pela Caneta Desmanipuladora. Esta interferência instantânea é possível por conta das mudanças e do acesso às novas formas de comunicação eletrônica. Mas é também uma luta,

um esforço enorme para a construção de um Comum, de um solo de lutas, que não "centraliza", nem unifica, mas potencializa diferenças. Isso é criar autonomia”. A palavra e a expressão mídia "independente" é insuficiente para descrever esses diferentes modelos e experiências, quando tudo se comunica e somos codependentes uns dos outros. A ecologia midiativista e esse outro jornalismo só existem porque emergiu uma miríade de mídias e coletivos em todo o Brasil e no mundo. Uma ruidocracia propriamente contemporânea. (BENTES, 2015, p. 18).

A partir destas premissas, buscamos sustentar nossa pesquisa descrevendo o modo de funcionamento dos discursos que emergem das sequências discursivas colhidas do *corpus*. Fizemos isso investigando como cada um dos saberes que conflitam nas manchetes estabelece sua relação com a exterioridade, destacando o modo como mobilizam as palavras, recuperando outros dizeres no interdiscurso. Através das categorias de interdiscurso e de memória, passamos a observar como a relação com a exterioridade é acionada para significar cada um dos dizeres e quais efeitos de sentido produzem. O estudo se inscreve, portanto, numa perspectiva que pretende compreender

² *Lead*: o *lead* é a abertura da matéria. Nos textos noticiosos, deve incluir, em duas ou três frases, as informações essenciais que transmitam ao leitor um resumo completo do fato. Precisa sempre responder às questões fundamentais do jornalismo: o que, quem, quando, onde, como e por quê (...). Graficamente, recomenda-se que o *lead* tenha no máximo 4 a 5 linhas de 70 toques. Nada impede, porém, que ocupe uma ou duas linhas, apenas, em casos excepcionais ou quando se tratar de informações de impacto. Mais que nas demais partes do texto, o *lead* deve ser objetivo, completo, simples e, de preferência, redigido na ordem direta. (Cf. **Manual de Redação do Estadão**. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/manualredacao/esclareca/leads>. Acesso em: 15 jun. 2019).

“a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua” (ORLANDI, 2005, p. 16).

Ainda nesta parte do trabalho, refletimos sobre o funcionamento das formações ideológicas e a forma como estes formadores governam os discursos. Bem como a determinação que as formações discursivas exercem sobre os discursos, evidenciando suas filiações com outros dizeres. Neste momento do trabalho, buscamos demonstrar como cada formação discursiva funciona e estabelece as suas relações com o interdiscurso, o “todo complexo com dominante das formações discursivas” (PÊCHEUX, 2014, p. 149). Desta forma, por intermédio do aparato teórico-metodológico da Análise do Discurso, buscamos, no fio dos dizeres, o processo discursivo, visando detectar os enunciados elementares do discurso.

Finalmente, no terceiro capítulo, trazemos uma reflexão acerca do conceito de *desmanipulação* utilizado pela *Caneta*. Vale lembrar que, quando os discursos ganham a dimensão das grandes mídias passam a ser conhecidos da coletividade e, dessa forma, os sentidos postos em circulação orientam as conversações cotidianas, contribuindo, inclusive, para a alteração de agendas políticas do país, dando maior visibilidade a determinadas causas políticas e não outras. Diante disso, buscamos refletir sobre estas influências, contrapondo-as ao objeto de análise deste estudo.

2. A ANÁLISE DO DISCURSO DE LINHA FRANCESA: UMA TEORIA DE CONTESTAÇÃO E RUPTURAS

A trajetória da Análise do Discurso é o da constituição de um campo de saber movido por embates e rupturas. Seu alicerçamento teórico é o resultado de intensos diálogos ocorridos entre grupos de intelectuais engajados politicamente. Como ocorre em todo campo científico, sua formação se deu por meio de construções e desconstruções ao longo de todo o percurso até o seu amadurecimento.

Em sua formação inicial, a Análise do Discurso se fortaleceu teoricamente ao estabelecer uma relação interdisciplinar com outros campos de saberes como o Materialismo Histórico, a Linguística e a Teoria do Discurso. Por este motivo ela é conhecida como uma disciplina de entremeio. Essas três regiões do conhecimento são ainda atravessadas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica. As contribuições trazidas da confluência com esses três domínios se deram da seguinte forma: da Linguística, a Análise do Discurso promove o deslocamento da noção de *fala* para *discurso*; do Materialismo Histórico trouxe a teoria da *ideologia*; da Teoria do Discurso, a determinação *histórica* dos processos semânticos. Da Psicanálise, a Análise do Discurso trouxe o conceito de *sujeito* (PÊCHEUX; FUCHS, 2014, p. 160, grifos no original).

A relação interdisciplinar com esses três campos de conhecimento se dá por meio de deslocamentos e rupturas com as práticas destas outras áreas. Esta teoria trabalha a relação língua-discurso-ideologia, tomando como objeto teórico o *discurso* (PÊCHEUX; FUCHS, 2014, p. 160). Assim constituída, interessa a essa “disciplina da interpretação” compreender como o discurso funciona na/pela linguagem produzindo sentidos, pois, em suas abordagens, ela leva em conta o sujeito, o sentido e a história.

Michel Pêcheux é um dos fundadores da Análise do Discurso de filiação francesa. Podemos dizer que toda uma conjuntura intelectual contribuiu teoricamente para o desenvolvimento do projeto da Análise do Discurso. Essa corrente de pensamento foi sendo criada em um momento de efervescência histórico-política na França de 1968. As transformações sociais e políticas, naquele momento, alimentaram uma vontade de mudança na sociedade, que se fortalecia em direção ao rompimento com as concepções vigentes na época. Como menciona Paveau (2008, p. 14), a Análise do Discurso de tradição francesa:

foi um extraordinário momento de prática teórica e científica para as ciências humanas francesas. Com um fundo de luta política e ideológica, no pano de fundo do pensamento althusseriano, e amarrada a uma reflexão em que a história, a filosofia, a psicanálise e a linguística dialogaram, essa análise do discurso marcou profundamente a pesquisa francesa.

É certo que, desde o seu surgimento, a Análise do Discurso tinha como objetivo romper com concepções que excluía o sujeito das condições de produção dos discursos: os estudos estruturalistas, concepção predominante naquele período, não consideravam os fatores extralinguísticos como elementos constituintes em suas análises, priorizando um estudo da língua voltado para o seu sistema interno, restringindo, desta forma, as análises à frase. Contrapondo-se a essas concepções, o projeto da Análise de Discurso francesa parte da “relação necessária entre o dizer e suas condições de produção, colocando a exterioridade como fundamental nessa relação” (BRANDÃO, 1997, p. 16).

Sob o pseudônimo de Thomas Herbert, em um de seus textos - que leva o título de “Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social” ([1966] 2015a) -, Pêcheux traz uma discussão sobre as práticas das Ciências Sociais e seus instrumentos de investigação. De acordo com Pêcheux, as técnicas desenvolvidas nelas sempre estiveram vinculadas a uma prática política. A partir dessa proposição, ele traz para o campo da reflexão e da crítica as técnicas de investigação e a ideologia. Para fundamentar sua crítica ao que ele considerava como um estado pré-científico das ciências, Pêcheux faz uma série de reflexões sobre as práticas técnicas e políticas, levantando um questionamento sobre o papel que as ciências sociais pretendiam desempenhar no conjunto da prática social. Ainda neste texto, Pêcheux fala das distinções sobre a natureza dessa prática e sua relação com o fazer teórico, apontando alternativas para que elas adquirissem autonomia.

Por meio de suas críticas, Pêcheux (2015a, p. 53) apresenta propostas com vistas a uma “transformação produtora do objeto científico”, trazendo para a discussão a relação entre as técnicas de investigação e a ideologia. Precisamente, sua intenção era promover uma ruptura no campo ideológico das Ciências Sociais. Inicialmente nos estudos de Pêcheux, a ideologia apresenta-se como um subproduto da prática técnica. Mais, ao final, por meio de um esquema teórico, Pêcheux assume a tese de que o “processo ideológico deve ser compreendido como a combinação do efeito metafórico

com o metonímico” (PÊCHEUX, 2015a), trazendo, assim, o ponto de partida para pensar a constituição da Análise do Discurso.

De acordo com Henry (2014, p. 13-24), este texto é fundamental para compreender aquilo que Pêcheux objetivava ao desenvolver a análise automática do discurso: “fornecer às ciências sociais um instrumento *científico* de que elas tinham necessidade, um instrumento que seria a contrapartida de uma abertura teórica em seu campo”. Com suas propostas, Pêcheux apontava para alianças na constituição da Análise do Discurso. Esta aliança ficou conhecida como a tríade que edificou a sua base teórica: Linguística, Psicanálise e História.

Por meio de suas proposições inovadoras, Pêcheux colocava em questão a noção de leitura e interpretação adotadas nas ciências. Com isso, seu objetivo principal consistia, naquele momento, em “abrir uma fissura teórica e científica” que possibilitasse uma ruptura com a conjuntura dominada pelo estruturalismo no campo das Ciências Sociais e Humanas, capaz de conduzir para reflexões acerca de uma nova teoria e seu objeto: o *discurso*. Segundo Paul Henry (2014, p. 26), é justamente para “romper com a concepção instrumental tradicional da linguagem que Pêcheux fez intervir o discurso e tentou elaborar teoricamente, conceitualmente e empiricamente uma concepção original sobre este.” Posteriormente, na obra “Por uma Análise Automática do Discurso” ([1969] 2014), Pêcheux reúne textos que apresentam “seu objetivo profissional principal” (HENRY, 2014, p. 24). A essa vontade de mudança no campo das ciências humanas e sociais, foram se agregando esforços para a constituição da Análise do Discurso e também de seu objeto empírico. Munido com um projeto bastante audacioso, Michel Pêcheux estabeleceu a relação entre discurso/sujeito/história, constituindo a Análise de Discurso de linha francesa.

O projeto apresentado por Pêcheux percorreu os espaços deixados em aberto pela Linguística. Sua investida foi contra o impedimento da passagem da fala para o texto e a da separação do enunciado da enunciação. Foi justamente nesse espaço que a Linguística “deixou a descoberto” que a Análise do Discurso viu uma possibilidade de ruptura teórico-metodológica. Com vistas a superar essa separação imposta pela linguística estruturalista, Pêcheux defendia uma concepção de estudos da língua que levasse em conta não só seus sistemas internos, mas também a relação entre a língua, o homem e as condições de produção da linguagem. Por isso sua defesa da tese de que “o discurso encontra-se na exterioridade, no seio da vida social”, e sua apreensão implica

levar em conta os aspectos ideológicos e históricos “próprios à existência dos discursos nos diferentes contextos sociais” (PÊCHEUX, 2015c, p.125-128).

Como podemos perceber, a Análise do Discurso se configurou desde seu início como uma teoria que trabalha com a linguagem, mas que concentra seu interesse na exterioridade que se materializa nela, nos sentidos produzidos historicamente que se materializam através da linguagem, em condições de produção específicas, ligados a uma memória. Trata-se de uma disciplina que busca compreender o funcionamento da língua produzindo sentidos na sua relação com a história. Para tanto, apresentou propostas e instrumentos de análise que direcionassem outro olhar sobre a linguagem. Com essa mudança de paradigma, a língua, para a Análise do Discurso, deixa de ser aquela compreendida pela teoria estruturalista, no nível da *langue*, passando a ser considerada a partir de uma concepção materialista. O objeto teórico do qual a Análise do Discurso se ocupa, portanto, é o *discurso*. E o discurso é prática de linguagem. A partir de reflexões marxistas e materialistas sobre a linguagem, Pêcheux (2015d, p. 214) define discurso como

uma sequência linguística de dimensão variável, geralmente superior à frase, referida às condições que determinam a produção dessa sequência em relação a outros discursos, sendo essas condições propriedades ligadas ao lugar daquele que fala e àquele que o discurso visa, isto é, àquele a quem se dirige formal ou informalmente, e ao que é visado através do discurso.

Embora não seja a língua seu objeto, o discurso necessita de elementos linguísticos para adquirir existência material. De forma que é por meio do processo discursivo - processo de produção do discurso - que podemos observar a relação entre a língua e a ideologia, já que é através da língua que o discurso se materializa. Conforme Orlandi (2005, p. 16), para a Análise do Discurso, “o discurso é um objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto”. Ou seja, embora o discurso não trate da língua, os discursos são materializados a partir dela; e o texto (unidade de análise) representa a sua concretude. Queremos dizer com isso que o discurso é uma prática social e, ao conjugar o linguístico com o social, deve ser apreendido a partir da análise das relações de reprodução, priorizando a relação língua-sujeito-ideologia.

Dessa forma, na produção da linguagem, os fatores extralinguísticos são fundamentais para o momento da interpretação. Conforme sublinha Orlandi (2005, p. 15), etimologicamente a palavra discurso indica a ideia de percurso, de movimento, “na

Análise do Discurso procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral constitutivo do homem e da sua história”. Ela busca, portanto, a determinação histórica dos processos de significação e dos sujeitos.

2.1 LÍNGUA, SUJEITO E DISCURSO

Refletir sobre o discurso demanda pensar para além do sistema da língua. Queremos dizer com isso que analisar o discurso não é analisar o que o texto diz, mas analisar as condições que envolvem o discurso. Isto, porque, a Análise do Discurso não é linguística, mas se ampara na Linguística como teoria auxiliar. E isso implica em observar o modo como os sentidos trabalham através dos elementos linguísticos. No entanto, eles não podem ser totalmente explicados por meio de estruturas sintáticas, porque, como nos orienta a Análise do Discurso, as palavras não têm um sentido ligado à sua literalidade e dependem de elementos extralinguísticos. O discurso, deste modo, poderia ser descrito como “um processo que precisa ser explicado, enquanto materialidade concreta, de acordo com os interesses das formações sociais e com as diferentes práticas que refletem tais interesses através do modo como são produzidas e inscritas em um objeto simbólico – a língua”. (ZANDWEIS, 2016, p. 96). Desse modo, o valor que a palavra assume no processo discursivo é resultado de condições externas, de relações transversas que se materializam na linguagem. Por esse motivo, observar o modo como o discurso trabalha exige a compreensão de que este é heterogêneo e seu funcionamento deve ser descrito observando essa condição primordial. Diante do exposto, é importante entender que o funcionamento do discurso se dá pela materialidade linguística, mas que este não pode ser reduzido a ela. Na perspectiva de Orlandi (2005, p.16),

a primeira coisa a se observar na Análise do Discurso é que ela não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua do mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade.

Para a Análise do Discurso, portanto, a língua produz sentido na ordem do simbólico. Uma vez que o discurso não pode ter sua compreensão restringida à materialidade linguística, este deve ser compreendido e explicado, simultaneamente,

pela linguagem e pelos valores ideológicos que as palavras adquirem no processo discursivo, refletindo nestas as contradições sociais. O discurso, como materialidade concreta, é o processo pelo qual podemos compreender/descrever/analisar as diferentes práticas dos sujeitos refletidas na língua. Como orienta Ferreira (2003, p. 195), para a Análise do Discurso francesa, que é pautada por uma esta teoria materialista da linguagem, o exame das questões linguísticas não perdem de vista as considerações históricas e ideológicas, pois,

precisamente da língua e de seu encontro com a história surge a possibilidade de trabalhar o equívoco, que irrompe como lugar de resistência inerente à língua e à sua constituição. Isto evidentemente só se viabiliza se levarmos em conta uma noção de língua dotada de natureza instável, heterogênea por formação e contraditória. (FERREIRA. 2003, p. 15-16).

Nesta perspectiva, trabalhar com a linguagem significa trabalhar ao mesmo tempo com estruturas da língua e com significados preestabelecidos, mas que vão sendo ressignificados socialmente. Assim sendo, o discurso não compreende somente o texto verbal e não verbal, mas leva em conta a exterioridade que dá sentido à linguagem. Orlandi (2005, p.16) argumenta que é preciso observar o discurso como um “objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto”. Ou seja, se a língua é o lugar no qual o discurso se materializa, para apreender o discurso em funcionamento precisamos observá-la em suas *condições de produção* e a maneira como estas a afetam. Precisamos, assim, observar a historicidade refletida e construída pelas marcas da linguagem do próprio texto e o modo como este a representa. Ou seja, “Juntas e de modo simultâneo, materialidade linguística e histórica vão compor a materialidade discursiva”. (FERREIRA, 2003, p. 198).

Ao analisar o enunciado referente à vitória de François Mitterand nas eleições ocorridas na França em 1981, Pêcheux aponta para o lugar que a materialidade linguística deve ocupar nas práticas de análise. Ao descrever a materialidade léxico-sintática do enunciado *On a gagné*, Pêcheux destaca a opacidade deste enunciado conferindo importância à materialidade linguística, descrevendo e extraindo do enunciado as condições para a interpretação. Ao tratar sobre a língua, Pêcheux discute a relação desta com os processos discursivos que constituem o sentido. Em *Semântica e Discurso*, Pêcheux afirma que:

o sistema da língua é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo discurso: a língua se apresenta, assim, como a base comum de processos discursivos diferenciados.

De acordo com Ferreira (2003, p. 195), “a grande virada para a língua foi dada pelo próprio Pêcheux com as questões envolvendo o equívoco, como fato linguístico estrutural, o que abriu, por consequência, lugar para tratar da noção de real da língua, derivada da psicanálise”. Para a autora, esta foi, sem dúvida, uma virada decisiva e incontornável, referindo-se aos pressupostos discutidos por Pêcheux (1983) em *Discurso: estrutura ou acontecimento?*, quando este chama a atenção para o fato de que

todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxicosintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação.

Pêcheux defendia naquele momento que a interpretação devia pautar-se na descrição dos arranjos linguísticos, ou seja, de que era preciso dar atenção à descrição da materialidade linguística dando a relevância devida à língua nas práticas de análise. Conforme salienta Ferreira (2003, p. 196), a língua na Análise do Discurso,

é tomada em sua forma material enquanto ordem significante capaz de equívoco, de deslize, de falha, ou seja, enquanto sistema sintático intrinsecamente passível de jogo que comporta a inscrição dos efeitos linguísticos materiais na história para produzir sentidos. A passagem de uma forma linguística, tradicionalmente considerada nos estudos da linguagem, para uma forma material, onde não há mais a consideração da dicotomia forma/conteúdo traz algumas consequências de peso.

Podemos depreender destas asserções que as condições de produção (o exterior fora da linguagem) transformam as categorias linguísticas em enunciados concretos, no modo como esta exterioridade é trazida para o texto. Desse modo, podemos depreender destas considerações que o sujeito, ser social, define-se no discurso sempre em relação ao outro. Ou seja, os discursos se fazem em relação a outros discursos, porque se organizam já determinados pelas condições que o antecedem.

No discurso, as *condições de produção* definem a produção de um efeito de sentido. Pêcheux (2015d, p. 213-214) define as condições de produção do discurso como “o conjunto da descrição das propriedades relativas ao destinador, ao destinatário e ao referente”, segundo ele, porque essa produção é “um elemento que intervém na reprodução das relações de produção no nível político ou ideológico”. Ou seja, por se tratar da produção de um efeito, esse efeito é um elemento que intervém nas relações de produção político-ideológicas. Assim, ao falarmos, produzimos esse efeito de sentido, elemento que intervém na reprodução das relações de produção político-ideológicas. Isso acontece porque o discurso está associado às condições de produção - quem é A, quem é B e sobre o que dizem -, que determinam a produção desse efeito.

Daí o proposto por Pêcheux (2015d, p. 215-216) de que “atribuir as condições de produção de um discurso é atribuir a natureza dos lugares que são sustentados por A e B em relações a R”, ou seja, relativas à posição de cada um. O “lugar”, falado por Pêcheux, refere-se à distribuição dos agentes humanos (o lugar social) e a posição é relativa a como esse lugar é ocupado. Assim sendo, o lugar A e B é um conjunto de propriedades que tem relação com a distribuição dos agentes humanos numa certa sociedade. Por exemplo: jornalista é um lugar social. São lugares variáveis, mas são lugares nos quais o tempo todo estamos colocados e distribuídos; um lugar social, previsto e estabelecido. Já a posição é relativa a como esse lugar é ocupado, porque a forma de ocupar esse lugar varia de acordo com a condição de produção. Assim, o lugar é o mesmo, mas a forma distinta de ocupar esse lugar vai constituir a posição-sujeito. São essas as condições de produção que Pêcheux (2015d, p. 214) chama de “propriedades relativas ao emissor, destinatário e referente”.

É por esse motivo que Pêcheux afirma que as palavras e as frases mudam de sentido de acordo com a instituição e de acordo com o discurso em que elas se situam. O autor também sustenta que os processos discursivos que envolvem as condições de produção, propriedades, lugares, posições, referentes, são dominados por três condições: o discurso do sujeito é produzido dentro de determinadas condições de produção e essas condições de produção são afetadas pelo estado das representações que estão implicadas nesse processo. Ou seja, essas condições de produção são afetadas por aquilo que ele designou como representações imaginárias.

Em “Por uma Análise Automática do Discurso” (2014b, p. 84-83), Pêcheux faz uma crítica às teorias idealistas da linguagem, trazendo uma reflexão sobre a concepção

de sujeito. A concepção de linguagem subjetivista idealista não considerava a interferência de fatores sociais na enunciação, atribuindo, ao sujeito, uma condição de sujeito auto-centrado. O objetivo do projeto da Análise do Discurso era romper com as concepções subjetivistas e idealistas da linguagem. Assim, a grande questão da crítica que já vinha de algum tempo em relação ao método saussureano era a da concepção da língua como elemento estrutural. Pensada desta forma, a língua deixava de lado o sujeito, noção fundamental para a Análise do Discurso. Contestando as concepções estruturalistas, Pêcheux (2015c) coloca a exterioridade como marca fundamental nos estudos com a linguagem, promovendo um deslocamento teórico e inscrevendo a noção de sujeito na linguagem. Partindo das teses de Althusser de que “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos”, Pêcheux (2015c) entende que é na ideologia que deve ser buscada a constituição do sujeito. Ao trazer as ideias de Althusser para o terreno da linguagem, Pêcheux (2014a, p. 147) afirma que “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”.

Ao elaborar as bases de uma teoria materialista do discurso, Pêcheux (2015a) intervém no domínio da Linguística colocando questões acerca do seu próprio objeto. Ele afirma que o sistema da língua é o mesmo para todos, no entanto, isso não quer dizer que todos produzirão os mesmos discursos. Ela, a língua, constitui a base de processos discursivos diferenciados. Esta premissa nos mostra que a oposição *base linguística x processo discursivo*, permite depreender que o sistema linguístico possui uma autonomia relativa, pois este está submetido a leis internas que o regem. Sugere ainda que é “sobre a base dessas leis internas que se desenvolvem os processos discursivos” (PÊCHEUX, 2015b, p. 35). Nesse sentido, a língua funciona como a base comum para que dela se irrompam os processos discursivos. Citando E. Balibar, Pêcheux (2014a, p. 112) destaca que “a ‘indiferença’ da língua em relação à luta de classes caracteriza a *autonomia relativa do sistema linguístico*, e que, *dissimetricamente*, o fato de que as classes não sejam ‘indiferentes’ à língua se traduz pelo fato de que *todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes*.” Esta reflexão de Pêcheux é pertinente, pois permite pensar sobre o processo discursivo do qual nossa pesquisa se ocupa e que será apresentado a partir das análises. Sob esta perspectiva, no discurso, devemos levar em conta o aspecto linguístico como algo flexível, sujeito a movimento, uma vez que “o linguístico está inscrito em

condições de produção que repercutem as forças ideológicas da sociedade, confirmando seu caráter heterogêneo” (BRANDÃO, 1997, p. 32-34). Sendo justamente no cruzamento da língua com a exterioridade que podemos apreender o discurso como unidade de sentido.

A partir da noção de subjetividade, empregada nos estudos sobre a linguagem, as questões sobre o sujeito passaram a adquirir relevância, na medida em que ocorriam rupturas com a visão do objetivismo abstrato e a visão idealista que cercavam a noção de sujeito até então. O deslocamento do espaço da língua para os domínios do discurso, provocados pela Análise do discurso, demandou a necessidade de se pensar sobre os lugares atribuídos aos sujeitos. Cabe lembrar que, no quadro da Análise de Discurso francesa, o sujeito não é o indivíduo empírico, mas uma posição-sujeito. A concepção da noção de sujeito, na perspectiva materialista da linguagem, é a de um sujeito essencialmente histórico e ideológico.

Por ser um sujeito orientado socialmente, situado num espaço-tempo, sua fala reflete um recorte das representações desse espaço-tempo. Desta forma, o sujeito situa e organiza seu discurso sempre em relação a outros discursos, dividindo esse espaço com outros dizeres. “Esse outro envolve não só o destinatário, para quem o sujeito organiza e ajusta seu discurso (nível intradiscursivo), mas também os discursos preexistentes, os já-ditos (nível interdiscursivo)” (BRANDÃO, 1997, p. 49-50), que vão aparecer no discurso. Nesse sentido, a concepção de sujeito é a de um sujeito heterogêneo, pela presença de várias vozes que se articulam no discurso.

O sujeito da Análise do Discurso é, portanto, o sujeito da psicanálise: sujeito descentrado, inconsciente que tem a ilusão de ser o senhor do discurso. Por se constituir em um sujeito clivado e dividido, ele é heterogêneo, submetido, um sujeito efeito de linguagem.

É sob essas especificidades que se compreende o indivíduo interpelado em sujeito pela ideologia, sujeito efeito da ilusão de autonomia. Afetado pelos esquecimentos discursivos, o sujeito é sempre um efeito-sujeito porque constitui e é constituído pela história e pela ideologia. A questão do sujeito envolve, portanto, a ideologia e o inconsciente, explicada nos domínios da Análise do Discurso por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalista. Assim, o sujeito é um conceito estreitamente ligado ao conceito da ideologia. Segundo Ferreira (2003, p. 162), embora a Análise do Discurso trabalhe com uma teoria da subjetividade de natureza

psicanalítica, o sujeito do discurso não é o sujeito da psicanálise. Na teoria do discurso “inconsciente e ideologia estão materialmente ligados pela linguagem”. A Análise do Discurso pensa o sujeito discursivamente e a ela interessa, portanto, as posições-sujeito. Ou seja, o sujeito é uma posição ocupada nas relações discursivas: “um lugar que o sujeito ocupa para ser sujeito do que diz” (FEREIRA, 2003, p. 192).

É nesse sentido que direcionamos nossa pesquisa, para observar a relação de força presente nas práticas discursivas das mídias e o efeito ideológico nos sujeitos, que produz o efeito de evidência e a ilusão da transparência na linguagem.

2.2 FORMAÇÃO IDEOLÓGICA E FORMAÇÃO DISCURSIVA: POSIÇÃO-SUJEITO NO DISCURSO

Nesta parte do estudo, daremos atenção às noções e às relações imbricadas entre Formação Ideológica, Formação Discursiva e Posição-Sujeito da perspectiva da Análise do Discurso. Para isso, passamos a pensar sobre as posições-sujeito e o modo como elas se representam nos discursos.

É importante ressaltar que o conceito de Formação Ideológica é compreendido pela Análise do Discurso como aquilo que governa os discursos, constituindo-se como elemento determinante na formação do sujeito e do discurso. Segundo Pêcheux e Fuchs (2014, p. 166), teoricamente, “as formações ideológicas comportam um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito”. Estes autores nos explicam que, de acordo com o Materialismo Histórico, os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) são os lugares onde se dá a luta de classes por posições políticas que em um dado momento entram em confronto. Essas posições se organizam em formações ideológicas, as quais mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação. A adesão de Pêcheux às ideias de Louis Althusser foi fundamental para a construção teórico-política de base marxista e à formulação de uma crítica às concepções idealistas de fazer ciência. As proposições defendidas por Althusser em “Aparelhos Ideológicos do Estado” (AIE) influenciaram, sobremaneira, os estudos de Pêcheux.

As formulações de Althusser representam uma sistematização de concepções teóricas que buscavam romper com leituras dogmáticas que se faziam acerca das obras de Karl Marx. Como observado por Paul Henry (2014, p. 12-13), essa mudança de paradigma já vinha comparecendo no domínio das Ciências Sociais em função do Materialismo Histórico renovado por Althusser, a partir de sua releitura de Karl Marx, também no que se refere à releitura por Lacan de Sigmund Freud.

Em “Teoria da Ideologia” elaborada em AIE, Althusser (1985, p. 93) defendia a tese de que “a ideologia interpela indivíduos como sujeitos”, acrescentando a isso que “só existe ideologia pelo sujeito e para sujeitos”. De acordo com esse autor (1985, p. 89), por meio dos AIE, ocorre o processo de subordinação a uma ideologia. A respeito dos AIE, Althusser faz uma distinção entre o que ele considera como aparelho ideológico de Estado: as instituições como a igreja, a escola, a família, os meios de comunicação etc., e os aparelhos repressivos estatais: polícia, exército, tribunais, prisão etc. Estes aparelhos constituem-se em instrumentos à disposição de uma ideologia dominante nas sociedades, a serviço de uma *formação ideológica*. As conjecturas encontradas em Althusser serviram de embasamento para uma releitura do Materialismo Histórico, auxiliando Pêcheux na definição do quadro teórico da Análise de Discurso francesa.

Pêcheux e Fuchs (2014, p. 162) retomam os conceitos de Althusser e enfatizam que a região do materialismo histórico que interessa à Análise do Discurso se refere “à da superestrutura ideológica em sua ligação com o modo de produção que domina a formação social considerada”. Pêcheux e Fuchs (2014, p. 162) definem essa questão do seguinte modo:

A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar *interpelação*, ou o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção (Grifos no original).

Se, para Althusser, a concretização das formações ideológicas se dava por meio dos aparelhos ideológicos, para Pêcheux, o discurso, além de ser o lugar de materialização da ideologia, é também componente das formações ideológicas. Tais reflexões estão no estudo intitulado “Por uma Análise Automática do Discurso” ([1969]

2014), obra teórica fundadora. Nesta obra, encontramos a definição da noção de formação ideológica feita por Pêcheux (2014b, p. 163):

falaremos de *formação ideológica* para caracterizar um elemento (este aspecto de luta nos aparelhos) suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas com as outras (Grifos no original).

Nestes termos, Pêcheux colocou a questão da relação entre ideologia e discurso, levando para a teoria do discurso as concepções da instância ideológica, para chegar à representação do “exterior da língua” (BRANDÃO, 1997, p. 37). Como podemos observar, Pêcheux tinha como preocupação principal a ligação entre o discurso e a prática política, o que, para ele, passa necessariamente pela ideologia. Retomando Althusser, Paul Henry (2014, p. 31) argumenta que, a partir dessa referência estabelecida com a ideologia, Pêcheux “introduz o sujeito como efeito ideológico elementar”, ou seja, o sujeito é desde sempre sujeito: “nada se torna sujeito, mas aquele que é chamado é sempre já-sujeito”. Assim sendo, é “como sujeito que qualquer pessoa é ‘interpelada’ a ocupar um lugar determinado no sistema de produção” (PÊCHEUX, 2014b, p. 65).

Nessa perspectiva, o discursivo deve ser compreendido como materialidade ideológica. De acordo com Pêcheux (2014b, p. 164. Grifos do autor), as formações ideológicas possuem como componentes “várias *formações discursivas* interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (...) a partir de uma posição dada numa conjuntura”. Estas formações discursivas seriam, por sua vez, resultantes de *condições de produção* características.

Ao darmos continuidade às nossas reflexões sobre a noção de Formação Discursiva, destacamos que este conceito foi desenvolvido e trabalhado por Michel Foucault em sua obra “Arqueologia do Saber”, publicada em 1969. Foucault via a noção de formação discursiva como um conjunto de discursos submetidos a uma mesma regularidade e dispersão e não reduzido a objetos linguísticos. Para o autor, os discursos consistiam em dispersões, cabendo à Análise do Discurso descrever essa dispersão estabelecendo regras pra reger a formação dos discursos: regras de formação que permitiriam a passagem da dispersão para a regularidade. Segundo Foucault (2008, p.43),

no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva.

Pêcheux aprimora o conceito de Formação Discursiva ao remetê-la à perspectiva da ideologia e da luta de classes. Como podemos perceber no excerto anterior, estas questões não são trazidas por Foucault na definição da noção. Todavia, na concepção de Pêcheux, o conceito de Formação Discursiva refere-se aquilo que “numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”. Assim sendo, afirma Pêcheux, “as palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva da qual são produzidas.” Há, portanto, essa distinção entre a noção de formação discursiva entre Foucault e Pêcheux. Assim, para Pêcheux (2014b, p. 163-164), o discurso “deriva de *condições de produção* específicas”. Daí a necessidade de se trabalhar a noção de Formação Ideológica de forma articulada à noção de Formação Discursiva, pois, “as formações ideológicas (...) comportam como um de seus componentes uma ou várias formações discursivas que determinam o que pode e deve ser dito”, intervindo, desta forma, nas formações ideológicas de classes. Ou nas palavras de Orlandi (2012, p. 55), “ a formação discursiva é projeção da ideologia no dizer”.

Nesse sentido, as formações discursivas são compreendidas como aqueles lugares já naturalizados e não mais questionados. Tratam-se, as formações discursivas, daqueles discursos agrupados em um campo semântico ao qual o sujeito recorre para

produzir, para significar e dar sentido ao que o envolve. Em suma, são um efeito da ideologia, formadora do sujeito, que faz com que este se identifique com uma ou outra formação discursiva. Conseqüentemente, as palavras só adquirem sentido quando relacionadas às formações discursivas.

Como podemos ver, o sujeito é desde sempre o resultado dos formadores sociais. A ilusão da realidade fica por conta da ideologia, que se organiza como “um sistema lógico e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar, o que devem sentir, o que devem fazer e como devem” (BRANDÃO, 1997, p. 21). Assim, suas práticas são o reflexo das determinações históricas e ideológicas. Conseqüentemente, é a ideologia que conduz os sujeitos e os sentidos. As formas de manifestação da determinação ideológica se dão por meio do verbal e do não-verbal. Como já mencionamos anteriormente, não é possível pensar a ideologia separada do discurso, uma vez que é por meio do discurso que ocorre a sua materialização. Se, como afirma Pêcheux, essa materialização ideológica ocorre no interior das formações discursivas, é por meio da identificação das formações que podemos observar esse funcionamento, já que as formações discursivas representam, no discurso, as formações ideológicas.

Isso significa que no interior das formações discursivas temos diferentes posições-sujeito colocando em prática posições ideológicas. Subordinado a essas formações, o sujeito “escolhe” (ou “rejeita”) determinadas palavras para enunciar, balizado por essas formações. O sujeito tem a ilusão de ser ele quem escolhe e quem determina o seu dizer e tem a ilusão de ser dono de seu discurso, esquecendo, assim, que são as formações discursivas que produzem esse efeito de autonomia. Sob estas condições e “sob a ilusão de que a língua é transparente, a ideologia cria o efeito de evidência, ocultando o caráter material dos sentidos” (PÊCHEUX, 2014a, p. 198).

Neste momento do trabalho, consideramos trazer um pouco de análise para exemplificar o modo de funcionamento do discurso, e como este se materializa no material do *corpus*. Para isso, trouxemos uma das seqüências discursivas que compõe o *corpus*, para melhor observarmos o que acabamos de apresentar.



BOLSA PREFEITO

Governo quer premiar prefeito que reduzir número de ~~BENEFICIÁRIOS dependentes~~ do Bolsa Família

POR DANIEL CARVALHO

27/06/2016, 11h55



FIGURA 2 – Postagem da página Caneta Desmanipuladora sobre matéria do Jornal *O Estado de São Paulo* (27/06/2016). Disponível em: <https://www.facebook.com/canetadesmanipuladora>. Acesso em: 12 jun. 2020.

A manchete extraída da página Caneta Desmanipuladora é sobre uma matéria do Jornal *O Estadão*, que circulou no período de junho do ano de 2016, tratando sobre uma das ações do governo interino de Michel Temer na área de desenvolvimento social. Antes, convém esclarecer que, a partir deste ponto do trabalho, usaremos a denominação *sequência discursiva* (PÊCHEUX, 2015d, p. 222), para nos referirmos à materialidade discursiva, adotando o termo metodológico utilizado pela Análise do Discurso para se referir à unidade de análise. Definido isso, destacaremos as manchetes como SDs1,2,3... Desta maneira, iremos situar nossa discussão no terreno da Análise do Discurso, adotando as referências e denominações que a teoria pede. Ainda, optamos pelas abreviaturas GM para nos referirmos aos discursos da Grande Mídia e CD para nos referirmos ao Discurso da Caneta Desmanipuladora. Junto a essas abreviaturas, incluímos a numeração da sequência discursiva que está sendo analisada. Nesse caso, por exemplo: SD1GM (refere-se à Sequência Discursiva 1, do discurso do *Estadão*). SD1CD, refere-se ao discurso da Caneta Desmanipuladora na Sequência Discursiva 1. Vale ressaltar ainda que, quando nos referimos às mídias tradicionais, o faremos adotando a abreviatura GM, para nos referirmos ao conglomerado das mídias (*Globo, Folha de São Paulo, Estadão, G1 Portal de Notícias* etc.), variando apenas a sequência discursiva a que se refere. Em alguns momentos, também nos referirmos à Formação Discursiva da Grande Mídia (FDGM) e Formação Discursiva da Caneta Desmanipuladora (FD CD), para, didaticamente, situar as posições-sujeito envolvidas nos discursos. Assim, na manchete, temos os seguintes encadeamentos:

SD1GM: Governo quer premiar prefeito que reduzir número de **dependentes** do Bolsa Família.

R_____

SD1CD: Governo quer premiar prefeito que reduzir número de **beneficiários** do Bolsa Família.

Conforme Orlandi (1998, p. 16), “a ideologia (...) está na produção da evidência do sentido (só pode ser “este”) e na impressão do sujeito ser a origem dos sentidos que produz, quando na verdade ele retoma sentidos pré-existentes.” Essa observação nos permite apreender da materialidade linguística, acima destacada, o par semântico “dependentes” / “beneficiários”, refletindo divisões de pensamento em torno da disputa dos significados.

A manchete que referenciamos circulou no período de junho de 2016, momento em que ocorria o afastamento da Presidenta Dilma Rousseff e assumia o cargo interinamente seu vice, Michel Temer. O afastamento da presidenta eleita acentuou o acirramento em torno das disputas político-ideológicas que envolveu o afastamento. A produção desta manchete se deu nestas circunstâncias histórico-políticas. As condições de produção dos discursos são, portanto, afetadas por esse contexto histórico. Por conseguinte, a historicidade “determina aquilo que, da situação, das condições de produção, é relevante para a discursividade” (ORLANDI, 2005, p. 33). Ou seja, no processo de constituição do discurso da SD1, as condições de produção da GM é a de uma instituição jornalística que é autorizada a levar a notícia aos seus leitores. Seu lugar social é o de uma empresa que tem uma atividade de edição de jornal, e que conta com colaboradores e parceiros. Uma empresa cuja representação na sociedade é autorizada por meio de concessão governamental para que possa desempenhar suas funções.

Desta forma, a GM funciona como um veículo intermediário entre o acontecimento (o fato) e o leitor. Conforme Lene (2014, p.1), o funcionamento do jornalismo deste século XXI, vivido pelas sociedades democráticas, tem raízes no século XIX:

quando em seu curso emerge um novo paradigma: fornecer informação e não propaganda. Na transposição de um jornalismo ligado às causas políticas para um com características de negócio, passa-se a oferecer notícias, baseadas em “fatos” e não nas “opiniões”/ “valores”. Dessa separação emergiu uma crença na objetividade (...). E esse novo paradigma ajudou a consolidar (...) outros valores, além da objetividade, que ainda hoje são identificados com o jornalismo: a

notícia, a procura da verdade, a independência e uma noção de serviço ao público (LENE, 2014, p. 1. Grifos no original).

Essas considerações nos dão a dimensão para pensarmos a produção discursiva do jornalista, editor, e o modo como este é afetado pela forma de produção e normatização do trabalho jornalístico, pelas condições externas que se refletirão, por sua vez, na produção da sua prática de escrita. Pensando a questão da escrita a partir do campo teórico da Análise do Discurso, Indursky (2016), ao tratar dos elementos que compõem a sua prática afirma que a escrita, no quadro teórico da Análise do Discurso, “é a prática de um sujeito atravessado pelo inconsciente e afetado pela ideologia, por um lado, e, por outro lado, ela se produz com base na retomada de saberes inscritos no interdiscurso pelo trabalho entrecruzado da interpretação, da memória e do esquecimento” (INDURSKY, 2016, p. 30). É com base nestes pressupostos que nos referimos às práticas de produção discursiva das mídias, considerando o modo como estas condicionantes afetam os dizeres, determinando suas discursividades.

Podemos dizer que os saberes dominantes da FDGM acerca do Programa Bolsa Família estabelecem o que pode e deve ser dito nessa conjuntura. Isto é, os saberes desse âmbito discursivo, ao falar sobre o programa de assistência do governo, somente poderiam dizer o que dizem, desta forma, porque a formação discursiva assim permite. Do mesmo modo, os saberes que fissuram a manchete, constituindo a FDGD, são saberes da mídia alternativa, que começou a ganhar visibilidade e importância dentro das plataformas digitais no contexto brasileiro. Referem-se às mídias que assumem uma linha editorial e uma posição política-ideológica que enfatiza o caráter parcial dos meios de comunicação, destoando, desta forma, da ideia de imparcialidade que a mídia tradicional propaga. Tratam-se, portanto, de Formações Discursivas constituídas por saberes advindos de lugares distintos, lugares a partir dos quais os sujeitos tomam determinada posição.

A manchete da GM, ao ser desmanipulada pela *Caneta*, passa a representar o espaço de uma disputa político-ideológica pelo sentido das palavras, que envolve o complexo das relações de produção. As duas palavras em questão passam a expressar a contradição ideológica em torno do Programa de Renda Mínima Bolsa Família (referente), programa de proteção social implementado pelo governo do PSDB de Fernando Henrique Cardoso. Desde sua implantação, o programa dividiu opiniões, gerando adesões e divergências. Assim, o significante “dependentes” passou a circular a ser usado frequentemente por algumas mídias e pela parcela da população que

divergia acerca do programa, para aludir aos usuários do benefício. Essa desconfiança que orbitou em torno do programa desde sua criação se deve, em grande parte, pela forma como a renda mínima garantida pelo Bolsa Família foi discutida em sociedade: com base na divulgação nos meios de comunicação, de forma limitada e reducionista. A desconfiança em torno do Programa foi recebendo definições negativas, passando a ser visto como uma esmola ou objeto de um programa populista inibidor da iniciativa do indivíduo, incapaz de promover mudanças significativas na vida dele. A rejeição a essa política pública de inserção se deve, em grande medida, ao modo como as interpretações foram sendo construídas negativamente em torno do Programa e pela forma de condução do tema pela mídia. Conforme explica Castro (2009, p.1), a mídia chama a atenção do público e faz pressão política sobre temas que ela escolhe enfatizar

as coberturas dão o tom de interpretação e definem o caráter das questões como econômicas ou políticas, sociais ou pessoais, radicais ou conservadores. A seleção dos temas tem motivações difusas e as formas de noticiar possuem implicações sobre a mensagem que chega ao público. Esses vieses fazem da mídia, portanto, um mediador imperfeito para a opinião pública.

Isto significa dizer que, nos grupos sociais de interesse específico e nos partidos políticos, também há dificuldades de transmitir a opinião pública. Suas demandas também são direcionadas em virtude de prioridades inerentes às respectivas plataformas.

Assim, a ideia de que uma parcela da população está recebendo numerário é comumente classificada como esmola ou assistencialismo, e teria como consequência uma acomodação dos beneficiários em relação ao trabalho, o chamado "efeito-preguiça". Além disso, a reiterada divulgação de casos de pessoas que não fariam jus ao benefício, até mesmo a inclusão fraudulenta, com certeza contribuem para sedimentar essas rejeições (CASTRO, 2009, p. 1).

O dissentimento em relação à eficiência do programa circulou, desde seu início, em torno de críticas por questões ideológicas, políticas ou mesmo econômicas. Assim, o termo adotado por parte da sociedade para se referir àqueles que recebem o Bolsa Família passou a ser “dependentes”. Com esta designação, o programa e aqueles que dele precisam, passam a ser significados por uma palavra que assume um valor negativo em sociedade, porque, junto à palavra, ressoam transversalmente outros significados que entram de viés, reforçando a ideia de “dependência” como: “subordinação”, “aquele que depende de alguma coisa”, “aquele que não consegue se manter sozinho”, “aquele

que vive à custa de outrem”, “aquele que é incapaz de se manter sem a ajuda do Estado”. São estas discursividades e seus efeitos de sentido negativos, que a palavra passa a carregar neste contexto.

Estes efeitos de sentidos não-ditos, não explicitados, que não aparecem na manchete, ecoam de alguma forma nos dizeres e encontram eco na sociedade pelo viés da palavra “dependentes”, produzindo sentidos. Podemos dizer que o programa Bolsa Família é o lugar e o suporte de uma luta de classes, ideológica e política. Uma luta entre aqueles que querem combater a fome e a pobreza - famílias de baixa renda que encontram-se em situação de vulnerabilidade – e parte da elite da sociedade brasileira que vê no Programa de Transferência de Renda uma estratégia política da esquerda de manutenção da dependência, da pobreza e da garantia de votos.

Destoando do pensamento ideológico político-liberal³, a esquerda política viu no Programa Bolsa Família a possibilidade de mudança da condição de pobreza com vistas a uma forma de inserção social. Assim, ao se referirem ao programa, utilizam a palavra “beneficiário” para designar aqueles que precisam do benefício e, desse modo, incorpora ao programa efeitos de sentido positivos.

Como podemos ver, o par “dependentes”/“beneficiários” assume determinados valores dependendo de suas condições de produção. Ou seja, dependendo do lugar e da posição-sujeito (posição ocupada por aquele que fala), as palavras passam a designar o mesmo programa e aqueles que dele necessitam a partir de formas distintas, porque cada um tem a propriedade determinada pelo lugar social que ocupa e, principalmente, cada um fala de uma posição. Isso contribui para os efeitos político-ideológicos sobre o Programa Bolsa Família, porque os discursos estão sempre impondo a produção de um efeito: a produção de sentido. Nesse sentido, a mídia tem participação no modo como os sentidos são associados a esse tema, definindo as clivagens e oposições em disputa (BIROLI; MANTOVANNI, 2010, p. 92).

Cada formação discursiva estabelece uma relação com a exterioridade, conflitando na manchete, pondo em movimento as contradições em torno do programa representando no/pelo simbólico das posições ideológicas que as atravessam. Desta maneira, materializam no linguístico, por meio dessas designações, contradições

³ Na visão liberal, o Estado teria como função promover as condições para o exercício da competitividade individual, considerando a intervenção estatal como um risco e as políticas sociais — ações do Estado com o objetivo de regular os desequilíbrios gerados pelo desenvolvimento da acumulação capitalista — entraves ao desenvolvimento, e responsáveis pelas crises sociais, pois ameaçaria os interesses e as liberdades individuais, inibindo a livre iniciativa e a concorrência e bloqueando mecanismos que o próprio mercado seria capaz de reequilibrar (cf. CASTRO, 2009, p. 1).

ideológicas. Em outras palavras, os significantes passam a designar, por meio de seus usos no cotidiano, as disputas político-ideológicas de classes. Como lembra Pêcheux (2015e, p. 273), “a luta ideológica não tem nada a ver com os chamados mal entendidos semânticos (...). No terreno da linguagem, a luta de classes ideológica é uma luta pelo sentido das palavras, expressões e enunciados, uma luta vital para cada uma das duas classes sociais opostas que têm se confrontado ao longo da história”.

Se observarmos a disputa em torno do enunciado, podemos perceber que as questões que envolvem o confronto verbal não se restringem aos significantes, porque passam a produzir sentidos em função de seus usos, de acordo com as posições-sujeito ocupadas nos discursos. Os sentidos, desta forma, são atribuídos de acordo com o contexto de produção e os sujeitos envolvidos no processo discursivo. A disputa, no caso da manchete, tem a ver com as percepções sobre o Programa Bolsa Família.

Queremos dizer com isso que, por meio da análise desta sequência discursiva, podemos perceber que as contradições não estão no nível sintático ou lexical. Portanto, tais contradições não se limitam ao efeito do significante/significado - não se restringem ao nível da língua, podendo ser explicados pela própria língua - mas estas contradições se organizam ali.

Neste momento da análise, podemos afirmar que a disputa em torno das duas palavras na manchete materializa as condições de produção, as propriedades relativas aos lugares de A e B (conjunto de propriedades) em relação a R (referente). Assim, temos que as disputas político-ideológicas entre sujeitos (A e B), envolvidos no processo discursivo, revelam as posições que cada um ocupa nesses lugares (posição-sujeito) em relação ao programa Bolsa Família (referente), produzindo discursos sobre o benefício. Assim, o processo discursivo que envolve as condições de produção dos discursos analisados, tem suas condições de produção afetadas pelo estado de representações. No caso que acabamos de elencar - que constitui a tríade apresentada por Pêcheux como X (o discurso), N (as condições de produção) e R (o referente) -, os sujeitos produzem os discursos, gerando o efeito que descrevemos na análise.

A escolha das palavras, nesse caso, ampara-se na relação de identificação/interpelação ideológica, conduzindo cada uma das mídias a utilizar “dependentes” ou “beneficiários”, a partir da produção do efeito de sentido, construído no processo das reproduções das relações de produção político-ideológicas, acerca do programa de assistência. São, portanto, gestos de interpretação em jogo na manchete que evidenciam as diferentes posições ideológicas.

O que conflita nesse espaço é a tomada de posição que, por determinação das formações discursivas, regula o que deve ou não ser dito, o que pode ou não ser dito em determinada circunstância histórica e que representa, na linguagem das mídias, as suas formações ideológicas correspondentes. Consideramos que as palavras em disputa na manchete têm como pano de fundo estas diferenças.

A *Caneta* faz emergir por meio da *operação de substituição*⁴ no enunciado, um conjunto complexo de atitudes e representações determinado pela sua formação discursiva em relação a uma formação ideológica específica, levando em conta o que ela pode ou não dizer. O princípio é o mesmo em relação à Grande Mídia que, determinada pelas condições de produção - como instituição mediadora da informação e, portanto, aquela capacitada/autorizada a trazer a “verdade” dos fatos para o leitor - fala a partir de uma posição, produzindo efeitos. O confronto se dá entre os domínios destes dois dizeres que buscam, cada um a seu modo, a predominância de determinados sentidos por meio dos seus dizeres, gerando a contradição em torno dos sentidos na manchete. A manchete, nesse caso, passa a ser o espaço da realização/materialização dessa contradição. Como nos diz Orlandi (1998, p. 5), “esse é o jogo do trabalho simbólico em sua historicidade”.

Enfim, o efeito de sentido que irrompe com a intervenção da *Caneta* evidencia a posição que ela ocupa no discurso e o modo como ela sustenta sua posição ideológica. Mas, no momento em que intervém no discurso outro, faz emergir da materialidade as condições de produção da manchete, apontando para a posição ocupada pela mídia. Faz isto pelo processo de espelhamento e deriva, alterando os sentidos (sobre este processo de espelhamento e deriva, falaremos nas análises seguintes deste estudo).

Assim sendo, por meio da palavra “beneficiário”, que cola uma ideia positiva ao benefício, a disputa em torno do sentido a ser “colado” ao programa depende de um efeito produzido na relação estabelecida com o interdiscurso, elemento que o sustenta. Segundo Orlandi (1998, p. 1), “toda vez que falamos, para que nossas palavras tenham sentido, é preciso que já tenham sentido”. Ou seja, quando enunciamos, nos filiamos a redes de memórias, a redes de sentido que são determinadas pela ideologia e pelo inconsciente. Fazemos isso “em um gesto de interpretação na relação da língua com a história” (ORLANDI, 1998, p. 1).

⁴ A designação “operação de substituição” é usada por Freda Indursky (2011) para se referir à substituição entre dois elementos pictóricos, cada um deles remetendo para saberes de formações discursivas diferentes. Usaremos o termo para nos referir à operação de substituição operacionalizada pela *Caneta Desmanipuladora*.

Retomando a sequência discursiva da Figura 2, podemos perceber que cada uma das mídias se filia a redes de sentido para produzir seus dizeres. Esse movimento tem a ver com a forma como cada uma das formações discursivas seleciona as palavras para significar e ao mesmo tempo se circunscreverem no discurso. É desta forma que o discurso trabalha produzindo sentidos por meio das palavras no texto. E essa filiação fica a trabalho da ideologia, componente determinante do discurso que afeta cada um sem que eles se deem conta disso.

De acordo com a Análise do Discurso, na linguagem, passamos por dois esquecimentos para enunciar, e isso é constitutivo da linguagem. Em “Semântica e Discurso: uma Crítica à Afirmação do Óbvio” (2014a, p. 161-164), Pêcheux descreve essas duas formas de esquecimento: o ideológico e o enunciativo, ambos constitutivos do discurso e possíveis de serem identificados por meio da análise. Este acontecimento, o autor designa “esquecimento no discurso”. O esquecimento número 1 diz respeito ao esquecimento ideológico, aquele que fornece a ilusão de que somos donos dos nossos dizeres e dos sentidos que deles derivam. Já o esquecimento número 2 é o esquecimento enunciativo, aquele que, de acordo com Orlandi (2005, p. 35), “produz em nós a impressão da realidade do pensamento”. Esta forma de esquecimento estabelece uma relação com o esquecimento ideológico. Esses esquecimentos se relacionam diretamente ao interdiscurso, “ao exterior da formação discursiva que o domina”, estabelecendo-se a relação do que é dito na atividade discursiva com discursos pré-existentes, *já ditos*, acionados na memória no momento da produção discursiva. O segundo esquecimento, que diz respeito à enunciação, é aquele que conduz o sujeito a selecionar um enunciado em vez do outro no momento da enunciação, que Pêcheux (2014a, p. 173) define como:

(...) ‘esquecimento’ pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formulação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada.

Este esquecimento diz respeito à maneira como os interlocutores utilizam as palavras no momento em que enunciam. Por meio desse esquecimento, esquecemos que tudo já foi dito antes e, portanto, esquecemos que não somos os donos dos nossos dizeres. Como lembra Orlandi (2005, p. 35), isso é constitutivo da linguagem, pois, “a nossa voz não fala sozinha”; nós a reorganizamos a partir de algo que é social para, então, construirmos nossos dizeres. Esquecemos, portanto, que o que falamos pode ser dito de outra forma e que a linguagem produz diferentes sentidos. Ou seja, como nos lembra Paveau (2008, p. 20), “o discurso será sempre definido por Lacan como uma produção que escapa ao sujeito, em particular através da metáfora do redemoinho de palavras, espécie de armadilha para o locutor”.

É no anexo “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”, do livro “Semântica e Discurso”, que Pêcheux faz uma reparação à questão do sujeito da Análise do Discurso. Neste momento, Pêcheux argumenta que a ideologia não é um ritual sem falhas, implicando em uma mudança teórica na compreensão do sujeito e do sentido. Essa mudança conduz o interesse da Análise do Discurso para as formas de resistência do sujeito à ideologia dominante. (PÊCHEUX, 2014a, p. 269-281).

A Análise do Discurso reflete sobre “a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua.” (ORLANDI, 2005, p. 16). Desse modo, seu trabalho foca na relação língua-discurso-ideologia. A linguagem, assim, é tomada no seu aspecto polissêmico; como um lugar de conflitos e de confrontos ideológicos. Vista desta forma, a língua não é algo transparente onde o sentido está dado, uma vez que “a AD não aceita que, dada uma palavra, seu sentido seja ‘óbvio’”. Para ela, a língua tem uma ordem própria, mas “que é posta a funcionar de uma forma ou de outra, segundo o processo discursivo de que se trata numa certa conjuntura” (POSSENTI, 2005, p. 360). Nesse aspecto, o sentido se constitui na materialidade linguística associada ao contexto histórico de produção e, portanto, impregnado pela ideologia. Por essa razão, os sentidos são *feitos* entre sujeitos. A Análise do Discurso busca, assim, apreender o efeito de sentido da relação língua-sujeito-ideologia. Ou seja, busca compreender o funcionamento do efeito ideológico no discurso, responsável pelo efeito de sentido entre interlocutores.

Como já destacamos nas páginas anteriores, nossa proposta é observar, na prática discursiva da Caneta Desmanipuladora, o modo como os efeitos interdiscursivos intervêm na reformulação das manchetes. Abordar essa questão demanda a

compreensão do funcionamento do interdiscurso e das formações discursivas na produção dos sentidos. Estas categorias permitem apreender os esquecimentos discursivos constitutivos do sujeito, as posições que ocupam no discurso e suas filiações ideológicas. De modo que observamos o *corpus* considerando essas duas formas de esquecimentos para compreender o efeito de evidência do processo discursivo das mídias. Assim, os conceitos de Interdiscurso, Formação Discursiva e Memória Discursiva são fundamentais para nossa análise, porque permitem, como já demonstramos, apreender as posições-sujeito e a forma como essas posições estabelecem relações com a língua, a exterioridade e com a memória para produzir sentidos.

De acordo com Pêcheux (2014a, p.147), a formação Discursiva é aquilo que, numa formação ideológica pode/deve ou não ser dito, a partir de uma posição que o sujeito ocupa em uma dada conjuntura. As formações discursivas representam, na Análise do Discurso, o lugar da articulação entre língua e discurso. Quando pensamos sobre o modo de funcionamento da discursividade jornalística, são as formações discursivas que permitem identificar os dizeres que a organizam e trazer à superfície os efeitos de sentido produzidos pelos discursos. A organização do discurso jornalístico é determinada pelas posições que a empresa jornalística ocupa (refere-se à forma como o lugar social é ocupado e tem a ver com a posição-sujeito) e pela exterioridade que determina a sua organização. Queremos dizer com isso que o lugar discursivo no qual se encontra inscrita a empresa jornalística “é determinado pela relação de verdade e poder institucional” (GRIGOLETTO, 2007, p. 1) que esta representa socialmente. O discurso é distribuído desigualmente, de forma que somente alguns estão autorizados ou podem enunciar sobre determinados assuntos. Para isso, é necessário que o sujeito se inscreva em uma formação discursiva. É nesse sentido que falamos em formação discursiva da Grande Mídia e formação discursiva da Caneta Desmanipuladora. E por isso que Pêcheux (2015d, p.146) vai dizer que o sentido das palavras não existe em si mesmas, em uma relação transparente (com a literalidade do significante), mas são determinadas pelas posições ideológicas, porque “o modo de produção capitalista reparte e distribui os agentes humanos em um número de lugares. Em relação a esse lugar, diferentes posições podem ser tomadas, em função de conjunturas institucionais”.

Desta forma, uma empresa jornalística, submetida às condições históricas, afetada pelo simbólico e pela ideologia, mobiliza seus dizeres no processo discursivo de acordo com essas determinações. O processo discursivo ideológico que as mídias desenvolvem, sobre as leis internas da língua, não são construções acidentais, mas parte de um processo que envolve também estratégias. Ou seja, as mídias não são indiferentes à língua e a utilizam de acordo com as relações estabelecidas no campo social. Assim, a relação que estas estabelecem com os formadores sociais se materializam na estrutura linguística das manchetes, produzindo determinados efeitos de sentidos.

Com seu gesto, a Caneta Desmanipuladora atravessa a pretensa linearidade discursiva da manchete, instaurando o contraditório, pondo em suspeição os efeitos de sentidos do discurso hegemônico. Sua intervenção promove um deslocamento de sentido, se sobrepondo ao sentido anterior. Desta forma, os deslocamentos produzem efeitos sobre o construído jornalístico. Ao propor outros trajetos de sentido possíveis, os enunciados da manchete relacionam-se com outras formulações, com outros trajetos de sentidos que se entrecruzam acionando de forma distinta a memória discursiva, produzindo, assim, outros possíveis sentidos. Nesse trajeto de constituição de sentidos,

ao significar, o sujeito se significa e o gesto de interpretação é o que, perceptível, ou não, para o sujeito e seus interlocutores, decide a direção dos sentidos, decidindo assim sobre sua própria “direção” (identificação, posição-sujeito etc.), ao inscrever-se em formações discursivas, reflexos das formações ideológicas (ORLANDI, 2013, p. 6-7).

É de Louis Althusser o conceito de ideologia, pensada como instrumento de dominação e de reprodução das condições de produção, que Pêcheux traz para o campo da linguagem. Nas formulações de Pêcheux (2014a, p. 146), a ideologia produz o sujeito pela interpelação-identificação e fornece as evidências que mascaram o caráter material dos sentidos. Consequentemente, é a ideologia quem se manifesta no fio discursivo e naturaliza a “realidade” de acordo com outros interesses. É também pelo “assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico” que cada indivíduo é conduzido a ocupar o seu lugar. Essa é uma questão fundamental, já que sujeito, língua e história se constituem ao mesmo tempo. Isso significa dizer que a ideologia está no próprio funcionamento da língua e do sujeito, e “essa é uma relação constitutiva” (PFEIFFER, 2017). É por meio das relações com o social, com a língua, com o simbólico, que o sujeito compreende as relações de sentido, pois a língua se faz na relação com o sujeito, perpassada constitutivamente pela ideologia e pela história.

2.3 O INTERDISCURSO E A MEMÓRIA DISCURSIVA: LUGARES DA CONSTITUIÇÃO DOS SENTIDOS

Na análise anterior, quanto tratamos das formações ideológicas e discursivas, trouxemos pra dentro da análise o conceito de *interdiscurso*; isso ocorre porque, no momento em que analisamos discursos, os conceitos da teoria trabalham conjuntamente. Assim, quando os mobilizamos, outras noções vão sendo acionadas, servindo para fundamentar melhor os pressupostos. Embora neste estudo expliquemos cada uma separadamente, as análises acabam por reclamar por outras categorias de análise do escopo teórico. Passemos às outras definições.

Pêcheux (2014a, p. 149) nos diz que o interdiscurso é o já-dito, algo que fala sempre antes. De acordo com o autor, o que é intradiscurso é efeito do intradiscurso, pois o interdiscurso é aquilo que está presente na materialidade linguística, no fio do discurso e quando produzimos nossos dizeres, buscamos nessa memória (interdiscurso), que envolve todos os já-ditos e os não-ditos, os elementos para a formulação de nossos dizeres. Desta forma, o intradiscurso enquanto fio do discurso é o efeito do intradiscurso sobre si mesmo. Ou seja, o intradiscurso (o texto, a materialidade linguística) é a manifestação do interdiscurso e que por sua vez é a materialização do discurso. É, portanto, o interdiscurso, enquanto discurso transversal, que conecta entre si os elementos discursivos do intradiscurso enquanto pré-construído, que Pêcheux (2014a, p. 451) define como aquilo que “corresponde ao ‘sempre-já- aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a realidade e seu sentido sob a forma da universalidade”.

Assim sendo, quando formulamos nossos dizeres, nos servimos de algo que já está pronto e o fazemos envoltos na ilusão de sermos nós os donos daquilo que estamos dizendo. Pêcheux vai chamar a essa performatização (que aponta para o eu, o indivíduo) de forma-sujeito. De acordo com Pêcheux (2014a, p. 150) “o idealismo não é, de início, uma posição epistemológica, mas, sobretudo, o funcionamento espontâneo da *forma-sujeito*”. Dito de outro modo, essa forma-sujeito e o espontâneo que ela possui tem o sujeito, assim, essa forma-sujeito encerra um idealismo espontâneo que reverte a determinação, fazendo absorver o interdiscurso no intradiscurso. Por isso, quando o

sujeito escreve, fala o interdiscurso é apagado, esquecido. É a forma-sujeito que atua incorporando, dissimulando o interdiscurso produzindo a ilusão da liberdade.

O conceito de *interdiscurso* é, pois, um conceito fundante da Análise do Discurso francesa. Michel Pêcheux (2014a, p. 149) definiu o interdiscurso como o “‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas”. Essa definição feita pelo autor indica que o interdiscurso se refere aquilo que na transparência de sentido, próprio das formações discursivas, aparece como “algo que fala sempre antes”. Por isso o sentido está atrelado ao que vem antes e é exterior ao sujeito do discurso e, nesse sentido, o discurso se faz sobre a repetição.

Sendo o interdiscurso aquilo que compreende todos os já-ditos e os não-ditos, é desta memória que o sujeito se serve para enunciar e produzir sentidos. Mas, como podemos observar, o sujeito não se dá conta desse processo porque está submetido ao efeito de evidência da forma-sujeito e o espontâneo que ela encerra. Assim, quando enuncia, sob o efeito dos esquecimentos 1 e 2 sente-se dono de seu dizer, acreditando ser o criador daquilo que diz. Sírio Possenti (2005, p. 388), ao falar sobre o interdiscurso lembra que a noção de interdiscurso, inclusive seus desdobramentos, “rompe com conceitos que, de alguma forma, fundam-se sobre os pressupostos da homogeneidade e do centramento, seja do discurso, seja do sujeito. Isto é, para a AD, os discursos não são independentes uns dos outros e não são elaborados por um sujeito” (POSSENTI, 2005, p. 388).

A categoria de pré-construído, noção fundante da Análise do discurso, foi formulada por Paul Henry (2014, p. 89) para designar o que remete a presença do discurso outro no pré-construído. Esta noção refere-se àquilo que já foi produzido antes, aquilo que remete a uma construção anterior e exterior ao discurso construído. Segundo Indursky (2011, p. 02), “trata-se, em suma, do efeito discursivo ligado ao *encaixe* sintático”. Indursky, ao refletir sobre a questão da memória no âmbito da Teoria do Discurso, mostra que inicialmente outros conceitos eram usados para designar a noção de memória. De acordo com essa autora,

Pensava-se sobre a memória, mas sob outras designações, como, por exemplo, *repetição*, *pré-construído*, *discurso transverso*, *interdiscurso*. (...) Todas remetem, de uma forma ou de outra, à noção de memória. Mais exatamente, trata-se de diferentes funcionamentos discursivos através dos quais a memória se materializa no discurso (INDURSKY, 2011, p. 03).

Ao tratar sobre estes diferentes funcionamentos discursivos e sua relação com a memória, a autora lembra que nos textos fundadores da Análise do Discurso, as questões sobre sentido se iniciam por ocasião da verificação das relações de parafrazação no interior de uma matriz de sentido, que se organizam no interior de uma formação discursiva. A autora prescreve ainda uma diferenciação entre memória discursiva e interdiscurso. No que se refere ao interdiscurso, Indursky (2011) argumenta que,

Se o interdiscurso remete, como nos diz Orlandi, à *memória do dizer*, isso significa que tudo o que já foi dito inscreve-se no interdiscurso e, se isso ocorre é porque o interdiscurso constitui-se de um complexo de formações discursivas. Ou seja: todos os sentidos já produzidos aí produzidos se fazem presentes, e não apenas os sentidos que são autorizados pela forma sujeito. E, se é assim, nada do que já foi dito pode dele estar ausente. O interdiscurso não é dotado de lacunas. Ao contrário. Ele se apresenta totalmente saturado.

Pelo motivo de reunir todos os sentidos produzidos e comportar todos esses sentidos, ele difere da memória discursiva. Retomando Courtine, a autora define a memória discursiva da seguinte forma:

Se a memória discursiva se diz respeito à existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas reguladas pelos aparelhos ideológicos, isto significa que ela diz respeito aos enunciados que se inscrevem nas FD, no interior das quais ele recebe seu sentido. E mais: se a memória discursiva se refere aos enunciados que se inscrevem em uma FD, isso significa que ela diz respeito não a todos os sentidos, como é o caso do interdiscurso, mas aos sentidos autorizados pela forma-sujeito no âmbito de uma formação discursiva. Mas não só: a memória discursiva também diz respeito aos sentidos que deem ser refutados. Ou seja: ao ser refutado um sentido, ele o é também a partir da memória discursiva que aponta para o que não pode ser dito na referida FD.

Nesse sentido que buscamos examinar as refutações feitas pela Caneta Desmanipuladora em relação à FDGM, considerando o fato de que os sentidos autorizados pela forma-sujeito *Caneta* - concernentes ao âmbito de uma formação discursiva - apontam para o que não pode ser dito na formação discursiva da Grande

Mídia, mas que pode e deve circular em sua formação. De acordo com Indursky (2011), a memória discursiva desempenha ainda outro funcionamento:

é em função dela que certos sentidos são ‘esquecidos’, ou seja, certos sentidos que, em determinado momento podia ser produzidos no seio de uma formação discursiva, em função de mudanças conjunturais, não podem mais aí ser atualizados, lembrados. E o contrário também é verdadeiro: determinados sentidos que não podem ser ditos em uma FD, em função das mudanças conjunturais, a partir de um determinado momento passam ser autorizados.

O que podemos contatar a partir destas definições de Indursky é que uma formação discursiva, regulada por uma memória discursiva, faz ressoar eco de uma memória coletiva (social). Por outro lado, a memória discursiva que se depreende de uma formação discursiva não é saturada, porque nem todos os sentidos são autorizados ideologicamente a ressoar em uma formação discursiva. Assim, existe o “memorável” (aquilo que todos sabem, todos lembram) e a memória discursiva que é de ordem ideológica. Em suma, a natureza lacunar de uma formação discursiva e a memória que ela representa, é da ordem do ideológico.

Segundo Orlandi (2005, p. 30) as condições de produção “compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação” e estas podem ser consideradas a partir de duas perspectivas: uma em sentido estrito, que compreende o contexto imediato de produção do discurso, outra em sentido amplo, compreendendo o contexto histórico, ideológico, de produção. Inclui-se neste a memória como parte destas condições de produção discursiva, componentes da produção dos sentidos.

O conceito de interdiscurso é fundamental porque permite fazer a relação entre os sujeitos e suas filiações a determinados saberes discursivos. Parafraseando Orlandi (2005), o interdiscurso é a palavra do outro no nosso discurso. Logo, as palavras não carregam consigo as condições de produção, elas significam contextualmente, adquirindo sentidos e materialidade das práticas sociais. E o interdiscurso é a associação que se faz entre a palavra e o sentido que esta vai ativar na memória.

Conforme já destacamos, para a Análise do Discurso os sentidos não estão presos aos significantes porque estes adquirem significados quando são relacionados à exterioridade. São, portanto, as posições no interior de uma estrutura - aquelas assumidas pelos sujeitos nos discursos - que atribuem os sentidos às palavras. E isso tem a ver com as condições de produção dos discursos, com o contexto sócio-histórico

do qual emergem sujeitos e discursos. Orlandi (2005, p. 34) diz que quando falamos nos filiamos a redes de sentidos, “ficando ao sabor da ideologia e do inconsciente”, determinados pela nossa relação com a língua e a história.

Desta forma, a nossa relação com o simbólico se dá pelo atravessamento da ideologia. Em nossas práticas cotidianas discursivizamos nosso modo de pensar (nossos valores, nossa forma de ver o mundo), reforçando nossas ideologias. E uma vez que somos todos sujeitos, a ideologia molda nossas ações. Ao falar sobre o sujeito, Pêcheux afirma “que todo sujeito se ‘reconhece’ a si mesmo (em si mesmo e em outros sujeitos) e aí se acha a *condição* (e não o efeito) do famoso ‘consenso’ intersubjetivo por meio do qual o idealismo pretende compreender o ser a partir do pensamento” (PÊCHEUX, 2014, p. 148, grifos no original). Ou seja, a forma-sujeito impõe o sentido por meio do desconhecimento da identificação dos sujeitos como sujeito. Impõe o sentido porque o sujeito não se dá conta do Sujeito ideológico e esse complexo processo envolve a relação de identificação dos sujeitos entre si, se convertendo em um mecanismo de reprodução das ideologias.

3. A MATERIALIZAÇÃO DO SENTIDO NA CONSTITUIÇÃO DO DISCURSO

A socióloga Gisela Taschner (1992, p. 42) ao tratar sobre o emprego de técnicas da indústria cultural na imprensa brasileira, fala que o que caracteriza fundamentalmente uma imprensa de indústria cultural “é a subordinação da mensagem jornalística à lógica empresarial”. De acordo com a autora, as notícias, as informações, “são concebidas integralmente como mercadorias, não apenas porque são produzidas com o emprego de técnicas próprias da indústria cultural, mas também porque estão sujeitas à sua lógica”.

Levando em conta este excerto, podemos dizer que a formação discursiva da imprensa tradicional se constituiu e é afetada por estas condições de produção. De modo que as formações discursivas da GM põem em circulação suas formações ideológicas, ou seja, os seus discursos (espaços em que emergem as significações), governados por essas formações. Portanto, seus dizeres não são neutros, independentes. Ao contrário. Estes se articulam em um conjunto complexo de relações de forças. Pêcheux (2014a, p. 149), lembra que:

(...) o funcionamento da ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos (e, especificamente, em sujeitos de seus discursos) se realiza através do complexo das formações ideológicas (e, especificamente, através do interdiscurso intrincado nesse complexo) e fornece “a cada sujeito” sua “realidade”, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas — aceitas— experimentadas.

Ao enunciarem, os sujeitos do discurso o fazem a partir do lugar ocupado na relação discursiva: a partir da identificação desses sujeitos em relação às suas formações ideológicas e discursivas. Assim, a GM fala da posição de um meio de comunicação que reflete correntes de pensamento dominantes. Isso envolve a questão da relação forma-sujeito, que performatiza a incorporação do interdiscurso que produz a ideia de autonomia. Mais que isso, seu discurso produz um efeito de verdade a que outros vão se identificando e criando verdades, ou seja, como se isso fosse verdade.

No caso da *Caneta*, há um trabalho de questionamento sobre a posição assumida pelo jornal e uma preocupação em evidenciar as desigualdades sociais existentes na sociedade brasileira. Ressoam, no discurso da *Caneta*, os dizeres do discurso em defesa dos direitos humanitários e sociais.

Nesse contexto de disputas pelo sentido, o que chama a atenção é o aspecto ideológico posto em circulação na teia discursiva das redes sociais. E o que se vê nesta dinâmica é “[...] a política da língua que se materializa no corpo do texto, ou seja, na formulação por gestos de interpretação que tomam sua forma na textualização do discurso” (ORLANDI, 2005 p, 10). Por este motivo, para a *Caneta Desmanipuladora* o que resta é evidenciar aos leitores o posicionamento ideológico do jornal *Folha de São Paulo*. Mas, ao fazer isso, também se evidencia no processo discursivo através do discurso do outro (Grande Mídia). Romão e Tfouni (2004, p. 01) argumentam que “a amarração do discurso do sujeito com o discurso do outro indica a ideologia interpelando-o; tem-se aí uma dependência / identificação / associação a uma FD já dita”. De acordo com essas autoras, “o sentido respira sempre atrelado ao interdiscurso”.

Pêcheux (2014a, p. 147), reitera que o discurso é “sempre pronunciado a partir de *condições de produção* dadas.” Desta forma, buscamos em nossas análises demonstrar o modo particular como se dá a construção dos sentidos, pensando o discurso como espaço da coexistência da transparência e da opacidade; da singularidade e da polissemia, sendo a materialidade linguística o lugar onde podemos observar esses efeitos de sentido em funcionamento a partir de sua relação com a exterioridade (condições de produção) e aliando, portanto, o linguístico com o sócio-histórico, tal como entende a Análise do Discurso. Nas palavras de Orlandi (2013), trabalhar com a perspectiva discursiva implica trabalhar “com a materialidade dos sentidos, e a dos gestos de interpretação”. Desta forma, buscamos compreender como as posições ideológicas são postas em movimento pelos sujeitos, no jogo de substituição das palavras nas manchetes.

Por esse motivo, pretendemos observar, na materialidade linguística, a forma como as posições-sujeito movimentam os sentidos através da escolha das palavras na produção/correção das manchetes, buscando discutir o modo como as palavras, expressões e enunciados funcionam a partir destes dois campos enunciativos distintos. Observamos também o atravessamento do discurso político determinando e regulando

os dizeres a partir dos dois espaços enunciativos, funcionando, conforme demonstrado por Pêcheux, (2014a, p. 147, grifos no original) como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*”.

Para Orlandi (2010, p. 17), “as formações discursivas são a projeção na linguagem das formações ideológicas”. Ou seja, o discurso é a representação da ideologia. Reiterando, é na/pela linguagem que a ideologia se materializa. Assim, o sujeito dá à palavra os valores e significados de acordo com sua formação ideológica, determinada pela sua formação discursiva. O terreno da linguagem e o espaço da contradição e das disputas ideológicas por excelência. As palavras, marcadas ideologicamente por diferentes posições-sujeito, sob o efeito de clivagem, produzem diferentes sentidos que passam a circular socialmente. Isto porque sujeito e língua se constituem ao mesmo tempo e as relações de sentido são compreendidas pelo simbólico nessa correlação, perpassada pela ideologia e pela história.

Tendo em vista que o discurso é constituído socialmente, na exterioridade, ao mobilizarem determinadas palavras, os sujeitos discursivos o fazem a partir dos espaços que ocupam ideologicamente. Assim sendo, seus dizeres são organizados a partir da formação ideológica a que os sujeitos se encontram filiados. Por isso, a escolha por determinadas palavras e não outras na organização dos discursos.

3.1 GRANDE MÍDIA X MÍDIA INDEPENDENTE

“Grande Mídia” é uma expressão usada para designar os meios de comunicação de massa que influenciam um grande número de pessoas e refletem correntes de pensamento dominantes. Ela pode ser contrastada com os meios de comunicação alternativos como a mídia independente, que pode conter conteúdo com pensamento mais divergente. Os grandes conglomerados de mídia, incluindo jornais e meios de transmissão, são muitas vezes referenciados pelo termo. A concentração de propriedade da mídia tem levantado preocupações sobre uma homogeneização dos pontos de vista apresentados aos consumidores de notícias e de espetáculos da cultura audiovisual contemporânea. Conseqüentemente, o termo mídia tradicional tem sido amplamente utilizado no sentido de oposição, ou de desprezo, em debates sobre os meios de

comunicação de massa e o viés midiático. Segundo alguns estudos na área da comunicação (tais como o trabalho do filósofo Noam Chomsky), a grande mídia define a agenda e organizações menores a replicam. No Brasil, algumas poucas famílias controlam os principais meios de comunicação, cenário que se repete em outros países. Assim, países como o Brasil podem ser definidos como lugares onde os maiores meios de comunicação seguem nas mãos de poderosas famílias próximas da classe política.

O que propomos discutir neste estudo tem relação com a atual conjuntura: com o surgimento das novas tecnologias de comunicação, a relação entre a mídia e o público leitor sofreu um deslocamento com o chamado jornalismo colaborativo, ampliando o poder de participação de iniciativas oriundas de outros setores da sociedade. O que se verifica é que este fenômeno provocou uma mudança nos espaços de interação entre mídia e leitor. Os espaços se configuraram de tal modo que possibilitaram que vozes antes silenciadas agora possam se manifestar.

Essa configuração possibilitou uma maior democratização dos espaços ocupados entre mídia e leitor. Agora temos muitos escrevendo para muitos. Isso permitiu que surgissem novos gêneros discursivos, ampliando a pluralidade nas formas de comunicação e nas fontes de informação. Hoje, com a tecnologia trazida pela internet, “parte da disputa pela opinião pública se dá nessa esfera conectada e em publicações *online* independentes da grande mídia” (ABRAMO, 2016, p. 9). Sabemos que a relação dos jornalistas e do jornalismo com a audiência sempre esteve marcada por tensões. A arrogância profissional e a primazia na emissão das informações fizeram com que os lados de quem emite e de quem recebe estivessem bem demarcados durante um longo período. Atualmente, com o quase desaparecimento dessa demarcação, cabe às instituições ouvir de forma séria seus leitores. São eles que atestam a credibilidade de que se vangloriam as empresas jornalísticas. Embora circulem pela internet de forma bem humorada, a crítica à imprensa precisa ser levada a sério (VIEIRA, 2019).

Nesse sentido, a forma de produção de notícias tem tomado uma direção diferente com a tecnologia digital e com a criação de novos espaços de deliberação. O atual contexto midiático permite uma maior pluralidade na comunicação. Com isto, qualquer um pode criar uma narrativa e disseminá-la nas redes sociais. Ou seja, quem faz o conteúdo são os próprios usuários das tecnologias. Hoje, “além de produtores de notícias, cidadãos comuns estão, cada vez mais, exercendo o papel de críticos do jornalismo feito pelas empresas tradicionais de mídia” (VIEIRA, 2019).

3.2 O PROCESSO DISCURSIVO DA CANETA DESMANIPULADORA: DESLOCAMENTO DE SENTIDOS

As dinâmicas que envolvem a informação na internet desestruturam a lógica linearizada e hierarquizante das abordagens jornalísticas convencionais, modificando a forma de atuação e o modo de olhar a informação. Isso mexe com as estruturas estabilizadas na sociedade sobre a notícia. Jenkins (2009, p. 28-29) demonstrou que as mídias digitais diferenciam-se das mídias tradicionais pela forma de participação e interação que aquelas apresentam. Já afirmava o autor, que “o emergente paradigma da convergência presume que novas e antigas mídias irão interagir de formas cada vez mais complexas”. Referia-se, ele, ao cruzamento, colisão das mídias, cujo processo de interação é impossível de antecipar, dada as constantes transformações conjunturais desse meio tecnológico. O fato é que ambas as mídias coexistem influenciando uma a outra na forma de produção. A convergência, a que se refere o autor, possibilitou, como já mencionamos, que a produção do produtor e do consumidor interagisse aumentando a fluidez de conteúdos através de múltiplas plataformas de mídia. Assim, pensar sobre as mídias implica considerar essa multiplicidade que as contorna e observar nessas fronteiras as transformações culturais e sociais provenientes de um processo de informação e conexões de conteúdos de mídia dispersos.

Essa ruptura na estrutura convencional aponta para outras possibilidades de interpretação, mexendo com conceitos estabilizados. Com isso, a mídia tradicional perde, em certa medida, seu poder exclusivo sobre a interpretação dos acontecimentos. No entanto “o poder das empresas de mídia ainda é grande e seus veículos são fonte de informação fundamental para milhões de pessoas, ainda que a partidarização da imprensa seja cada vez mais clara” (ABRAMO, 2016, p. 9).

Um exemplo dessa convergência são os efeitos sobre a cobertura do recente acontecimento político envolvendo o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016. Marcado pelo viés editorial, a cobertura dos acontecimentos que envolveram o afastamento da presidente gerou controvérsias sobre a atuação política da mídia tradicional sobre as estratégias de controle sobre o que deveria ser dito, visto ou apagado na condução das matérias sobre o impeachment. Na abordagem televisiva, desde a tomada pela câmera do cinegrafista até o posicionamento do repórter na cobertura das manifestações pró e contra o governo deixavam marcas de uma tomada de

posição bem demarcada. Principalmente, por instituições que sempre fizeram questão de afirmar seu caráter imparcial na condução dos fatos e notícias. No entanto, essa retórica da imparcialidade funciona numa tentativa de espelhar/explicar os acontecimentos para a sociedade, dando a essa prática um caráter objetivo, quando sabemos que não é bem assim que tudo se passa.

É certo que o profissional jornalista exerce sua prática de escrita e descrição das notícias, muitas vezes, seguindo as normas da política editorial da organização para a qual trabalha, deixando de lado suas crenças para seguir a lógica empresarial e o ponto de vista adotado pela instituição. Nesse sentido, Traquina (2005, p. 76), ao falar sobre a teoria organizacional, que trata do modo de organização jornalística, declara que para esta teoria, “a ênfase está num processo de socialização organizacional em que é sublinhada a importância de uma cultura organizacional, e não uma cultura profissional”. Nas condições de produção do jornalismo é preciso considerar a submissão do trabalho do jornalista à empresa jornalística, atentando, assim, para o fato observado por Traquina (2005, p. 157) de que “a autonomia do jornalista é permitida enquanto for exercida em conformidade com os requisitos da empresa jornalística”. No caso desta dissertação, nosso foco e referência é exatamente a instituição e não o jornalista e refletir sobre o funcionamento das instituições implica também em refletir sobre as relações de poder e “hegemonia como fenômeno de construção discursiva” (LACLAU, 2016, p. 103).

Ao tratarmos sobre o discurso da instância jornalística e seu modo de funcionamento, estamos considerando a relação do seu modo de produção discursiva em relação com a ideologia. Em um estudo sobre o discurso do *MST*, Romão e Tfouni (2004, p. 3) destacam o seguinte:

o discurso jornalístico faz uso de uma retórica que tem por objetivo fazer a informação parecer segura, confiável e fiel à realidade. A ideologia se incumbem de fazer parecer que esse é o único modo de dizer. Trata-se de uma couraça ilusória de que a verdade é absoluta, única e tem um só dono.

Dela-Silva (2003, p. 02), ao refletir a respeito da plurivocidade dos sentidos na concepção da Análise do Discurso em oposição a uma posição estruturalista da linguagem, lembra que as práticas que privilegiam o modo estruturalista se sobrepõem ao acontecimento discursivo. Sobre isso, a autora chama a atenção para o fato de que esse modo de trabalho constitui:

A prática da busca pelo sentido unívoco, disseminada nas salas de aula desde a alfabetização, é reproduzida em outras instâncias da sociedade, como na imprensa, responsável pelo registro dos acontecimentos contemporâneos. O discurso jornalístico se apresenta como a verdade e tem como objetivo o relato imparcial dos fatos. Nessa prática, não há espaço para a plurivocidade dos sentidos, para as versões por meio das quais os sujeitos se deparam com o real.

Nesse sentido, as manchetes selecionadas para nossa análise são significativas, porque se apresentam dentro de um contexto de prática de convergência das mídias e possibilitam demonstrar algo que é próprio da linguagem: a sua não transparência e o seu efeito de evidência para o sujeito, conforme preconizado pela Análise do Discurso pecheuxiana. Nesse caso, pensamos os atos digitais e os sentidos produzidos por sujeitos inseridos em nossa sociedade capitalista, que produzem e compartilham informações, pondo em circulação nas redes discursividades que geram narrativas digitais, a partir de diferentes singularidades políticas e ideológicas (DIAS, 2018). O processo de produção de sentidos das manchetes se dá, portanto, “pelas condições de produção da ordem do digital, que colocam em relação diferentes posições-sujeito, mediadas pela tecnologia” Orlandi (1996); o espaço de mediação da conversação, da escrita e da leitura é atravessado pela tela do computador ou mesmo pela tela de um “smartphone”, que permitem, por meio de seus dispositivos, por em circulação recortes de notícias, fatos, acontecimentos etc.

Em “Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico”, ao falar sobre o “excesso digital”, Orlandi (1996) o conceitua como uma “memória metálica”. Neste texto, a autora traz uma discussão teórica sobre as tecnologias e a linguagem, constatando que a memória metálica é “produzida por um construto técnico (televisão, computador, etc.). Ou seja, sua particularidade é ser horizontal (...), não havendo assim estratificação em seu processo, mas a distribuição em série, na forma de adição, acúmulo: o que foi dito aqui e ali e mais além vai se juntando como se formasse uma filiação e não apenas uma soma. Quantidade e não historicidade”.

Nesta direção reflexiva, Dias (2020) reforça que a memória metálica diz respeito ao funcionamento da própria mídia, construto técnico, que dispõe de filtros e trabalha com quantidade de informações, com a repetição e a reprodução. Segundo a autora:

se a memória discursiva é predominantemente da instância da constituição do sentido, a memória metálica é predominantemente da instância da circulação e de sua atualização filtro, hashtag, meme, feed de notícias, etc. Na memória metálica, a significação se dá no nível da circulação. Tomando como exemplo o Twitter ou o Facebook, quanto mais atualizações um sujeito fizer em seu perfil, mais visibilidade terá porque aumentará a circulação. Vemos que nesse caso, o ponto de partida para a construção dos sentidos não é a filiação do sujeito a uma rede de constituição, mas a uma atualização e circulação. “Repetição e quantidade, em sua forma binômica”. O já-dito armazenado que retorna sob a forma da atualização de dados num ultradiscorso e não da formulação do interdiscorso num intradiscorso (DIAS, 2020).

Ao tomarmos o gesto da *Caneta* para reflexão, interessa-nos compreender a natureza de sua prática discursiva e os efeitos de sentido que seu discurso engendra dentro deste espaço digital, sendo que tais discursividades precisam ser compreendidas, pois, conforme orienta Dias (2018), a tecnologia é apresentada como opaca, passível de descoberta de sentidos. Sabemos que o discurso da *Caneta* contesta os dizeres de um discurso dominante (Grande Mídia), e que o faz por intermédio de uma intervenção linguística. Assim, nossa suposição é a de que as desmanipulações feitas pela *Caneta* produzem um deslocamento de sentido movido por outra determinação político-ideológica e, por isso, não se configuram exatamente como desmanipulação. E, nesse sentido, não há manipulação, mas um efeito político e ideológico, que orienta os processos discursivos das mídias.



FIGURA 3 – Postagem da Caneta Desmanipuladora sobre matéria do Jornal *Folha de São Paulo* (18/12/2017). Disponível em: www.facebook/canetadesmanipuladora. Acesso em: 15 jun. 2019.

A matéria acima circulou na página Caneta Desmanipuladora no ano de 2017. A postagem traz em destaque uma imagem junto ao título, tratando da presença de sem tetos em uma Avenida de São Paulo, conforme evidenciado pela Figura 3.

Entendemos os saberes discursivos da FDGM como o discurso de uma posição-sujeito que se situa nas relações políticas concernentes ao capitalismo, discurso revestido de um argumento econômico (empresarial), com matriz de sentidos em uma concepção política desenvolvimentista de superação e do subdesenvolvimento do país, que se sustenta discursivamente nas esferas da política e também no social. Do mesmo modo, designaremos a FDCD de formação discursiva progressista, cuja matriz de sentidos aponta para as garantias jurídicas e universais de proteção ao indivíduo: os direitos humanos, são posições-sujeito inseridas na condição de produção dominante, que, neste caso, é a capitalista, mas com um cunho mais socialista, no referido caso.

Configuradas as posições em que os saberes estão situados, tomamos a materialidade discursiva da manchete que estampa a Figura 3 e que circulou em dezembro de 2017. Na ocasião de sua circulação, a manchete informava sobre a presença de barracas de sem-tetos em uma grande avenida da cidade de São Paulo. Os dizeres da manchete se deram nestes termos, conforme destacamos nas SDs:

SD2GM: Av. Roberto Marinho, em SP, sofre com degradação e invasão de sem-teto.

SD2CD: **Sem teto**, em SP, sofre com degradação **socioeconômica**.

De acordo com Orlandi (2005, p. 32), com base em Courtine (1984) todo discurso se situa na convergência entre o eixo da constituição dos sentidos (o *interdiscurso*), espaço de funcionamento da memória e onde temos todos os dizeres (os já-ditos) e o eixo da formulação dos sentidos (intradiscurso), formulação na qual a memória é atualizada. Assim sendo, toda formulação discursiva se constitui, determinada por essa relação estabelecida com o interdiscurso. Essas categorias analíticas são fundamentais para a análise discursiva que estamos desenvolvendo, porque, quando aplicadas aos discursos das mídias, permitem observar como se dá a produção de sentido dos discursos na relação com outros dizeres (pré-construído). E,

desta forma, trazermos à tona os elementos produtores dos efeitos de evidência dos sujeitos.

Voltando à análise, podemos verificar que por meio de um processo de inversão sintática do enunciado inicial, ocorre a instauração do confronto ideológico pelo viés da interpretação. Com seu gesto, a *Caneta* textualiza o político por meio da inversão sintática do enunciado, encaixando outras palavras na frase com vistas a evidenciar ao leitor o que ela entende como uma manipulação jornalística. O sujeito da FDGD, interpelado por uma formação ideológica específica, considerando aí a relação de classes, diz o que diz a partir de sua posição. Assim, escolhe os dizeres que confrontam os dizeres da outra formação discursiva. A “desmanipulação” demarca pelos dizeres as formações discursivas com as quais se identificam.

Retomando a análise das sequências discursivas da Figura 3, podemos apreender da materialidade o funcionamento das formações ideológicas como as responsáveis pela interpelação dos indivíduos em sujeitos de seus discursos. Podemos constatar essas duas formações ideológicas distintas, conflitando na materialidade discursiva: uma materializada pela prática jornalística, moldando os sentidos sobre a linguagem pela via do pensamento capitalista/liberal, a outra, a da *Caneta*, ancorada em um discurso humanitário, que contesta, por meio de prática de correção/edição, os dizeres da FDGD denegando seus dizeres e os sentidos produzidos pela manchete.

Partindo da concepção de discurso como um jogo estratégico e, nesse caso, veiculado pela imprensa (instituição), compreendemos que o domínio de saber que sustenta a FD1 se vale de recursos sintáticos que dão ênfase a uma determinada interpretação: seu enunciado se estrutura sob uma inversão sintática que enfatiza a palavra “avenida”, colocando-a como o tópico frasal da manchete. Essa estruturação sintática, no modo como foi elaborada na manchete, produz um efeito de sentido de descaso para com o ser humano. Algo do humano é apagado. Esse efeito pode ser apreendido pela forma como esse enunciado foi produzido, considerando quem o produziu e em quais condições produziu. Ou seja, se o sujeito do discurso diz “x” e não “y”, o que determina essas escolhas?

Nessas condições, pensando o linguístico articulado à exterioridade, podemos dizer que o lugar ocupado pela GM, sujeito do discurso, reproduz um discurso a partir de uma formação discursiva de viés capitalista/empresarial. E que essa posição, a partir

da qual ela enuncia, é transformada no discurso que aparece na manchete. Assim, interessa saber como esse discurso se materializa e que efeitos de sentido que produz.

A produção do enunciado se deu em uma seção do jornal que traz coberturas sobre os principais fatos relacionados à segurança, educação, direito, urbanismo, trânsito, comportamento, previsão do tempo etc., que podemos identificar pela palavra “cotidiano”. Examinando a SDGM, podemos verificar ainda que a construção sintática adotada pelos editores da matéria enfatiza determinado viés de interpretação, quando utilizam uma construção sintática que privilegia na frase um objeto (avenida) em detrimento de um ser humano (sem teto).

E como fazem isso na manchete? Consideramos que um dos elementos produtores deste efeito que acabamos de falar se deve em parte à ênfase dada à formulação da frase agentiva, uma forma com a qual estamos acostumados e com a qual estabelecemos correlação. É por meio do recurso da voz passiva, que a GM busca evidenciar o sujeito paciente (avenida) que sofre a ação. Deste modo, a voz passiva evidencia não o agente (sem-teto), mas quem está sendo “impactado” por ele: a avenida. Esse efeito é ainda reforçado pela antropomorfização da avenida, quando é atribuído a este objeto inanimado (Avenida) sentimentos: é a avenida que “sofre” com a degradação e a invasão do sem-teto. Desta perspectiva, o sem teto é o sintoma de uma doença que acomete a já tão “degradada” Avenida.

Como podemos perceber, por meio de uma construção sintática, é dada ênfase em um texto à valorização da “coisa material” em detrimento do ser humano. Por meio da “manipulação” (manejo), do deslize, do equívoco, é possível apreender as marcas e a presença da subjetividade no enunciado. É por intermédio das construções linguísticas que os sentidos são produzidos e discursivizados, cristalizando-se no tecido social.

O efeito que acabamos de mencionar pode ser apreendido pela preferência da construção sintática dada à manchete, em um gesto que privilegia determinado enfoque: a avenida é transformada em sujeito da frase e vítima da ação do sem-teto, conforme já depreendemos da materialidade linguística. Assim, é a avenida que está sendo degradada, invadida e que padece. Portanto, a avenida é alçada (tópico da frase) à condição de vítima. Ao mesmo tempo em que a avenida é “humanizada”, ocorre a objetificação do sem-teto, que vai parar no final da frase. O sem-teto é o agente causador do sofrimento da avenida, coisificado no enunciado da manchete. É desta forma que o discurso da GM conduz a interpretação. E essa escolha não é aleatória, mas

determinada pela formação discursiva da GM que fala de uma posição ideológica da ótica econômica capitalista.

No entanto, o contraponto discursivo da *Caneta Desmanipuladora*, por meio de um “ajuste” no enunciado, gera outro enunciado produzindo outros sentidos a partir do enunciado inicial, apontando para a estratégia de inversão na frase. É o deslocamento produzido pela *Caneta* que explicita essa construção no enunciado, ao questioná-lo. Ela interroga o outro discurso, impondo-lhe outra interpretação. Há um deslocamento no nível da constituição, produzindo outro sentido e outra posição-sujeito, que não se identificam com a FDGM.

Com o recurso da caneta de tinta vermelha - essa escolha não é por acaso, já que ela mobiliza sentidos de transformação e de revolução - a *Caneta* imprime ao texto outro efeito, deslocando o sentido anterior. Nesse gesto, a *Caneta Desmanipuladora* refuta o enunciado anterior, negando seu sentido e atribuindo a ele outro com o qual ela se identifica. Ela traz para o discurso os dizeres do outro, substituindo-os por dizeres próprios, de sua formação discursiva, a esta forma, filiando esses dizeres a outros dizeres, a outras redes de sentidos. Com um risco sobre a palavra “avenida”, ela substitui este substantivo pelo significante “sem teto”. Do mesmo modo, ela faz com os complementos “e invasão de sem teto”, ao substituí-los por “socioeconômica”, impondo a inversão ao enunciado inicial e afetando sua ordem discursiva. Ao mudar o percurso de sentido, a posição-sujeito do editor da *Caneta* aponta para outra direção de interpretação, evidenciando a presença de dois fenômenos que aparecem na matéria jornalística, quais sejam: a prosopopeia (“a avenida é quem sofre”) e a objetificação do sem-teto. O que se identifica nos enunciados é a materialização da ideologia na/pela linguagem, pois, conforme lembra Orlandi (1996, p. 56), “pela ideologia se naturaliza o que é produzido pela história”.

Afetados pelo simbólico, observamos que o modo de funcionamento dos discursos nas sequências discursivas tomam direções distintas. De um lado, detectamos no discurso da GM um viés capitalista; do outro, temos o discurso da CD atravessado por um viés progressista, mas também sujeito deste tempo-espço e, portanto, um sujeito capitalista, interpelado ideologicamente por outra formação ideológica, que tem como componente outra formação discursiva, que comporta dizeres de outro domínio e que mudam o posicionamento discursivo. Trata-se de um discurso em defesa dos direitos humanos, voltado para as causas sociais.

Para a Análise de Discurso, o sujeito é histórico e produz seu discurso em um determinado espaço-tempo e, portanto, é um sujeito ideológico determinado nessa relação:

ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história, ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos (ORLANDI, 2005, p. 50).

Nesta manchete, consideramos analisar o imbricamento do material significante, imagem e texto compreendendo esse material como “materialidades significantes”, conforme entendimento de Lagazzi (2015, p. 35). Orlandi (2010, p. 12) também postula que “uma imagem posta junto ao verbal, no digital, não deve ser simples exercício de ilustração, mas significação atestando a abertura ao simbólico, dispersão de sentidos”.

Assim sendo, passamos a considerar seus efeitos na manchete levando em conta que esta imagem orienta a interpretação pra a desigualdade social. Esse efeito de sentido pode ser apreendido através das barracas de lona enfileiradas em uma *margem* fazendo contraste com os edifícios suntuosamente enfileirados do outro lado, divididos pela extensa avenida que simboliza, na imagem, uma divisão marcante na sociedade capitalista: o contraste da desigualdade social. Trata-se de um enquadramento, captado pelo jornalista, de uma mazela social, materializada na imagem a partir de um viés em função do capital: uma imagem padrão capaz de naturalizar sentidos. Desta forma, o efeito do pré-construído vai acionar de diferentes maneiras a memória discursiva. Nesta, que acabamos de descrever, aciona-se a memória de uma mazela social brasileira: a questão da moradia no Brasil e a condição miserável dos sem-teto.

Por se tratar de uma prática social, e não individual, o discurso deve ser compreendido levando em conta as posições ocupadas pelos sujeitos envolvidos no processo discursivo, como buscamos demonstrar, considerando as condições de produção dos discursos, como o contexto que envolve o sujeito e a situação de produção. Dito de outro modo: a situação sócio-histórica-ideológica em que os sujeitos enunciadorees estão absorvidos.

A manchete da Figura 4 apresenta uma formulação de enunciado que trouxe na matéria informações sobre uma pesquisa de opinião sobre duas figuras da política brasileira. Na construção da manchete, a escolha pela palavra *desaprovação*, que inicia a manchete do *Estadão*, não se dá de modo aleatório. Sua utilização é pensada a partir

de determinada formação discursiva, a do jornal, e a partir de condições de produção dadas, para produzir determinado sentido para o leitor.



FIGURA 4 – Postagem da Caneta Desmanipuladora sobre matéria do Jornal *O Estado de São Paulo* (24/09/2017). Disponível em: www.facebook.com/canetadesmanipuladora. Acesso em: 15 ago. 2019.

O que determina a escolha de uma palavra de sentido positivo ou negativo para a produção de uma manchete? A resposta está na conjugação de vários elementos, como os que podemos ver funcionando no arranjo semântico do enunciado e no modo como são relacionados os nomes *Lula* e *Moro* na manchete. Dito isto, como se organizam os discursos nas manchetes para produzir sentidos?

SD3GM: Desaprovação de Lula cai e de Moro sobe, diz instituto.

SD3CD: **Aprovação** de Lula **sobe** e de Moro **desce**, diz instituto.

Quando o Estadão usa a palavra *desaprovação* para informar o índice de aprovação do ex-presidente Lula e do ex-juiz Sérgio Moro, o arranjo linguístico serve para associar palavras de semântica negativa como “*Cai*”, ao nome de Lula e palavras semanticamente positivas, como “*sobe*”, ao nome de Moro. No enunciado, se colocada próxima ao nome do ex-presidente Lula, a palavra *aprovação* conduziria o leitor a uma impressão positiva a respeito do ex-presidente. E, dada a posição ideológica ocupada pelo sujeito jornalista, estes termos não lhe são permitidos dizer em sua formação discursiva. Nesse sentido, poderíamos dizer que tais arranjos linguísticos, que aparecem nos dizeres das manchetes, apresentam uma organização que funciona ao sabor da ideologia, produzindo os sentidos possíveis para uma formação discursiva dada, conferindo à manchete o efeito de completude, de evidência, necessária para a produção

de um efeito de verdade ao leitor. Como nos lembram Romão e Tfouni (2004, p. 4), a imprensa, por meio do seu trabalho com a linguagem, produz “uma virtualidade na confecção de uma imagem e uma representação vendida como universal. Sendo assim, o que é recorte, angulação e seleção circula apoiado pelo efeito de evidência como se todos os sentidos pudessem ser esgotados em determinada reportagem” (ROMÃO; TFOUNI, 2004, p. 4). Isto, porque o indivíduo é interpelado em sujeito ao se identificar com uma formação discursiva, determinado pelos pré-construídos.

Desta forma, o título “*Aprovação de Lula sobe e de Moro desce*”, como proposto pela Caneta Desmanipuladora, é tomado como estranho por esta formação discursiva, que não se identifica com o que foi dito na manchete. Por sua vez, a *Caneta* desmanipula a manchete, conduzindo o leitor a uma associação da palavra *Lula* com duas outras palavras de semântica positiva: “aprovação” e “subir”. Essa imposição da *Caneta* na correção das palavras implica em deixar a palavra *Moro* associada a palavras antonimamente inversas, negativas (SALLORENZO, 2018, p. 58). E isso tem a ver com as posições ideológicas que cada um ocupa na discursividade. É nesse sentido que compreendemos o trabalho conjunto da língua, da história e da memória para produzir sentidos:

uma memória do dizer, pontuada pela inscrição do uso dos significantes em outras conjunturas sócio-históricas; então, as palavras carregam, em seu bojo, as marcas desses usos sociais. Dito assim, a mídia se coloca na esteira dessa memória discursiva, jogando com os sentidos do já-lá, que são reconfigurados e atualizados permanentemente (ROMÃO; TFOUNI, 2004, p. 5).

A noção de Formação Discursiva, articulada à formação ideológica “que se pode caracterizar, de modo concreto, uma das formas através das quais Michel Pêcheux transpõe o funcionamento da categoria da contradição, proposta por Marx, para o âmbito concreto das relações entre a sociedade e a linguagem” (ZANDWAISS, 2012, p. 48). Na manchete seguinte podemos observar a interpelação dos indivíduos em sujeitos de seus discursos nas construções discursivas correspondentes.

Domingo, 04/09/2016, às 09:15, por Equipe de dados

RE
~~Aprovação~~ ao governo Temer varia de
~~8% a 19%~~ nas capitais, aponta Ibope
81% 92%

FIGURA 5 – Postagem da Caneta Desmanipuladora sobre matéria do Jornal *O Globo* (04/09/2016). Disponível em: www.facebook.com/canetadesmanipuladora. Acesso em: 22 set. 2019.

SD4GM: Aprovação ao governo Temer varia de 8% a 19% nas capitais, aponta Ibope.

SD4CD: **Reprovação** ao governo Temer varia de **81%** a **92%** nas capitais, aponta Ibope.

A manchete do Portal G1 (Figura 5) trouxe porcentagens referentes à avaliação do governo de Michel Temer. Então, para a Caneta, o problema é a GM transformar algo negativo em algo positivo para o leitor. Sem omitir a informação, o portal de notícias usou a palavra “aprovação” colada ao “governo Temer” e, fazendo isso, consegue associar uma ideia positiva sobre os dados apresentados. Como estratégia argumentativa, a Caneta usa o recurso da antonímia para inverter o sentido, deixando a palavra “reprovação” próxima ao nome, destacando o resultado negativo da avaliação.

De acordo com Romão e Tfouni (2004, p. 3), “lançando mão de tabelas, gráficos, mapas, estatísticas, quadros explicativos, pesquisas inéditas, fotografia e fotomontagens, a tônica do discurso jornalístico é generalizar e fixar um dizer como irrefutável.” Ao colar ao nome Michel Temer uma palavra (aprovação) de semântica positiva, mesmo que a informação traga percentuais negativos sobre a avaliação do governo, o G1 busca por em funcionamento, por meio de suas escolhas linguísticas, uma outra percepção de sentido ao leitor. Fazendo uso de estratégias linguísticas, o G1 busca produzir uma ideia positiva de algo negativo relacionado ao governo. Assim, a “manipulação” na manchete não omite informações ao leitor. Mas relaciona ou escamoteia a informação negativa, dando a ideia de positividade no jogo com as palavras. Desta forma, se lida rapidamente sem a devida atenção, a manchete pode conduzir o leitor ao efeito de sentido que acabamos de falar: ao efeito de sentido da

vontade de verdade de quem produz a manchete. O uso do significante “desaprovação” ou “aprovação”, nesse caso, está submetido às determinações das posições discursivas dos sujeitos que escrevem e que (re)formulam a manchete. Há uma identificação destes sujeitos (jornalista/empresa jornalística) e (mídia alternativa) com estes dizeres, porque o sujeito se identifica com os dizeres da formação discursiva, que determina, em última instância, suas escolhas, seus dizeres. Por este motivo, certas escolhas são possíveis em uma dada *formação ideológica*, “que governa os discursos”, e outras causam estranhamento e são substituídas ou silenciadas:

(...) o sujeito retoma o seu discurso para explicitar a si mesmo o que diz, para formulá-lo mais adequadamente, para aprofundar o que pensa: na medida em que, para antecipar o efeito do que diz, utiliza-se de “estratégias discursivas” tais como a “interrogação retórica, a **reformulação tendenciosa e o uso manipulatório da ambiguidade**”. **É a operação de seleção linguística** que todo falante faz **entre o que é dito e o que deixa de ser dito**; em que, no interior da formação discursiva que o domina, **elege algumas formas e sequências que se encontram em relação de paráfrase e “esquece”, oculta outras**. Essa operação dá ao sujeito a ilusão de que o discurso reflete o conhecimento objetivo que tem da realidade (BRANDÃO, 1997, p. 66, grifos nossos).

Verificamos, nas análises anteriores, a presença de uma tensão entre os saberes das duas formações discursivas, desencadeada pela intervenção do discurso da FDGD sobre o discurso da FDGM que se estabelece por meio da relação semântica de oposição de sentidos. Podemos afirmar, neste ponto do trabalho, que este tensionamento é causado pelo atravessamento da política na linguagem, elemento originador das contradições.

Para melhor situarmos essa discussão sobre o atravessamento da política na linguagem, buscamos um texto de Pêcheux ([1978]2015e, p. 251) referente a uma pesquisa conduzida em parceria com Paul Henry, Jean-Pierre Poitou e Claudine Haroche no CNRS, que leva o título “As massas populares são um objeto inanimado?”. Nesse texto, Pêcheux apresenta um exemplo prático de exercício analítico. Ele inicia seu texto refletindo sobre o par semântico pessoa/coisa e a forma como essa oposição reflete as divisões do pensamento moderno na esfera jurídica: pela oposição contrato x propriedade; na esfera filosófica, pela oposição entre sujeito x objeto; na esfera moral, pela oposição entre intencional e não intencional. Pêcheux defende a tese de que “o par semântico pessoa/coisa, que ‘cola’ sem problema aparente nos enunciados da vida cotidiana, não mais se aplica quando se trata de política no sentido não-burguês do

termo, isto é, desde que se trate da política das massas”. Dito de outro modo: essas oposições, aplicadas no dia a dia não são tão simples quando se trata da política das massas.

O autor adverte ainda que tomar essas oposições como evidentes, como algo natural na linguagem, é perder de vista a natureza ideológica do discurso e do significado. Para desenvolver a pesquisa, o pano de fundo para pensar os efeitos da política na linguagem é “a teoria do crescimento zero”, com indicações de autorias diferentes: um escrito por um economista de direita, outro escrito por um economista de esquerda. Como conclusão de sua tese Pêcheux (2015e, p. 272) afirma que “não há leitura objetiva de um texto político porque não há senso comum no que se refere à política”. Sua constatação é a de que as diferenças e contradições não estão no nível sintático ou lexical, mas que estas contradições se organizam ali e os diferentes sentidos vão variar de acordo com a posição da qual são enunciados, porque “no terreno da linguagem, a luta de classes ideológica, é uma luta pelo sentido das palavras”.

Na verdade, as sequências discursivas não deixam de dizer *o mesmo*. A *Caneta*, ao substituir por antônimos as palavras “reprovação”, “cai” e “sobe”, o faz de forma irônica, jogando com estas palavras e deslocando o sentido inicial, para demarcar o posicionamento editorial da mídia. É preciso lembrar que uma das características que diferencia as mídias independentes/alternativas, das tradicionais, é o fato de elas assumirem um posicionamento político-ideológico como uma forma de questionar a neutralidade da grande mídia.

As manchetes, no entanto, não poderiam trazer algo diferente do que trazem. Os fatos são os mesmos, a notícia é a mesma. O uso do significante “aprovação” ou “desaprovação” não alteram o teor da informação. A notícia continua a ser a mesma. Mas, a forma como cada posição-sujeito traz esse discurso é marcada pelas escolhas que cada um faz a partir da formação discursiva na qual se insere. Se os sujeitos produzem seus dizeres em forma de espelho (dizendo a mesma coisa, não alterando a informação), fazem cada um ao seu modo, “manipulando” a língua de acordo com suas posições ideológicas para produzir sentidos. Dentro do universo discursivo, a escolha se dá sob a ótica da “aprovação” ou “desaprovação”, daí o conflito ao escolher entre uma coisa ou outra; entre escolher colocar esse lado do espelho ou não. Nessa manchete, a posição ocupada pelos sujeitos reflete as escolhas dos termos na manchete que são acentuadas pelo contraste antonímico.

A linguagem é tecida por uma gama de estratégias e intenções involuntárias, de forma que todo enunciado sustenta um ponto de vista. A Análise do Discurso afirma que o sujeito é afetado pelo inconsciente e pela ideologia e, portanto, o sujeito não é fonte do sentido, mas se forma por um trabalho de rede de memória, “acionado pelas diferentes formações discursivas, que vão representar, no interior do discurso, diferentes posições-sujeito, resultado das contradições, dispersões, descontinuidades, lacunas, pré-construídos, presentes nesse discurso” (GRIGOLETO, 2005, p. 3). Nessa perspectiva, a “condição substitutiva da antonímia” confere um caráter dinâmico na relação de sentido do par semântico em disputa, permitindo refletir sobre a relação de conflito entre as formações discursivas (SILVA, 2004).

Sendo assim, compreender o discurso é apreender essas “intenções”, dispersões, lacunas etc., recuperando os elementos que se relacionam com o que é exterior ao texto e intervém na sua construção e compreensão. Quando dizemos isso, estamos nos valendo de um dos conceitos primordiais da Análise do Discurso, que é a Memória Discursiva. Trata-se de uma memória coletiva na qual os sujeitos estão inscritos (FERNANDES, 2005, p. 46). Na Figura 5, a *Caneta Desmanipuladora* retoma essa memória ao substituir a palavra “ELEIÇÕES 2016” pela palavra “GOLPE 2016”, no cabeçalho da seção de notícias. Esta retomada faz uma referência ao “golpe de estado” que culminou com o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. É atribuída a J.J. Courtine a defesa de pensar o conceito de formação discursiva como “fronteiras que se deslocam”, referindo esse movimento à memória discursiva (GREGOLIN, 2005, p.6). Aplicadas estas categorias de análise às sequências discursivas, podemos ver as posições ocupadas em cada formação, tanto pelo *Estadão* como pela *Caneta Desmanipuladora*, determinando o que cada um pode ou não dizer.

Assim sendo, “as palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas”, porque “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 2014a, p. 147). Dessa forma, na substituição de uma palavra por outra, ocorre o processo de interpelação ideológica e inscrição do sujeito editor da *Caneta* na materialidade discursiva, determinando suas escolhas e suas formulações discursivas nas manchetes. O que mostra a análise das manchetes - no entrecruzamento dos dizeres - , é que o sentido está à deriva, podendo sempre mudar e ser outro, dependendo do lugar

de onde se enuncia, de modo que as diferentes versões de um texto, as diferentes formulações de um texto, constituem novos produtos significativos. Conforme lembra Orlandi (1996, p. 14), “qualquer modificação na materialidade do texto corresponde a diferentes gestos de interpretação, compromisso com diferentes posições-sujeito, com diferentes formações discursivas, distintos recortes de memória, distintas relações com a exterioridade”.

3.3 A DISPUTA PELOS SENTIDOS DAS PALAVRAS: GESTOS DE INTERPRETAÇÃO

É preciso enfatizar, novamente, que, para a Análise do Discurso francesa, o sujeito não é a fonte do sentido, não é dono de seus dizeres e é afetado por dois tipos de esquecimentos provocados pela ideologia. É por conta desses esquecimentos que os sujeitos dos discursos das sequências que acabamos de analisar têm a ilusão de ser a origem dos dizeres e os criadores absolutos de seus discursos. Têm-se, aí, o funcionamento do efeito de evidência que envolve o processo de formulação discursiva própria da forma-sujeito. No entanto, ambos se valem de discursos *já ditos*.

Há momentos históricos em que as relações de lugares na sociedade apresentam conflitos de posições político-ideológicas. A estas relações de antagonismo, aliança ou dominação em uma dada conjuntura histórica Pêcheux vai chamar de Formações Ideológicas: “um elemento (...) suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social” (2014b, p. 163), de forma que interpretamos o mundo e as coisas a partir das posições que ocupamos, sendo que “o sentido é da ordem das formações discursivas” (POSSENTI, 2005, p. 360). Uma vez que o sujeito é interpelado pela ideologia, há o trabalho desta sobre o gesto interpretativo, naturalizando o sentido na relação com o simbólico. Consequentemente, o *Estadão* não pode garantir o controle dos sentidos, pois sempre há algo que escapa e que resiste. Por esse motivo, o sentido não é literal, circunscrito, podendo tornar-se outro, porque, na língua, há resistência, há movimentos, há transformações (ORLANDI, 2005, p. 42).

As condições de produção das manchetes compreendem o contexto do processo de afastamento e destituição da Presidente Dilma Rousseff, ocorrido em maio de 2016. São discursividades que foram se cristalizando em torno de uma intensa batalha política e jurídica que envolveu a acusação sobre movimentações financeiras que teriam sido feitas pela presidenta, o que resultou na sua deposição. Havia, naquele momento, outro paradigma sendo desenhado pelos discursos conservadores que ecoavam nos dizeres de uma parcela da sociedade civil, alinhavado aos discursos políticos de extrema direita. A reeleição de Dilma, (o resultado inesperado) não foi aceita com a naturalidade desejada nas democracias. “Foi contestada em diversas instâncias, das jornalísticas às judiciárias. A reação foi reforçada pelas medidas econômicas tomadas no começo do segundo mandato, que fizeram com que muitos eleitores de Dilma se frustrassem” (POSSENTI, 2016, p. 1076).

Esse arranjo político que se desenhava foi desencadeado muito provavelmente com as manifestações de 2013 ocorridas no Brasil, que intensificaram a polarização política no país. Eram sintomas e efeitos que foram se fortalecendo e que culminaram com o afastamento da Presidenta eleita, criando o quadro político que emergiu nas eleições de 2018 e que temos hoje.

Este acontecimento político pautou as narrativas do jornalismo da grande mídia brasileira durante todo o processo de destituição da presidenta Dilma, que continuaram ressoando em diversos espaços midiáticos. Da discursivização desse momento político brasileiro, sobre o qual não sabemos exatamente onde iniciou, pois, “é praticamente impossível demarcar com exatidão o início de um processo histórico, a única coisa certa é que, geralmente, a data que fica nos manuais é inexata” (POSSENTI, 2016, p. 1076). É certo que o processo de impedimento de Dilma Rousseff reflete as contradições sociais e ideológicas que o contornaram.

Queremos, na sequência, trazer uma análise para melhor exemplificar o funcionamento da memória discursiva, o que faremos por meio das sequências discursivas seguintes, destacadas de uma manchete de *O Globo*.

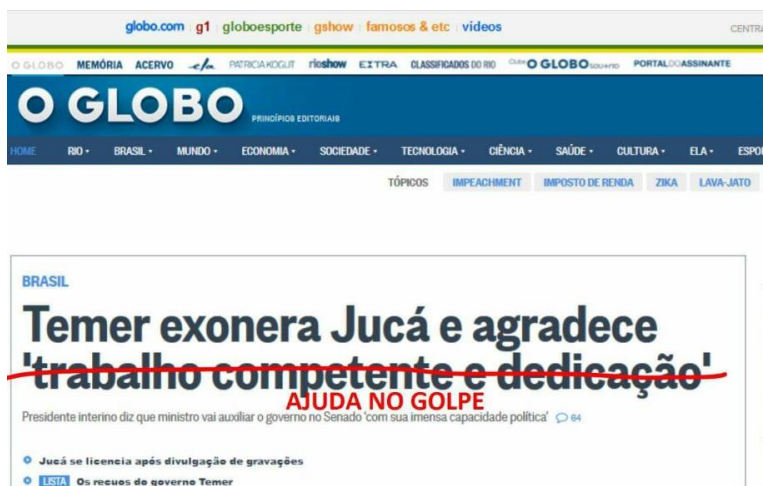


FIGURA 6 – Postagem da Caneta Desmanipuladora sobre matéria do Jornal *O Globo* (24/05/2016). Disponível em: www.facebook.com/canetadesmanipuladora. Acesso em: 18 out. 2019.

SD5GM: Temer exonera Jucá e agradece “trabalho competente e dedicação”.

SD5CD: Temer exonera Jucá e agradece “**ajuda no golpe**”.

As narrativas que se formam em torno de um acontecimento político podem criar disputas em torno de alguns termos que passam a circular com facilidade em determinadas formações discursivas e ser rejeitado em outras. Acreditamos que seja esse o caso da palavra “golpe” que ganhou materialidade e repercussão passando a designar o processo de impedimento da Presidenta Dilma. A repercussão e circulação do termo ajudaram a sedimentar o efeito em torno do processo adquirindo nova designações no contexto social. As designações e sentido dados a alguns termos ajudam a reforçar as contradições em sociedade. Para entendermos o funcionamento dessa contradição de narrativas e o modo como estas contradições se materializam nas práticas de escrita jornalística, nos títulos seguintes, selecionados do *corpus*, há uma recorrência da designação “golpe” na desmanipulação. Conforme Possenti (2016, p. 180), eventualmente,

discursos políticos recebem adesões em decorrência de um emprego eficaz de certas palavras, como “democracia”, “desenvolvimento”, “povo”, “social”. Determinados embates políticos podem girar em torno de uma palavra, como é o caso, de alguma maneira, do emprego ou de sua recusa, da palavra “golpe”.

A matéria em questão tratava do afastamento de Romero Jucá, ministro do governo interino de Michel Temer, em virtude de acusações sobre a tentativa de

interferência do ministro nas investigações da Lava Jato. A matéria circulou em maio de 2016, momento em que a presidenta Dilma encontrava-se afastada do cargo da presidência, por conta do processo que pedia o seu *impeachment*. O contexto de produção e circulação da matéria envolve, portanto, estes acontecimentos. As aspas utilizadas na manchete indicam que a frase é uma citação direta da fala do presidente interino Michel Temer, a respeito de seu ministro.

Situando a manchete, o inconformismo com a reeleição do governo Dilma, que culminou no seu afastamento definitivo da presidência, gerou produções discursivas em torno dos significantes impeachment/golpe. No domínio de produções discursivas de rejeição ao governo Dilma, o termo “impeachment” passou a ser usado para significar esse acontecimento de rejeição à reeleição de Dilma e aos seus eleitores. A reação de resistência contra o afastamento da presidenta, por sua vez, se formou em torno da palavra “golpe”, que passou a designar a destituição de Dilma (SOUZA, 2018, p. 284).

As produções discursivas sobre esse acontecimento se deram em torno dessas duas designações, representando os saberes de duas formações discursivas antagônicas. Os usos do par impeachment/golpe materializam a relação de forças em jogo para significar o mesmo acontecimento. É o próprio Pêcheux (1999, p. 55) que nos orienta sobre o fato de que, na análise de discursos, interessa a interpretação que “dirige seu olhar sobre os gestos de designação, ou seja, sobre a materialidade linguístico-discursiva e não sobre os designatas e as significações”. É com esse entendimento que olhamos para o linguístico na discursividade para compreender o gesto de interpretação do sujeito. Assim, embora se refiram ao mesmo acontecimento, as diferentes posições-sujeito buscam, por meio de seus gestos, na relação com a memória e com a historicidade, significá-lo cada um à sua maneira.

Segundo Pêcheux (1999, p. 52) a memória constitui “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas”. Assim, ao mesmo tempo em que ela cristaliza sentidos por meio da repetição, o movimento de retomada da memória produz também novas formulações que alteram os sentidos cristalizados (INDURSKY, 2011, p. 9). Assim, os saberes da formação discursiva a favor do impeachment de Dilma retomam os saberes da memória discursiva, repetindo a palavra “Fora Dilma!”, produzindo o efeito de memória do “Fora Collor!”, gritado nas ruas por manifestantes a favor do *impeachment* de Collor de Mello em 1992. A formação discursiva que se opôs

à deposição da Presidenta retoma da memória a palavra “golpe”, referindo essa palavra ao golpe militar ocorrido em 1964. Ambas as formações discursivas retomam da memória algo que é histórico para significar o acontecimento.

Ao se referir à noção de memória, Indursky (2011, p. 4) a diferencia da noção de interdiscurso. Retomando Courtine, Indursky argumenta que, se a memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas reguladas pelos aparelhos ideológicos— conforme demonstramos no parágrafo acima—, “esta memória, então, diz respeito aos enunciados que se inscrevem em uma formação discursiva, recebendo, no interior desta formação discursiva, seu sentido”. Assim sendo, de acordo com Indursky, essa memória não se refere a todos os sentidos, como é o caso do interdiscurso, “mas aos sentidos autorizados pela forma-sujeito no âmbito de uma formação discursiva”. Uma vez que as formações discursivas determinam o que pode e deve ser dito, ou o que não pode ser dito, o sujeito seleciona do interdiscurso aquilo que interessa e refuta aquilo que não a sua formação discursiva recusa.

Entendemos ser esse o caso referente aos usos da frase “Fora Dilma!”. Nesta formação discursiva a palavra *impeachment* foi recentemente retomada (atualizada) para significar o afastamento definitivo da presidenta do governo. Mas, o modo como essa palavra circulou nas mídias, nos cartazes em manifestações, enfim, no social, retomava esse outro acontecimento que também culminou na retirada de outro presidente, Fernando Collor de Mello.

É por meio dessas filiações estabelecidas com a memória, retomando-se nela os acontecimentos históricos, que as FDGM e a FDCD estabelecem as relações de sentido. Nesse caso, a retomada da frase “Fora Dilma!”, no contexto do processo de destituição de Dilma, remete a esse outro momento histórico (*impeachment* de Collor) fazendo ressoar na memória das pessoas aquele outro acontecimento. Essa injunção se dá pela retomada desse discurso e o que ele significa pela memória discursiva. Trouxemos o exemplo acima para ilustrar os termos em que se deram as discursividades no contexto de destituição da Presidenta, para podermos, então, demonstrar pelas análises seguintes o princípio de funcionamento da memória nos discursos e como se estabelece essa relação discursivamente.

Se a palavra “impeachment” ganhou força entre os que se opunham ao governo da presidenta Dilma, por outro lado a palavra “golpe” passava a significar o mesmo acontecimento, por outra via de percepção. Desta forma, cada grupo recuperou no interdiscurso a palavra de acordo com uma formação ideológica. Cada uma das palavras passa, então, a carregar um valor para significar um mesmo acontecimento, mas diferentemente, de acordo com as formações dos sujeitos envolvidos no discurso.

Sendo a memória uma memória coletiva e não individual, as palavras ativam essa memória coletiva e a rede de significados interligados a elas, significados que vão constituindo nossos saberes e nossas ideias por meio da linguagem, e que, por sua vez, por meio desta mesma linguagem, nós articulamos nossos saberes com outros campos de saberes, com outras formações discursivas que vão constituindo outras ideias, outros sentidos, outros dizeres, outros saberes. Assim, ao escolhermos determinados termos para enunciar, estas escolhas mostram as nossas relações com a exterioridade e com a memória, evidenciando nossas filiações ideológicas.

Voltando para nossa análise, podemos observar que a *Caneta* usa a ironia como recurso para crítica, com a finalidade de ridicularizar a fala de Michel Temer. Esse efeito de ironia se dá pela substituição do discurso direto, no título, pela frase “ajuda no golpe”. Se observarmos, a frase alude ao apoio desses políticos para o afastamento da Presidenta, que nos permite verificar que o discurso da posição-sujeito editor da *Caneta* se situa na relação política de oposição ao governo Michel Temer, produzindo sentidos que buscam o apagamento da credibilidade das falas do governo. É um discurso cujo argumento principal se apoia na aliança com o discurso político contrário à destituição da Presidenta Dilma, que via no processo de *impeachment* um golpe de Estado.

A *operação de substituição* da FDCD produz um desvio de sentido mexendo com a regularização do discurso da GM. Ou seja, os sentidos se movem ao serem produzidos a partir de outra posição-sujeito ou de outra matriz de sentido. Embora a FDCD mantenha grande parte dos elementos linguísticos do enunciado anterior, a operação de substituição produz outro enunciado linguisticamente diferente: o material linguístico é transformado e reaparece com outro efeito de sentido. Há uma movência de sentidos no âmbito desse discurso. Logo, entendemos que não há repetição, mas o enunciado é transformado. Ele produz um outro efeito de sentido, ironizando, negando, recusando o sentido anterior.

Na manchete temos um enunciado inicial que se organiza com determinadas palavras. E também temos um outro enunciado que mantém (até certo ponto) as palavras do enunciado inicial, mas que o transforma. Desta maneira, o enunciado não repete, mas diz outra coisa. A FDCD não diz a mesma coisa de um modo diferente, mas ela diz de um modo parecido coisas diferentes. Assim, o enunciado é transformado em outro discurso, puxado para o terreno de uma formação discursiva diferente.

Retomando a distinção entre memória discursiva e interdiscurso, efetuada por Indursky (2011, p. 1-4), a autora nos diz ainda que inicialmente a noção de memória aparece nos textos da Análise do Discurso sob outras designações, tais como repetição, pré-construído, discurso transversal e interdiscurso. De alguma forma, todas essas noções remetiam à noção de memória. Essas designações funcionam diferentemente através da memória materializando-se no discurso. Por isso, a sua proposta de distinguir as noções de memória discursiva e interdiscurso, argumentando que:

(...) se o interdiscurso remete (...) à memória do dizer, isto significa que tudo que já foi dito inscreve-se no interdiscurso e, se isso ocorre é porque o interdiscurso constitui-se de um complexo de formações discursivas. Ou seja: todos os sentidos já produzidos aí se fazem presentes, e não apenas os sentidos que são autorizados pela Forma-Sujeito. E, se é assim, nada do que já foi dito pode dele estar ausente. O interdiscurso não é dotado de lacunas. Ao contrário. Ele se apresenta totalmente saturado. Esta é a natureza do interdiscurso: reunir todos os sentidos já produzidos por vozes anônimas, já esquecidas. E é por comportar todos os sentidos que ele se distingue da memória discursiva (2011, p. 86).

Com esse entendimento, o interdiscurso reúne todos os sentidos produzidos, todos os dizeres (os já-ditos e não-ditos), sem lacunas, constituindo-se em uma memória totalmente saturada formando o “todo complexo das formações discursivas”. Uma vez que o interdiscurso comporta todos os dizeres, ele se diferencia da memória discursiva, que mantém seu vínculo com a formação discursiva e suas redes de filiações. Como observado por Indursky: “se a memória discursiva se refere aos enunciados que se inscrevem em uma FD, isto significa que ela diz respeito não a todos os sentidos, como é o caso do interdiscurso, mas aos sentidos autorizados pela Forma-Sujeito no âmbito de uma FD” (INDURSKY, 2011, p. 86-7). É sob essas definições que fizemos nossa análise, considerando o funcionamento de retomada da memória discursiva, no modo como são feitas as retomadas da palavra “Golpe”.

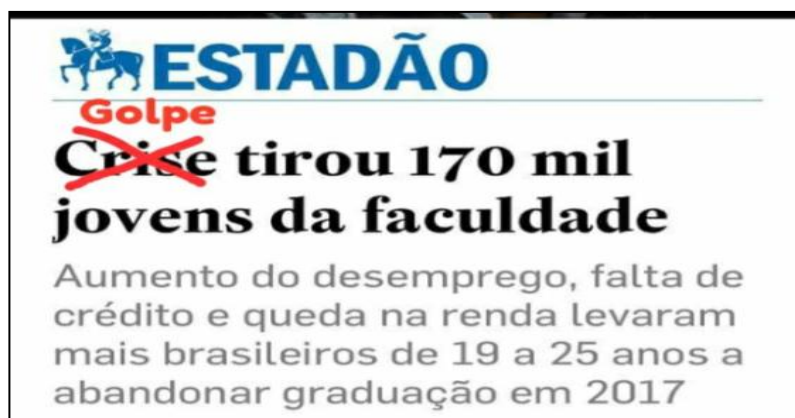


FIGURA 7 – Postagem da Caneta Desmanipuladora sobre matéria do Jornal *O Estado de São Paulo* (19/05/2018). Disponível em: www.facebook.com/canetadesmanipuladora. Acesso em: 30 nov. 2019.

SD6GM: Crise tirou 170 mil jovens da faculdade.

SD6CD: **Golpe** tirou 170 mil jovens da faculdade.

A imagem acima traz uma matéria veiculada em maio de 2017, informando sobre as causas do abandono de cursos de graduação por estudantes, relacionando o fato do abandono do ensino superior à “crise” no país. Ao deslocar a matéria para a sua página, a Caneta Desmanipuladora fez uma intervenção linguística riscando a palavra “*crise*” com um X, substituindo-a pela palavra “golpe”.

Como podemos perceber pelo contraponto entre os dois modos de significar a notícia, o processo discursivo se desenvolve sobre uma mesma base comum, que é a língua, mas se inscrevem discursivamente de formas distintas a partir do que a formação discursiva permite (ou não) dizer. Pensar o discurso em relação com a ideologia, segundo Orlandi (2005, p. 17), é afirmar as formulações de Pêcheux de que “a materialidade específica da ideologia é o discurso, e a materialidade específica do discurso é a língua”.

Na manchete acima, podemos observar que as escolhas das palavras “crise” e “golpe” balizam as posições dos sujeitos nos discursos. Na disputa, o sentido se resolve por meio da troca dos substantivos no interior das formações discursivas. A FDGM busca legitimar seu discurso buscando saberes que lhe são próprios, usadas nos discursos jornalísticos, como a palavra “crise”, retomada do discurso econômico/capitalista (ciclo econômico) para explicar a notícia. O discurso econômico

(institucionalizado), discurso que advém de outro lugar, funciona produzindo o efeito de verdade na notícia, fundamentando os dizeres da mídia sobre as reais condições econômicas do país e que afetam também os estudantes.

Por outro lado, a FDCD, face ao estranhamento em relação aos dizeres da mídia hegemônica, questiona a edição e, ironicamente “manipula (maneja?)” a manchete trocando os significantes. Assim, aquilo que é dito se estrutura na tensão estabelecida pelo deslocamento do dizível, produzindo outros sentidos. Deste modo, na relação de substituição de palavras no texto, entre o que se está dizendo e o dito (construído), dá-se a produção dos sentidos, articulados através de uma memória que é social. Esse efeito de sentido resulta da “*dependência* da FD em relação ao ‘todo complexo com dominante’”, o interdiscurso, que compreende todas as formações discursivas. Assim, a memória discursiva “diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas” (POSSENTI, 2005, p. 365). Ou seja, uma memória que faz lembrar outro discurso, outro acontecimento e que tenha valor histórico, que seja da ordem da ideologia e lembrado por uma coletividade. Para apreender o não dito na manchete, é preciso que os discursos sejam reforçados pelo interdiscurso. É preciso, nesse caso, que sujeito-autor e sujeito-leitor recorram à uma memória que é coletiva para produzir sentidos. Desta maneira, pelo discurso, observando o modo como os sujeitos recorrem ao interdiscurso podemos compreender o modo como cada um estabelece sua relação com o já dito para produzir sentidos.

De tempos em tempos, algumas palavras vão adquirindo certa regularidade nos meios de comunicação porque vão sendo repetidas com maior frequência nas práticas discursivas. Esse é o caso da palavra “crise”, que aparece como o assunto da frase sobre a qual o Jornal *Estadão* dá ênfase. *Crise* é “o dado previamente conhecido” (SALLORENZO, 2018, p. 29), o assunto sobre o qual o jornal vai falar. Mas também é a palavra sobre a qual ecoam os acontecimentos recentes do impeachment de 2016. O não-dito ecoa da palavra “crise”. Ele não precisa ser dito, mas transversalmente à palavra, por meio da repetição, ele já está ali, materializado na palavra, significando nas condições de produção da manchete. A palavra “crise” retoma da memória, pelo já-dito, acontecimentos recentes, porque, como argumenta Orlandi (1995, p. 111), “quando uma palavra significa é porque ela tem textualidade, ou seja, porque sua interpretação deriva de um discurso que a sustenta, que a provê de realidade significativa”. O uso da palavra “crise”, que inicia a manchete, é a que chama e prende a atenção do leitor. Desse modo, ancorando o discurso e a “verdade” sobre os dados do discurso econômico (outra

formação discursiva, pois, a formação ideológica tem como componente uma ou mais formações discursivas), a FDGM trata o fenômeno como uma consequência da *crise*, palavra que no meio jornalístico é expandida e passa a circular com maior intensidade nos diversos meios de comunicação: “*Crise levou à pobreza 7,3 milhões de brasileiros entre 2014 e...*” (*O Estadão*); “*A grande crise fiscal deixada pelo lulapetismo*” (*o Globo*, 2017); *O que causou a crise no Brasil?* (*Bússola do Investidor*); *Brasil enfrenta pior crise já registrada poucos anos após um boom econômico* (*Portal G1*); *Entenda a atual crise brasileira em 5 passos* (*Guia do Estudante Abril*). São discursividades em circulação formando uma memória sobre “as crises” (nesse caso a econômica) no imaginário social, formando jogos de consenso e dissenso, sedimentando a produção de sentidos na sociedade. Ou seja, o sentido é produzido.

Como recomenda Orlandi (1996, p. 115), “compreender, na perspectiva discursiva não é, pois, atribuir um sentido, mas reconhecer os mecanismos pelos quais se põe em jogo um determinado processo de significação”. Portanto, é preciso compreender que as mídias atuam sob determinadas condições históricas, políticas e ideológicas; e sua discursividade se constitui a partir de uma formação discursiva. E que tais discursividades são uma das formas de “poder que se exerce e se regula pelas forças ideológicas – instituídas pela política, econômica e socialmente” (ROMÃO; GALLI, 2013, p. 111), exatamente pela posição que a GM ocupa no meio social: a de mediadora da informação entre o fato e o leitor. Desta forma, “sob a ilusão de que a língua é transparente, a ideologia cria o efeito de evidência, ocultando o caráter material dos sentidos” (PÊCHEUX, 2014a, p. 198). Ou seja, seu funcionamento também se dá por meio de uma formação ideológica que produz o efeito de autonomia e de transparência de sentidos.

Ao questionar a legitimidade do discurso da FDGM, a FDCD desloca a palavra “crise”, substituindo-a por “golpe”. Nesta substituição de palavras, há no discurso da FDCD um discurso anterior sendo retomado. Há também um *já-dito* que é recuperado pela palavra “golpe” em seu gesto e que se dá via memória: a palavra é convocada a fazer ecoar, não só a memória do golpe militar de 1964, mas significar o golpe de outro “espaço-tempo”: o “golpe de estado” de 2016, uma referência ao impedimento de Dilma Rousseff. Como podemos ver, “a língua não é transparente”; portanto, “a AD não aceita que, dada uma palavra, seu sentido seja ‘óbvio’.” À vista disso, as palavras “crise” e “golpe” não garantem o sentido na manchete. Mas é pela relação que os sujeitos estabelecem com o interdiscurso que estes sentidos podem ser apreendidos nos

enunciados. Já que o sentido está submetido a um lugar que os regula, que controla o que pode ou não ser dito; um lugar em que os sentidos se constituem: as formações discursivas.

Dessa forma, a substituição do significante “crise” pelo significante “golpe”, na interpretação dada pela FDCD, é a de que não é “crise” a palavra que explica as variáveis que levaram os 170 mil jovens a largar os estudos, mas a restrição de crédito a estudantes e redução de oferta de financiamento estudantil (FIES), a alteração das leis trabalhistas juntamente com a falta de postos de trabalho, consequências do “golpe” de 2016.

Como podemos ver, as consequências da desistência dos jovens são as mesmas nos dois discursos: a crise. Tanto a DGM como o DCD admitem que os problemas que cercam a desistência dos jovens derivam das condições econômicas e sociais. No entanto, o fato gerador de problema é diferente para cada um, pois estes estão sob “o domínio complexo da ideologia” e do político. Então, cada uma das formações discursivas escolhe o termo a ser atribuído para explicar o fenômeno. Conforme Orlandi (1998, p. 74), o político compreendido discursivamente “significa que o sentido é sempre dividido, sendo que esta divisão tem uma direção que não é indiferente às injunções das relações de força que derivam da forma da sociedade na história”.

Orlandi (1998, p. 77-78) chama a atenção para o fato de que, na perspectiva da Análise do Discurso, “a língua é compreendida como ordem significante”, sujeita ao equívoco, à falha, ao deslize. A língua é, desta forma, tomada da perspectiva material e o significante um sistema investido de sentidos. Ao falar sobre a argumentação, tendo em vista estas considerações acerca da língua e do sujeito da análise do discurso, como sujeito histórico, uma posição regulada pela memória e trabalhada pelo esquecimento, a autora explica que:

(...) conseqüentemente, a análise não se reduz a uma questão de cálculo (sentido 1 + contexto= sentido2) mas é concebida como explicitação do funcionamento do discurso, trabalhando a relação da língua com a historicidade. Para compreender o funcionamento discursivo é necessário distinguir o plano da constituição (interdiscurso) do plano da formulação (intradiscurso). A exterioridade não tem a objetividade do ‘fora’ da linguagem, ela é aqui tomada tal como intervém na textualidade. Ela é exterioridade discursiva e não é empírica. É o interdiscurso definido em sua objetividade material contraditória: algo fala sempre antes, em outro lugar, independentemente, isto é, sob o domínio complexo da ideologia. Isto propicia ao sujeito sua realidade enquanto sistema de

evidências e de significações experimentadas (ORLANDI, 1998, p. 77).

O discurso se constitui assim nessa instância dos já ditos ou dos dizeres possíveis que é garantia da formulação do dizer.

É este jogo entre formulação e constituição que produz o efeito de exterioridade, do sentido-lá. Paralelamente, esse jogo torna possível a relação entre o real e a realidade, sendo o real função das determinações históricas das condições materiais do discurso e a realidade a relação imaginária dos sujeitos com essas determinações tal como elas se apresentam no discurso, em um processo de significação pelos dois esquecimentos: o que produz no sujeito a impressão de estar na origem do sentido e o que produz a impressão da realidade do pensamento (coincidência entre pensamento/ linguagem/ mundo) (ORLANDI, 1998, p. 78).

Para compreendermos o funcionamento discursivo da manchete, é necessário distinguir, portanto, o plano da constituição (interdiscurso) do plano da formulação (intradiscurso). A disputa por uma palavra e não outra, como vimos, entra no terreno da política e da ideologia. O atravessamento da política na linguagem se dá por meio das disputas pelos sentidos, que marcam, nos discursos, as posições ideológicas dos sujeitos. Assim, entendemos que a posição da GM marca seu discurso pela lógica capitalista (empresarial), cujo efeito de sentido se dá pela marca dos dizeres de um domínio de saberes de outra formação discursiva, o econômico, que sustenta seu discurso sobre a problemática da “crise financeira”. Por meio desse discurso, ancorado no discurso especializado econômico ela reforça a discursividade “a crise deixada pelo governo”, discurso repetido insistentemente pela grande mídia, mesmo antes da eleição de 2014 e que foram sendo intensificadas durante todo o processo de destituição da Presidenta, somando e produzindo efeitos.

O discurso da Caneta Desmanipuladora, por sua vez, não nega a crise, mas atribui ao “golpe” a responsabilidade por ela e pela condição vivida pelos estudantes. Em seu gesto político, tenta perturbar o discurso da mídia tradicional, retirando o foco do governo anterior e o peso dessa responsabilidade. Seu discurso se marca por uma posição política de crítica aos meios à mídia tradicional, aos editoriais e em defesa dos governos de esquerda.

Como podemos observar, no terreno da linguagem, as palavras e expressões são marcadas ideologicamente por diferentes posições-sujeito, produzindo diferentes sentidos, de modo que o sentido pode sempre ser outro, porque cada sujeito é afetado

diferentemente pela linguagem e pela ideologia. No caso da grande mídia e da *Caneta Desmanipuladora*, os discursos são construídos a partir de formações discursivas distintas, que remetem a interpretações e também a sentidos distintos. O que queremos dizer é que “não é o indivíduo que se apropria da linguagem; uma vez que ela é social, sua apropriação também o é” (SILVA, 2004, p. 64). Desse modo, seus dizeres são organizados a partir da formação ideológica a que estão “assujeitados”.

Sendo o sentido da ordem das formações discursivas, é esse efeito de sentido que podemos observar na troca da palavra “crise” pela palavra “golpe”, na proposta de reescrita da manchete. A palavra “crise” produz determinado esse efeito de sentido, porque é usada da posição empresa jornalística e se direciona para uma classe social de leitores, como empresários e políticos. Assim, esse discurso é autorizado a circular suas verdades, o que demonstra, de certa forma, como as mídias buscam retratar de maneira quase uniforme a construção das suas narrativas.

No entanto, a língua está sujeita a derivas, deslocamentos e contradições. A depender das posições que os sujeitos ocupam, as palavras são selecionadas/manipuladas de acordo com a formação ideológica à qual os sujeitos dos discursos se filiam. Daí o discurso da FDGM regular o sentido pelo uso da palavra “crise”, porque “o sentido é da ordem das formações discursivas, que, por sua vez, materializam formações ideológicas, que por sua vez são da ordem da história.” (POSSENTI, 2005, p. 360-361). Temos, assim, ideologias distintas operando diferentes efeitos de sentido sobre uma mesma materialidade, com efeitos de sentido estabelecidos pelas formações discursivas, intervalado pelo interdiscurso.

O que podemos determinar é que o funcionamento de tensão entre os dois espaços discursivos, nesse caso, decorre do confronto de posições ideológicas distintas, determinadas por formações discursivas a partir de condições de produção (contexto amplo) que compreendem os sujeitos e também a memória. Assim, “pensar o político-ideologicamente implica colocar em questão os lugares sociais dos que falam, os modos de inscrição da luta pelo (não) poder dizer e a forma como a ideologia funciona produzindo evidências” (ROMÃO; GALLI, 2013, p. 110).

Por meio da análise, podemos observar, portanto, como funcionam as interpretações a partir de posições-sujeito distintas, a partir de formações discursivas opostas, ao modo como dito por Pêcheux (2014a, p. 146), ao referir que “o sentido de uma palavra [...] é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas

(isto é, reproduzidas)”. Assim, “o que define ou delimita mais ou menos quando se trata de uma formação discursiva e não outra é o interdiscurso” que disponibiliza e distribui os dizeres entre as formações discursivas, de acordo com o que pode ser dito em cada uma delas. O interdiscurso é o elemento que se encarrega do funcionamento discursivo dentro de um determinado grupo social, fazendo com que as palavras assumam este ou aquele sentido, conforme sua inscrição nesta ou naquela formação discursiva: “É por essa razão que não se dissocia língua, discurso e ideologia” (FRANCELINO, 2005, p. 41).

Ao falar sobre o jornalismo e sua forma de funcionamento, Romão e Gaspar (2008, p. 237) reiteram o que temos observado ao longo deste estudo, de que “os veículos de informação valem-se de seu lugar como formadores de opinião para criar efeitos de verdade a respeito de determinado acontecimento”, de forma que não existe discurso neutro, imparcial, como a mídia tradicional costuma preconizar, uma vez que a linguagem faz a mediação entre o sujeito e o simbólico, os sentidos são o resultado dessa relação. Com a imprensa, o jogo não poderia ser diferente. Ademais, esta exerce o papel de intermediária entre o fato e o leitor e suas produções passam por um processo de edição da informação para depois chegar ao leitor, caracterizando o processo de subjetivação a que é submetida a informação. Deste modo

(...) destacamos que, na perspectiva discursiva, nem a linguagem, nem os sentidos, nem os sujeitos são transparentes, pois eles têm sua materialidade e se constituem em processos em que a língua, a história e a ideologia concorrem conjuntamente. Não existe, assim, univocidade entre “x” e sentido “x”, nem sentidos únicos. O que existe é a ideologia, ou melhor, os efeitos de evidência que ela produz. (TFOUNI; ASSOLINI, 2012, p. 3).

Como se vê, o movimento de constituição de sentido nas manchetes analisadas permite compreender que o sentido não se encerra na palavra “Crise” ou “Golpe”, o que acontece porque, como lembrado por (ORLANDI, 1996, p. 21), “o sentido é sempre uma palavra, uma proposição por outra: os sentidos só existem nas relações de metáfora dos quais certa formação discursiva vem a ser o lugar mais ou menos provisório”.

Neste momento de nosso estudo, podemos dizer que a Caneta Desmanipuladora trabalha com um efeito de *contraste linguístico* nas manchetes. E que compreendemos esse *contraste linguístico* como um *recurso de deslocamento de sentido* operado pela *Caneta* para desfazer a eficácia da ilusão dos significantes do discurso Grande Mídia (desmanipulação), mostrando como ela é construída por meio da articulação da língua com a ideologia. Mas, ao “desmanipular”, a *Caneta* também manipula operando construções com efeitos de caráter ideológico. E, desta forma, marca o seu campo discursivo em relação ao outro (Grande Mídia), ao construir interpretações que deixam suas marcas ideológicas. Um efeito, portanto, dos formadores ideológico-discursivos e da posição-sujeito e que funcionam pela interdiscursividade e o efeito de transparência da linguagem.

Este feito de contraste linguístico pode ser apreendido das sequências discursivas, no modo como a *Caneta* põe em funcionamento, por exemplo, a memória discursiva, que é retomada por deslocamentos nos enunciados da Grande Mídia. Seguiremos em nossas análises demonstrando as marcas deixadas na superfície do material linguístico, as condições de produção e os efeitos de sentido que contornam os discursos. Como o que ocorre na construção seguinte:



G1 POLÍTICA
OPERAÇÃO LAVA JATO

Áudio revela políticos discutindo ~~saída~~ de Dilma e criticando Judiciário

Gravações inéditas mostram conversas entre Machado, Sarney e Jucá. Sérgio Machado gravou conversas e fechou acordo de delação premiada.

26/05/2016 21h05 - Atualizado em 27/05/2016 07h48

Do G1, com informações do JN

FIGURA 8 – Postagem da Caneta Desmanipuladora sobre matéria do Jornal *O Estado de São Paulo* (26/05/2016). Disponível em: <www.facebook.com/canetadesmanipuladora>. Acesso em: 03 mar. 2019.

SD7GM: Áudio revela políticos discutindo saída de Dilma e criticando judiciário.

SD7CD: Áudio revela políticos discutindo **golpe de Estado em Dilma** e criticando judiciário.

Em maio de 2016 ocorreu o vazamento de um áudio envolvendo conversas de figuras da política e revelado pela imprensa. Nesta conversa, mencionava-se a possibilidade de retirar a Presidenta Dilma do governo. Na ocasião, o Portal G1 trouxe uma matéria tratando sobre o vazamento deste áudio.

Ao transferir a manchete para a sua página, a *Caneta* substituiu o complemento “saída de Dilma” pelo complemento “golpe de Estado em Dilma”, conforme as sequências que destacamos acima. Podemos observar nas SDs um processo de controle e explicitação nos dizeres: no discurso da GM, pela “saída de Dilma”, referindo-se ao termo usado pelos envolvidos na conversa quando se referiam ao possível afastamento da Presidenta. O uso do termo “saída”, pelos políticos envolvidos na conversa, é uma referência ao possível *impeachment* da Presidenta. No discurso da GM, o termo não aparece entre aspas indicando ser o termo usado na fala dos políticos. Essa palavra dá o tom necessário para suavizar o impacto da notícia. Assim, o efeito negativo é contornado, diluído no discurso da GM, por um efeito eufemístico.

Procedendo desse modo, o tópico da manchete é enfraquecido, transferindo-se para o complemento da frase “e criticando o judiciário”, como efeito de relevância da manchete. Ou seja, a conversa sobre uma suposta retirada da presidenta da República não adquire o tom de gravidade necessária ao ser amenizada a partir das escolhas feitas pela edição do jornal. A forma da construção da manchete produz um efeito de imparcialidade. Não aparece mais o termo *impeachment* para se referir ao impedimento de Dilma, que é trocado pelo significante “saída”. Transversalmente o efeito de sentido passa a ser o de algo consensual, um recurso necessário: Dilma “saiu”/deixou o cargo. O significante “saída” reveste-se, assim, de uma ideia de conformidade, de consensualidade acerca do afastamento da presidenta, neutralizando a gravidade da revelação do áudio e suas implicações políticas.

Desta forma, a denúncia já não assume o tom de gravidade necessário, uma vez que a “saída” já aconteceu. Sobre estas estratégias discursivas, Gregolin (2007, p. 15), com base em Foucault, argumenta que o silenciamento e exposição “são duas estratégias que controlam os sentidos e as verdades. Essas condições de possibilidade estão inscritas no discurso - elas delineam a inscrição dos discursos em formações discursivas - que sustentam os saberes em circulação numa determinada época”. Com base nestes pressupostos, entendemos que a escolha do substantivo “saída”, trabalha no sentido do que acabamos de mencionar.

Diante disso, é possível determinarmos que o discurso da GM sustenta, por meio desta formulação, seu posicionamento político-ideológico. Podemos verificar as marcas ideológicas presentes no texto por meio da palavra “saída”, que exerce a função de amenizar a gravidade das conversas vazadas no áudio e produzir o efeito de sentido que já mencionamos. Não se trata apenas de uma repetição das palavras, mas de uma tomada de posição. Isto, porque, o substantivo “saída”, como dissemos, ameniza a questão em torno do conteúdo dos áudios. Consequentemente, o enunciado: “e criticando o judiciário”, recebe a força semântica que podemos verificar no enunciado inicial. Ao tratar da acusação nestes termos, a GM fala de uma posição de conformação, passível de ser confundida com a ideia de imparcialidade. Na instância midiática, estas construções sintáticas são conhecidas como estratégias de escrita jornalística, utilizadas como recursos sensoriais, com o objetivo de provocar sensações positivas ou negativas no leitor. Para Charaudeau,

O universo da informação midiática é efetivamente um universo construído. Não é, como se diz às vezes, o reflexo do que acontece no espaço público, mas sim o resultado de uma construção. O acontecimento não é jamais transmitido em seu estado bruto, pois, antes de ser transmitido, ele se torna objeto de racionalizações: pelos critérios de seleção dos fatos e dos atores, pela maneira de encerrá-los em categorias de entendimento, pelos modos de visibilidade escolhidos. Assim, a instância midiática impõe ao cidadão uma visão de mundo previamente articulada, sendo que tal visão é apresentada como se fosse a visão natural do mundo. Nela, a instância de recepção encontrará pontos de referência, e desse encontro emergirá o espaço público. (CHARAUDEAU, 2010, p. 151)

Ainda de acordo com esse mesmo autor (2010, p. 151),

Por trás do discurso midiático, não há um espaço social mascarado, deformado ou parcelado por esse discurso. O espaço social é uma realidade empírica compósita, não homogênea, que depende, para sua significação, do olhar lançado sobre ele pelos diferentes atores sociais, através dos discursos que produzem para tentar torná-lo inteligível.

Como se vê, Charaudeau aponta para a existência de “construção da informação midiática” dentro das instâncias jornalísticas, referindo-se à forma como o discurso midiático é construído, trabalhado antes de ser posto em circulação. Nas palavras do autor, a informação midiática “não é, como muitas vezes é reafirmado, o reflexo do que acontece no espaço público. Mas sim, o resultado de uma construção”. Logo, a notícia não é repassada sem antes passar por um “tratamento discursivo” que a transforme em diferentes formas textuais. Uma destas formas é o título, parte textual da qual nos ocupamos neste estudo. Ao ser submetida a esse processo de construção, apontado por Charaudeau como os “modos de organização do discurso de informação”, constrói-se midiaticamente uma informação. Consequentemente, prossegue o autor, “a instância midiática impõe ao cidadão uma visão de mundo previamente articulada, sendo que tal visão é apresentada como se fosse a visão natural do mundo.”

Considerando as SD's, estas observações de Charaudeau são pertinentes, porque permitem situarmos em nossa análise a subjetividade da atuação da mídia e sua atuação política no meio social. Levando em conta essas proposições para nossa análise, as construções enunciativas permitem reflexões acerca da interpretação da materialidade, uma vez que estas formas de tratamento discursivo podem ser descritas como tomadas de posição dos sujeitos em sua relação com o simbólico e com o mundo, sendo, portanto, um efeito da ideologia. Por isso, o valor que as palavras assumem nos discursos, conflita na relação de forças estabelecidas entre as duas formações discursivas.

Trazendo mais uma vez essas considerações para nossa análise, ao fazer a relação da reunião com uma articulação de um “golpe de Estado”, a *Caneta* nos convoca a interpretar a palavra “golpe” em relação de oposição à democracia por meio de *paráfrase*. A *paráfrase* possível é a de que a palavra “golpe” está relacionada à ilegalidade do conteúdo vazado pelo áudio e a relação deste acontecimento a uma ação antidemocrática: um prelúdio de atentado contra o estado democrático de direito. Desta forma, a sequência discursiva desloca o sentido operado no texto primeiro, contornando-o e impondo-lhe outro sentido. Desta forma, aponta-se para um outro ponto de vista sobre o acontecimento, conduzindo o leitor para outra interpretação

possível. Com esse gesto, a *Caneta* retoma do pré construído - os dizeres disponíveis - outra palavra com a qual se identifica, trazendo-a para o texto e significando seu dizer. Vê-se, portanto, o funcionamento ideológico da língua nas formas materiais que destacamos, revestidas desse funcionamento.

É nesse sentido que a palavra “golpe” funciona pelo efeito parafrástico na manchete, retomada para substituir palavras na correção da *Caneta*. Seu sentido retoma a memória de um modo específico, se referindo ao golpe de Estado ocorrido em 2016, contra a presidenta Dilma Rousseff. A menção à palavra “golpe” faz ressoar na manchete a memória dos acontecimentos políticos recentes envolvendo o afastamento da Presidenta. Na manchete, a palavra funciona como uma disputa entre as mídias pelos sentidos que as palavras colocam em circulação: o seu efeito político, dado a partir de posições antagônicas no meio social, que materializam discursos em funcionamento a partir de posições distintas e que levam para seus dizeres suas formações político-ideológicas, funcionando pelo efeito de transparência em seus dizeres: uma disputa por “verdades”.

Efeito semelhante podemos verificar na manchete a seguir, com o complemento palavra “golpe” ao enunciado inicial.

Cuba lidera campanha contra o Brasil

GOLPE NO

JAMIL CHADE / GENEVRA - O ESTADO DE S.PAULO
15/05/2016 | 22h00

301

Diplomacia cubana envia
mensagem a órgãos
internacionais com críticas ao
processo de impeachment da
presidente Dilma Rousseff

Sem se intimidar pela reação do
chanceler José Serra de criticar
abertamente as declarações dos
governos bolivarianos em

FIGURA 9 – Postagem da Caneta Desmanipuladora sobre matéria do Jornal *O Estado de São Paulo* (15/05/2016). Disponível em: www.facebook/canetadesmanipuladora. Acesso em: 12 mar. 2019.

SD8GM: Cuba lidera campanha contra o Brasil.

SD8CD: Cuba lidera campanha contra o **golpe no** Brasil.

A produção da manchete do *Estado de São Paulo* com os dizeres: “Cuba lidera campanha contra o Brasil”, tinha como pano de fundo os acontecimentos acima que acabamos de relatar. A manchete em questão é referente a uma matéria sobre as críticas feitas pela diplomacia cubana acerca do afastamento da Presidenta Dilma Rousseff, conforme explicado no *lead*. Podemos observar, na SDGM, a relação do linguístico com o histórico e o modo como as formações discursivas relacionam o linguístico com a exterioridade. Como se vê, o sistema linguístico “não é algo abstrato e fechado, mas sim um sistema passível de perturbações, rupturas e mal-entendidos” (FERREIRA, 2003, p. 198).

As críticas da diplomacia cubana, enviadas a organismos internacionais, alertavam, naquele momento, para um golpe de estado em curso no Brasil, em razão do processo de afastamento da presidenta eleita. A manifestação dos diplomatas cubanos foi, também, uma reação às críticas abertas feitas por José Serra (que ocupava o cargo de chanceler) aos governos que se manifestaram contra o curso que tomavam os acontecimentos no Brasil. As relações diplomáticas dos governos petistas com esse país sempre foram de cordialidade. As críticas ao processo de impedimento, como já mencionamos neste estudo, converteram-se em uma polarização acerca dos trâmites do processo de destituição, que dividiu opiniões no Brasil e também fora dele, produzindo discursividades a respeito da condução político-jurídica envolvendo a destituição.

Observando a SDGM, podemos verificar que a construção do enunciado pode levar pelo menos a duas interpretações possíveis. A primeira é a de que Cuba estaria naquele momento liderando uma campanha contra o Brasil e, nesse sentido, os laços de amizade de outrora estariam desfeitos. Assim, teríamos um efeito de sentido. Outro efeito é o de que a “campanha contra o Brasil” seria pelo fato de que aquele país, ao tomar uma posição em defesa da Presidenta, estaria indo contra o Brasil. Tomada nestes termos, poderíamos depreender esses possíveis efeitos de sentido.

O acréscimo da palavra “golpe” feito pela FDCD é encaixado no enunciado, materializando o outro discurso que coloca o sentido rumo a outros efeitos de memória. Por conseguinte, produzindo outros sentidos do enunciado inicial da FDGM. Da formulação do enunciado primeiro, “Cuba lidera campanha contra o Brasil”, podemos depreender as seguintes condições: trata-se de uma formação discursiva que se opõe as ações de Cuba e, portanto, é sua crítica. Esse efeito decorre pelo não-dito, pela síntese na constituição do enunciado que provoca esses efeitos de sentido que mencionamos.

É sabido que as relações diplomáticas mantidas entre Cuba e Brasil durante os governos petistas foram cordiais. Essa relação também motivou críticas e acusações ao governo, por opositores que olhavam com certa desconfiança essa aproximação entre os dois países. Transversalmente ao enunciado da manchete, ressoa a desconfiança sobre essa relação. O que organiza essa interpretação enviesada, que transita transversalmente pelo enunciado, é a frase “Vá pra Cuba”, palavra de ordem marcada por uma memória de perspectiva negativa, utilizada com o intuito de constranger apoiadores do governo petista.

A circulação e repetição dessa frase servia, ao mesmo tempo, para alavancar as desconfianças acerca das relações do governo com Cuba e também para fazer circular um “xingamento” que assumia uma forma de exclusão a apoiadores ou políticos de esquerda. A matriz de sentido do enunciado reacende a polarização sobre o par capitalismo/socialismo. As discursividades que passaram a circular mais fortemente sobre essa relação se resumiram na expressão, que ressoou como uma condenação à relação diplomática e amistosa mantida com aquele país comunista. No entanto, quando usada em uma formação discursiva da extrema-direita, que se opõe à formação discursiva de esquerda, esta assume um efeito de sentido supressivo. Podemos então dizer que o efeito de memória que ressoa atrás do enunciado é esse que mencionamos, porque o interdiscursivo joga com o intradiscursivo, produzindo esse efeito.

Quando a GM formula a manchete, age a partir de uma tomada de posição ideológica e da relação que esta estabelece com a memória social. O processo de repetição de uma frase ou palavra produz um *efeito de memória* que é reconhecido pela coletividade. No caso da manchete, a escolha das palavras e o modo como esta foi formulada, funcionam para acionar esse efeito de memória e produzir determinados efeitos de sentido sobre o leitor. Nas sequências que estamos analisando, esse efeito é

acionado pela palavra “Cuba”, palavra que inicia a manchete. Cabe lembrar que não é qualquer palavra que a GM utiliza como tópico frasal. A palavra é utilizada para chamar a atenção do leitor. São palavras que podem e devem ser ditas dentro da formação discursiva que o jornal ocupa (sujeito histórico).

Do mesmo modo, o efeito de sentido da interpretação da *Caneta* se dá pelo efeito de sentido do discurso da GM. No entanto, ao tomar a manchete para “desmanipulação”, a *Caneta* faz desloca o efeito de sentido anterior para outro efeito de sentido com a inserção da palavra “golpe” na frase. Esse deslocamento de sentido traz para a cena do jogo discursivo um novo significante para compor a frase. A inserção do termo retoma outra rede de memória, diferente das filiações estabelecidas pelo enunciado da GM, estabelecendo, assim, novas filiações e fazendo emergir outros sentidos. Com isso, a *Caneta* desestabiliza o sentido anterior, pois, discursivamente, “a ideologia, como prática significante, aparece como efeito da relação necessária da língua com a história, no processo de constituição dos sujeitos e dos sentidos”. (FERREIRA, 2003, p. 191).

Se o discurso da GM busca manter um sentido de evidência na manchete, a prática da *Caneta* desestabiliza esse efeito de evidência ao contradizer o discurso da GM. Como a memória coletiva possui lacunas, ela permite essa movimentação de sentidos e tentativa de estabilização. Embora se configurem como discursos antagônicos, ambos os discursos buscam se assegurar em um discurso “verdadeiro”, a fim de garantir a sua posição e a legitimação de seus dizeres. Ambos são afetados pela ilusão da autonomia e pelo efeito de transparência por um mecanismo ideológico.



FIGURA 10 – Postagem da *Caneta Desmanipuladora* sobre matéria do Portal G1 (24/05/2016). Disponível em: www.facebook.com/canetadesmanipuladora. Acesso em: 10 ago. 2019.

SD9GM: Temer diz que governo tem sido vítima de “agressões psicológicas”.

SD9CD: Temer diz que governo **ilegítimo** tem sido “**vítima**” de **repúdio ao golpe**.

De acordo com Orlandi (2005, p. 32), “o dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua.” Pensando nisso, nas seqüências discursivas destacadas, podemos observar como os dois discursos se dão pela dinâmica ideológica do verbal. Ao compararmos os dois enunciados, percebemos a diferença na função que as aspas cumprem em cada um. Na SDGM, as aspas no fragmento, “agressões psicológicas”, servem para marcar o discurso direto. A matéria é de maio de 2016, na qual o presidente em exercício Michel Temer se referia aos protestos de parlamentares que o receberam no Legislativo aos gritos de “golpista”. Maingueneau (2002, p. 142), aponta que “a escolha do discurso direto como modo de discurso relatado geralmente está ligada ao gênero de discurso em questão ou às estratégias de cada texto. Em particular, pode-se procurar criar autenticidade, indicando que as palavras relatadas são aquelas realmente proferidas”. Também concerne numa forma de distanciamento, “seja porque o enunciador citante não adere ao que é dito (...); seja porque o enunciador quer explicitar sua adesão respeitosa ao dito”; outra forma do uso é mostrar-se objetivo. No caso da manchete, as aspas tem a função de marcar no discurso a sua autenticidade.

Na manchete desmanipulada as aspas são retiradas do discurso direto que é substituído pelo fragmento “repúdio ao golpe”, conferindo um estatuto diferente ao enunciado. Como já mencionamos, um dos recursos de contestação utilizados pela *Caneta* é a ironia, mobilizada para marcar o seu discurso e contradizer os dizeres da GM. Nesta FD, a da *Caneta*, as aspas funcionam para contrariar, contestar o que está sendo dito nas manchetes, pondo à deriva os sentidos. Ou seja, “é como um mapeamento de posições que determinam uma linha de confronto (...) e que, no caso da manchete, a palavra “vítima” é utilizada para dizer “de um modo surpreendente e explícito, o que, na maioria das vezes, se diz implicitamente no emprego (ou no não emprego) das aspas: “suas aspas não são as minhas” (AUTHIER, 2016, p. 212). É nesse sentido que se dá o funcionamento das aspas que migraram para a palavra “vítima”, sinalizando a ironia e invertendo o valor semântico da palavra. De acordo com Authier

(2016, p. 216. Grifos da autora) as aspas são, portanto, algo como “*o eco* em um discurso de *seu encontro com o exterior*”. Apesar dos termos interior/exterior, borda, fronteira, esse encontro não se faz segundo uma linha de justaposição, mas na forma de uma zona de interação, de imbricação, de invasão”. É nesse sentido que a autora se refere ao fato de que as aspas se fazem “sobre as bordas” e de que há trabalho de um discurso na formação das aspas.

Como podemos ver, a palavra “vítima” é contestada pela *Caneta* e assume outro valor, porque retoma o pré-construído “se fazendo de vítima”. Não se trata mais do mesmo efeito de sentido que a palavra tinha no discurso da GM. As aspas colocadas sobre a palavra servem para trazer/manter um exterior ao discurso. E essa manutenção conduz a sua “adequação” à Formação Discursiva da palavra “agressão” para a palavra “repúdio”, retirando dela a evidência. O uso da ironia e do escárnio faz parte do recurso retórico do jogo da política na linguagem. Sendo assim, o par “agressão”/“repúdio” dependem da Formação Ideológica, que determinará qual palavra deverá ser usada na enunciação. Conforme Authier (2016, p. 218-218):

Pôr aspas é retirar das palavras sua evidência de adequação. Pode-se, por brincadeira, tentar colocar aspas sobre todas as palavras que se leem, escutam, dizem, escrevem, para experimentar se e como as palavras resistem a esse questionamento de seu caráter apropriado: O “jogador” é rapidamente tomado pelo desconforto ao ver, desse modo, as palavras vacilarem, esconderem-se. Pode-se observar (...) que as aspas são um instrumento familiar de defesa: defesa de um “como ele diz, como eles dizem”, interposto entre si e certas palavras, quando se está submetido a um discurso – que é preciso escutar ou produzir - que se rejeita: colocando as aspas, afirma-se a distância. Se para resistir à pressão de um discurso dominante, é preciso sem cessar “afirmar distância”, sem encontrar o apoio e o repouso necessários de palavras “suas”, se, por toda parte, um locutores sente cercado de palavras que trazem a realidade e aquilo que queria poder dizer, ele se encontra em situação de *sitiado* nas palavras, com uma fala abafada pelas aspas.

Vemos na SDCD que o sarcasmo e a ironia são convocados para deslegitimar a fala de Michel Temer no enunciado inicial. Por isso a FDCD substitui o fragmento do discurso direto presente na SDGM pela expressão “repúdio ao golpe”, modificando, assim, o discurso e o sentido. Ou seja, entendemos que, com a substituição das frases, o sarcasmo comparece no discurso da *Caneta* com a intenção de depreciar o discurso de Michel Temer e o modo da mídia retratar a notícia. Esse efeito de sentido é

reforçado com o acréscimo do significante “ilegítimo”, na manchete, para caracterizar negativamente o governo.

Verificamos ainda nas desmanipulações das manchetes, pelo deslocamento de sentido promovido pela *Caneta*, a recorrência do recurso antonímico produzindo o efeito de contraste nos enunciados analisados. Aliada à ironia, a antonímia comparece para cimentar as posições ideológicas dos discursos e instaurar a polarização. A reedição dos “erros”, feita pela *Caneta* nas manchetes, ironiza o discurso jornalístico guiado pela aparente objetividade e mostra que este discurso está, também, sujeito às condições históricas, políticas e sociais e, portanto, é parcial. Hutcheon (2000, p. 133-134, grifos da autora) afirma que,

no discurso irônico, (...) o processo comunicativo (...) é *tornado possível* por esses mundos diferentes a que cada um de nós pertence de maneira diferente e que formam a base das expectativas, suposições e concepções que trazemos ao processamento complexo do discurso, da linguagem em uso. A ironia raramente envolve uma simples decodificação de uma única mensagem invertida; (...) é mais frequentemente um processo semanticamente complexo de relacionar, diferenciar e combinar significados ditos e não-ditos e fazer isso com uma aresta avaliadora.

Podemos dizer que o atravessamento da ironia na manchete, funciona como uma forma de contestação das “verdades” estabelecidas pela Grande Mídia, que busca legitimar uma ideologia alinhada à do governo. Assim, o efeito de contraste antonímico presente no discurso da *Caneta*, reforça pré-construídos como o de “defesa de direitos”, “luta pela igualdade”, em oposição à formação discursiva do poder dominante. Daí a utilização do escárnio para denegar o discurso da imprensa, que ressoa estranho à formação discursiva de seu campo de saber.

Assim, o sujeito, afetado pelos esquecimentos, acredita ter o controle dos sentidos e das palavras, do mesmo modo que acredita ser a origem dos sentidos. (COSTA, 2011, p. 1493). Na verdade, o sujeito assume posições afetadas ideologicamente. Afetado pelos esquecimentos, ele acredita que pode determinar e controlar os sentidos de suas palavras, da mesma forma que acredita que os sentidos se originam nele. Na verdade, o sujeito nada mais faz do que assumir posições ideológicas. Entendemos, portanto, que a “desmanipulação” da *Caneta* é uma forma de resistência. Dessa forma, a designação *contraste linguístico*, efeito do processo de “desmanipulação”, é o lugar de resistência, na medida em que aponta para uma quebra do ritual, tomando uma posição de distanciamento da posição dominante.

4. MANIPULAÇÃO, DESMANIPULAÇÃO OU INTERPELAÇÃO?

A pergunta inscrita no título desta dissertação busca trazer para a reflexão a noção de “manipulação” e seus efeitos de sentido quando utilizados pela *Caneta Desmanipuladora*. Ao se referir às construções discursivas utilizadas pela grande mídia, a *Caneta* atribui ao “manejo linguístico (manipulação)” (ORLANDI, 2016, p. 10) uma semântica negativa. Se consultarmos no dicionário o verbete “manipulação”, encontraremos diferentes definições. Entendemos que o valor que a palavra “manipulação” assume nas reedições da *Caneta Desmanipuladora* compreende estas diferentes designações.

A questão da manipulação ou desmanipulação, neste caso, é conduzida discursivamente pelo atravessamento da política na linguagem que desterritorializa os discursos, expondo a ilusão dos sujeitos e a impressão da transparência da linguagem. A reedição do enunciado outro - invertendo e deslocando o sentido para outra interpretação, criando outras filiações de sentido e interpelando o leitor - evidencia a importância da análise das produções discursivas do universo jornalístico, em especial, no que se refere à formação da opinião pública, elemento pertinente para formar a agenda política das sociedades modernas. A Grande Mídia conduz a uma interpretação oferecendo uma leitura possível da notícia e, para isso, assim como apontado por Pêcheux (1983, p.) a mídia usa de “procedimentos para administrar a interpretação”, impondo, assim, uma interpretação. Pêcheux vai dizer que, nesses espaços discursivos “logicamente estabilizados”,

supõe-se que todo sujeito falante sabe do que se fala, porque todo enunciado produzido nesses espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação: essas propriedades se inscrevem, transparentemente, em uma descrição adequada do universo (tal que este universo é tomado discursivamente nesses espaços)”. (PÊCHAUX, 1983, p. 31).

A *Caneta* atravessa o discurso da Grande Mídia e põe em discussão esse procedimento e, ao mesmo tempo, ela também é afetada pelo efeito de verdade e evidência no funcionamento discursivo. Portanto, os diferentes efeitos de sentidos que emergem dos discursos, vão depender das posições ideológicas de onde são originários. De modo que essas leituras consistem em “multiplicar as relações entre o que é dito

aqui (em tal lugar), e dito assim e não de outro jeito, com o que é dito em outro lugar e de outro modo, a fim de se colocar em posição de "entender" a presença de não-ditos no interior do que é dito" (PÊCHEUX, 1983, p. 44. Grifos do autor). Isso nos leva a compreender que os discursos são autorizados, mas também impedidos, ocultados, falseados a partir das formações ideológicas às quais os sujeitos se filiam, já que fazem isto por meio de pontos de vista discursivos distintos e pela interpelação. Desta forma, pela ilusão da autonomia, ganha-se a ilusão da liberdade. Ou seja, "o discurso se constitui em seu sentido porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não em outra para ter um sentido e não outro" (ORLANDI, 2005, p. 43). Isto quer dizer que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, já que eles são provenientes das formações discursivas que representam no discurso as formações ideológicas. Dessa forma, o uso do termo 'manipulação' ou 'desmanipulação' vai depender da posição ocupada pelo sujeito na relação discursiva. Nesse sentido, pode-se dizer que a questão da interpretação é autoritária, pois,

ela atribui um privilégio ontológico à sua própria linguagem e se constitui como transparência pura e como lugar extradiscursivo. Não é o lugar da interdiscursividade, mas o saber que se quer absoluto, de uma alquimia por meio da qual qualquer outro discurso torna-se objeto imbuído de uma radical opacidade (LACLAU, 2016, p. 104).

A originalidade da abordagem da Caneta Desmanipuladora está no fato de que suas reedições do discurso jornalístico são efetuadas num cenário relativamente novo proporcionado pelas redes sociais digitais. No entanto, o novo mundo surgido com a internet mostrou-se decepcionante para quem apostava na democratização do conhecimento.

Para ilustrar este novo cenário, pode ser relevante olhar para outros momentos da história brasileira nos quais aparece a relação íntima entre jornalismo e poder. Um destes momentos são as eleições para Presidente da República de 1989, já que elas servem como um exemplo esclarecedor do uso da mídia como um poder político-ideológico. Naquele pleito eleitoral, no primeiro debate ocorrido entre os candidatos Luís Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Mello, Lula saiu como ganhador e as expectativas em relação aos seus dizeres foram positivas. No segundo, no entanto, a edição televisiva foi favorável ao candidato Collor, prejudicando, sobremaneira, a

imagem de Lula. Teria havido aí, então, uma manipulação? Seria uma estratégia de edição capaz de interferir na decisão de uma eleição presidencial?

Trazendo para a atualidade, em especial para as eleições de 2018 para Presidente da República, temos o caso das notícias falsas (*Fake News*) como elemento decisivo para definir o pleito. Se nas eleições de 1989 as informações eram restritas às grandes corporações de mídia, com destaque para as emissoras de televisão, em 2018, este cenário era diferente, pois o problema do acesso à informação foi “resolvido” com a invenção da internet. No entanto, estamos diante de um novo problema: o excesso de informação, isto porque, neste novo cenário, é difícil separar a informação relevante das falsas notícias. Com a expansão do acesso à internet, as disputas políticas se direcionaram para esse espaço, dando margem para a disseminação de boatos como estratégias de impulsionamento de candidaturas.

As mídias alternativas, produtos dos novos meios de comunicação, distribuem-se entre espaços que fazem oposição e aquelas que se tornam auxiliares na reprodução e disseminação do discurso hegemônico. Assim, as grandes corporações continuam a manter poder e controle sobre a informação. As mídias alternativas, contestadoras desse discurso hegemônico, dificilmente conseguem manter seu trabalho ativo - muito por uma questão de poder econômico - dentro de uma disputa desigual. O que ocorre no caso da Caneta Desmanipuladora é que ela abre espaço para a geração de uma cultura participativa ao propor a interação e interferência nas produções jornalísticas, influenciando, desta forma, para uma maior abertura de discussões nesse campo.

Na imagem abaixo, apresentamos uma desmanipulação feita diretamente no jornal impresso do *O Globo*. A imagem é importante para nosso estudo, porque se refere à primeira “desmanipulação” feita pela Caneta Desmanipuladora. Este primeiro exercício de desmanipulação tornou-se um “viral” e impulsionou, por sua vez, a criação do projeto Caneta desmanipuladora. As marcas deixadas no texto pelas palavras “aumentar”, “diminuir”, “retrocessos”, “empresas” demarcam a posição ocupada pelo sujeito que desmanipula a manchete, como uma forma de reação ao discurso da mídia hegemônica. Entendemos que seu gesto não se refere a uma mera correção, mas remete a um posicionamento político-ideológico frente a um discurso outro com o qual discorda e por isso o denega. Nas sequências discursivas destacadas, observamos o funcionamento ideológico dos discursos e as contradições que envolvem as formulações.



FIGURA 11 – Postagem da Caneta Desmanipuladora sobre matéria do Jornal *O Globo* (22/05/2016). Disponível em: www.facebook.com/canetadesmanipuladora. Acesso em: 11 set. 2019.

SD10GM: Temer vai propor flexibilizar jornada de trabalho e salários.

SD10CD: Temer vai propor **umentar** jornada de trabalho e **diminuir** salários.

Ao ser substituído na SDCD pelo verbo “aumentar”, “flexibilizar” produz um efeito eufêmico. Com esse gesto, a Caneta Desmanipuladora busca evidenciar que o sentido do significante “flexibilizar” é pertencente à formação discursiva do discurso econômico e empresarial e, assim sendo, refere-se aos significados daquela formação discursiva. Assim, “flexibilizar” não significa algo positivo para a FDCD, por isso ela traz a palavra para o campo da formação discursiva das leis trabalhistas, substituindo o verbo e ressignificando a frase marcando o ponto de vista do empregado e não do empregador. Desta forma, “flexibilizar” significa “aumentar” a jornada de trabalho e, consequentemente, a uma diminuição de salário dos empregados. Esse efeito de sentido é reforçado na correção do intertítulo no *lead* da manchete com a substituição das palavras “reforma” por “retrocesso” e “negociações coletivas” por “empresas”.

O acréscimo do verbo “diminuir” funciona para preencher uma “falta” no enunciado inicial e tornar visível a incompletude da informação jornalística. A correção

chama a atenção para essa falta, produzindo outro efeito de sentido: de que haverá um aumento da jornada de trabalho e uma diminuição do salário com a reforma trabalhista. Nestas condições, o efeito de sentido pode ser outro, porque é dado outro ponto de vista para a manchete: o da formação discursiva do empregado. De acordo com Gallo (2009, p. 58), a Análise do Discurso

propõe que os textos de maneira geral, assim como os textos científicos, têm um modo de funcionamento próprio, ou seja, eles têm uma história, um lugar social, e têm determinações ideológicas. Nesse sentido, não são simplesmente textos, são acontecimentos discursivos que têm, cada qual, uma relação específica entre seus interlocutores.

O efeito de sentido que se depreende dos enunciados é a relação trabalhista empregado e empregador como um campo de conflitos que é retomado com a reforma trabalhista, lugar onde estão descritas as leis que regulam essa relação. A *Caneta*, na sua relação com a linguagem, mostra esta outra perspectiva ao leitor/internauta sobre o assunto noticiado pela mídia tradicional, retomando no interdiscurso a luta de classes. Assim sendo, a página Caneta Desmanipuladora se propõe a interrogar o discurso da grande imprensa questionando o discurso de porta-voz da verdade. A crítica recai sobre a concentração da informação pelos meios de comunicação tradicionais, alternando e suscitando um novo olhar com um discurso alternativo: “O discurso alternativo (...) oferece flexibilidade para proliferar ajustes necessários na informação. Qualquer tipo de desvio em um sistema hegemônico provoca ‘novos/outros’ resultados, cujas alternativas podem surpreender a sociedade” (GARCIA, 2018).

Nesse sentido, entendemos que o gesto da Caneta Desmanipuladora não consiste exatamente em desmanipulação, mas na interpelação do leitor/internauta, porque, de acordo com a Análise do Discurso, o indivíduo é inconscientemente assujeitado a uma ideologia, “tonalidade distinta, conferida pelo viés discursivo” (FERREIRA, 2003, p. 191), que o interpela em sujeito. Assim sendo, ele não pode ser dono do seu discurso, mas porta-voz de discursos já-ditos que compõem a memória do dizer. Como afirma Orlandi (1998, p. 67), “para que a língua faça sentido é preciso que a história intervenha”. É, portanto, a interpelação ideológica que conduz o sujeito na relação com a escrita e na interpretação das notícias dos jornais, colocando, assim, os discursos em movimento. E, nesse sentido, não há manipulação ou desmanipulação, mas interpelação. Um ritual passível de falha.

Para pensarmos a noção de manipulação, precisamos pressupor um sujeito consciente, que saiba o que está fazendo, que saiba o que está querendo, pensando em como ele vai fazer para ludibriar o leitor. Mas, para a Análise do Discurso, esse sujeito consciente (manipulador/desmanipulador) não existe. Ele às vezes pode estar em uma categoria discursiva, às vezes em outra, mas sempre ao sabor da ideologia. Porque, de acordo com Ferreira (2003, p. 191), é a ideologia que vai ainda “apontar para uma interpretação de sentido em certa direção, determinada pela relação da língua com a história. Entre o mundo e a linguagem está presente uma contradição, e a ideologia vai constituir-se precisamente no trabalho desta contradição”. Assim, na FDGM, o que a *Caneta* entende como uma manipulação, entendemos como um processo de interpelação: o discurso da GM interpela o leitor para determinado sentido. E a *Caneta* faz o mesmo, interpelando o leitor e pondo a manchete sobre outra vertente ideológica, incorporando elementos do pré-contruído na constituição de seu discurso. Comprendemos por meio das análises que não há manipulação ou desmanipulação, mas interpelações distintas. Ou seja, há uma tentativa de captação do leitor/internauta e a legitimação dos saberes de uma formação discursiva, obedecendo a um funcionamento ideológico. Conforme apontamos nas análises no decorrer do trabalho, estas interpelações são reforçadas pelo contraste linguístico via antonímia - pincelado pela ironia -, que comparece nas reedições da *Caneta Desmanipuladora* de forma criativa, produzindo o efeito de perturbação do discurso outro, desarrumando a sua lógica a partir do deslocamento dos sentidos nos enunciados. É certo que não há discurso desprezioso e, exigir imparcialidade total da mídia é uma ilusão, pois, todo recorte do real é mediado pela ideologia e envolve interpretação e julgamento. No entanto, a interpelação ideológica é um ritual e esse ritual não se dá sem falhas. Por mais que se tente controlar os sentidos, eles estão sempre à deriva, porque os indivíduos são interpelados pela ideologia e isso garante que os sentidos sejam múltiplos para uma mesma prática discursiva.

Nesse sentido, fica evidente que o trabalho de desmanipulação feito pela página não se configura apenas de uma correção ou edição jornalística, mas de um confronto discursivo em torno de um jogo de palavras sobre denominações de acontecimentos sócio-políticos. E sua intervenção consiste exatamente em perturbar a ordem estabelecida no discurso inicial, acentuando as linhas de clivagem.

Além disso, há o funcionamento da antonímia no discurso da *Caneta*, presente no modo como ela se apropria da palavra “manipulação”, acrescentando-lhe o prefixo *des-*. É importante observar que alguns termos da língua não possuem seu oposto correspondente e esse é o caso do termo “manipulação”. De acordo com o Dicionário Houaiss (2020), por derivação, (manipular + - ação), significa: a) “manobra oculta ou suspeita que visa à falsificação da realidade”; b) “manobra pela qual se influencia um indivíduo, uma coletividade, contra a vontade destes”. Nas reedições da *Caneta Desmanipuladora*, o conceito de “manipulação” assume valores semelhantes ao trazido pelo Houaiss. Assim, percebemos que o sentido (dividido) da palavra é construído no confronto discursivo afetado pelo político. Ou seja, a questão da manipulação/desmanipulação nos discursos analisados é engendrada pelo jogo sobre a língua e o direcionamento da trajetória dos sentidos. Nos termos de Pêcheux (2015), uma luta pelos sentidos das palavras.

No caso da palavra ‘manipulação’, esta carrega sentidos negativos gerados pelo seu uso social e, ao tomá-la para si, acrescentando a ela o prefixo, criando seu antônimo, a *Caneta Desmanipuladora* mobiliza discursivamente o termo, atribuindo ao significante “desmanipulação” uma semântica positiva: com o acréscimo do prefixo *des-*, a *Caneta* cria um neologismo e muda o valor semântico da palavra. Deste modo, relega ao outro (à grande mídia) o sentido pejorativo/negativo do termo, produzindo o contraste linguístico, enfatizando o efeito contrário, a denegação, o confronto na prática argumentativa. Como efeito, a *Caneta Desmanipuladora* gera uma polarização entre a “mensagem” em seu sentido figurado e os sentidos que dela derivam - manipular/adulterar/deturpar/falsear/modificar/influenciar - trabalhando a reversão ou negação daquilo que ela considera como uma tentativa de manipulação operada pela imprensa brasileira. Criada a partir desta prefixação, a palavra funciona ironicamente no discurso da *Caneta* por meio da antonímia que dá o efeito do contraste linguístico e a tônica às desmanipulações.

Falar em discurso implica observar o modo como este se constrói, por que e para quê se constrói, considerando que os discursos se constituem sob uma instância de conflitos, de resistência e de relações de poder. Da tensão gerada pelas posições em jogo nos discursos que analisamos, tornou-se possível observar as marcas deixadas pelos sujeitos nos seus dizeres. Nesse sentido, compartilhamos do pensamento de Courtine e Marandin (2016, p. 48), quando afirmam que “na reformulação de um enunciado, algo

vem jogar como causa dessa reformulação”. Entendemos que este é o caso da palavra “desmanipulação”, elemento linguístico tomado como pressuposto para intervir discursivamente. E o ativismo digital potencializa deslocamentos dentro do espaço midiático ampliando o debate e, portanto, a importância do momento histórico em que vivemos: oportunidade para questionar a concentração dos meios de comunicação e incentivar a produção jornalística alternativa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificamos no decorrer deste estudo que, quando aplicados aos textos das mídias, os conceitos da Análise do Discurso possibilitam trazer à superfície os efeitos de sentido produzidos pelos discursos, possibilitando a apreensão e o funcionamento do modo como estes se organizam. A tensão gerada pelas posições em jogo no discurso e as marcas discursivas deixadas por essa tensão são os ingredientes que atestam o caráter heterogêneo da linguagem. Com este estudo, buscamos apresentar uma proposta de interpretação possível do discurso da Caneta Desmanipuladora. Para tanto, observamos seu modo de funcionamento a partir de material (verbal e não-verbal) em circulação em plataforma digital, levando em conta a exterioridade e a heterogeneidade que atravessam os discursos e os sentidos que neles são construídos.

Quando falamos em discurso, fazemos referência aos meandros linguísticos e políticos implicados no processo de ressignificação de matérias jornalísticas pelo olhar da página Caneta Desmanipuladora. Desse modo, observamos este discurso a partir da perspectiva da Análise de Discurso francesa, da qual mobilizamos conceitos pertinentes para seguirmos o trajeto analítico, fazendo um contraponto entre as posições analisadas e a forma como essas posições são ocupadas. Além disso, evidenciamos como as marcas deixadas pelos sujeitos dos discursos na materialidade discursiva do *corpus* que tomamos para análise funcionam ao produzir efeitos de sentido.

Nos enunciados analisados neste estudo, vimos que os sujeitos são convocados a produzir determinados movimentos para a produção de sentidos em seus textos. Vimos, portanto, que, a partir da interpelação ideológica dos indivíduos em sujeitos, determinados pelas formações discursivas, os sujeitos empreendem gestos de interpretação. Oferecendo um contraponto ao formato das mídias tradicionais, a página Caneta Desmanipuladora promove um deslocamento apresentando novos sentidos para os acontecimentos discursivos da prática jornalística. Em suas formulações sobre os fatos políticos, há o envolvimento da história e da memória mobilizadas pela língua para produzir sentidos. Assim, o sentido afeta diferentemente os sujeitos quando estes enunciam, isto porque os sujeitos produzem seus discursos filiados a formações

ideológicas, o que determina, em última instância, suas interpretações e suas tomadas de posição frente à interpretação, revelando as diferentes nuances envolvidas no processo.

Sendo assim, os discursos possibilitam interpretações possíveis, notadamente ao serem aproximados da ideologia e da formação discursiva dos sujeitos enunciativos, lugar da constituição dos sentidos, uma vez que, como enfatiza Pêcheux (2015d, p. 217), “em relação a esse lugar, diferentes posições podem ser tomadas, em função de conjunturas institucionais”. O que se propôs mostrar neste texto é o funcionamento de discursos analisados sob a tríade Condições de Produção + Formação Ideológica + Formação Discursiva, sendo esta associada a uma memória que faz circular formulações anteriores. Com esta abordagem, podemos observar, portanto, uma característica fundamental destes discursos: a sua heterogeneidade, que relaciona a sua exterioridade (O mesmo e o Outro), atestando a alteridade discursiva.

O conflito discursivo presente na materialidade analisada, constitui um conjunto de construções linguísticas que, conjugadas ao interdiscurso, determinam os sentidos na produção dos discursos. O aspecto heterogêneo do discurso se inscreve na contradição presente na (re)leitura proposta pela Caneta Desmanipuladora. Analisar os discursos das empresas jornalísticas brasileiras revela de que maneiras o poder atua em consonância com a ideologia para fortalecer sua posição privilegiada na estrutura social de um país rico mas injusto. O que a Análise do Discurso permite é lançar luzes sobre estas práticas discursivas e apontar caminhos para a interpretação destes novos espaços sociais.

O projeto de mídia alternativa proposto pela Caneta Desmanipuladora pode ser definido como iniciativa importante para ampliar a diversificação das fontes de informação. Como foi mostrado neste estudo, não há donos da verdade e uma das formas de buscar a objetividade é através do contato com perspectivas e opiniões diferenciadas, tendo em vista a necessidade urgente de neutralizar manifestações de ódio e intolerância, fantasmas que voltam a assombrar as sociedades humanas neste novo século.

6. REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação da grande imprensa**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

AIUB, Giovani Forgiarini. **Quando o sujeito fal(h)a**: reflexões a partir das noções de ideologia e formação discursiva. Disponível em:
<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/28830/16973>
Acesso: 15 out. 2019.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

AUTHIER, Jacqueline. Palavras mantidas à distância. In: CONEIN, Bernard (et al.). **Materialidades discursivas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

BENTES, Anna Christina; MUSSALIM, Fernanda. **Introdução à Linguística**: fundamentos epistemológicos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BENTES, Ivana. **Mídia-multidão: estéticas da comunicação e biopolíticas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Lisboa: Porto Editora, 1994.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. 6. Ed. Campinas, São Paulo. Editora da Unicamp, 1997.

BRASIL, Luciana Leão. Michel Pêcheux e a Teoria da Análise de Discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. **Linguagem - Estudos e Pesquisas**. Vol. 15, n. 1, p. 171-182, jan./jun. 2011. Universidade Federal de Goiás – Campus de Catalão. Disponível em:
<https://www.revistas.ufg.br/lep/article/view/32465>. Acesso em: 08 out. 2019.

BIROLI, Flávia; MANTOVANI, Denise. Disputas, ajustes e acomodações na produção da agenda eleitoral: a cobertura jornalística ao Programa Bolsa Família e as Eleições de 2006. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 16, nº 1, Junho, 2010, p. 90-116. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IMH3T6kwNQ_MDA_0d4af_/OP-v16n1.pdf. Acesso em 30 out. 2019.

CANETA DESMANIPULADORA. Disponível em:
<https://www.facebook.com/canetadesmanipuladora>. Acesso em: 12 nov. 2018.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, Dec. 2006. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072006000400017&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 out. 2019.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de [et al.]. Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. **Opinião Pública**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 333-355, nov. 2009. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762009000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 jul. 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

COSTA, Maria Iraci Souza. Sintagma: deslocamentos e efeitos de sentido. **GEL- Estudos Linguísticos**, São Paulo, vol.40 (3): p. 1483-1495, set-dez 2011. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos>. Acesso em: 14 fev. 2020.

COURTINE, Jean-Jacques; MARANDIN, Jean-Marie. Que objeto para a Análise de Discurso? In: CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques [et al.]. **Materialidades discursivas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

DELA-SILVA, Silmara Cristina. Pêcheux e a plurivocidade dos sentidos. I Seminário de Estudos em Análise do Discurso. Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. **Anais...** Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/1SEAD/Paineis/SilmaraCristinaDelaSilva.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2020.

DIAS, Cristiane. **Análise do discurso digital**: sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas: Pontes Editores, 2018.

DIAS, Cristiane. Memória metálica. **ENDICI** – Enciclopédia Discursiva da Cidade. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/endici/index.php?r=verbete/view&id=119>. Acesso em: 15 de jul. 2020.

DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2020.

FERNANDES, Claudemar Alves. **Análise do Discurso**: reflexões introdutórias. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

FERREIRA, M. C. L. Linguagem, Ideologia e Psicanálise. **Estudos da Lingua(gem)**. Vitória da Conquista, n.1, p. 69-75, Junho/2005.

FERREIRA, M. C. L. O quadro atual da Análise do Discurso no Brasil. **Revista Letras**. N.27, p.39-46, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11896>. Acesso em: 15 fev. 2017.

FERREIRA, M. C. L. Análise do Discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. **Organon**, V. 24, nº48, p. 1-10, 2010.

FERREIRA, M. C. L. A ciranda de sentidos. In: ROMÃO, M. S. L.; GASPAR, N. R. **Discurso midiático: sentidos de memória e arquivo**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRANCELINO, Pedro Farias. O conceito de formação discursiva na Análise de Discurso: contribuição foucaultiana para a constituição de um campo interdisciplinar do saber. **Revista Língua, Linguística e Literatura**. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. Vol. 3, n. 1, Dez/2005, p.37-48. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/dclv/article/view/7473/4539>. Acesso em: 15 out. 2019.

GADET, F. (et al). Notas sobre a questão da linguagem e do simbólico em Psicologia. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. (Trad. Pedro de Souza). 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, p. 55-71, 2012.

GADET, F.; LÉON, J.; MALDIDIER, D.; PLON, M. Apresentação da conjuntura em linguística, em psicanálise e em informática aplicada ao estudo dos textos na França, em 1969. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethânia Mariani (et al.). 3. ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, p. 39-60, 1997.

GALLO, Solange Leda. www.cienciaemcurso.unisul.br. **Revista Rua** [online]. 2009, n. 15. Volume 2. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/rua/anteriores/pages/home/capaArtigo.rua?id=73>. Acesso em: 21 jun. 2020.

GARCIA, Wilton. Pensar as mídias alternativas. **Observatório da Imprensa**. Edição 996. 17 de julho de 2018. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/dilemas-contemporaneos/pensar-as-midias-alternativas/>. Acesso em: 15 mai. 2019.

GOMES, Antonio Marcos Tosoli. Do discurso às formações ideológica e imaginária: análise de discurso segundo Pêcheux e Orlandi. **Revista de Enfermagem UERJ**. Rio de Janeiro, 2007 out./dez.; Volume 15, Número 4, p. 555-562. Disponível em: <http://www.facenf.uerj.br/v15n4/v15n4a13.pdf>. Acesso em: 12 out. 2019.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Formações discursivas, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produções de identidade. In: Seminário de Análise do Discurso (SEAD), 2. , 2005, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1293225/mod_resource/content/1/Gregolin_Formaca_o_discursiva_redes_de_memoria.pdf. Acesso em: 18 jul. 2019.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Revista Comunicação, Mídia e Consumo**. Vol. 4, n. 11, p. 11-25, Nov. 2007. Disponível em: <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/105>. Acesso em: 25 de mai. 2020.

GRIGOLETTO, Evandra. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: FERREIRA, Maria Cristina; INDURSKY, Freda. **Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007.

HEINE, Palmira. Reflexões sobre o interdiscurso. **Revista Interseções**, Ano 3, Número 1, 2010, p. 25-34. Disponível em: <https://revistas.anchieta.br/index.php/RevistaIntersecoes/article/view/1035/918>. Acesso em: 20 nov. 2019.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethânia Mariani (et al.). 3. ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, p. 13-38, 2014.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas. In: LIMA, Luiz Costa. **Teoria da Cultura de Massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 364p. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/ADORNO.pdf?1349568504>. Acesso em: 28 jan. 2020.

HUTCHEON, Linda. **Teoria e política da ironia**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LACLAU, Ernesto. A política como construção do impensável. In: CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques [et al.]. **Materialidades discursivas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

LAGAZZI, Suzy. (2015). Linha de passe: a materialidade significativa em análise. **Revista Rua**, 16 (2), p. 173-182. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/issue/view/594>. Acesso em: 05 de abr. 2020.

LENE, Hérica. O “fato jornalístico” como conceito crucial no jornalismo e suas imbricações como “fato histórico” e “fato social”. **Revista Eco-Pós**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Vol. 17, N. 2, 2014. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/1248. Acesso em: 12 de mar. 2020.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em Análise de Discurso**. 3. ed. Campinas: Pontes, 1997.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MANUAL de Redação do Estadão. Disponível em:
<https://www.estadao.com.br/manualredacao/esclareca/leads>. Acesso em: 15 jun. 2019.

MORAES, Claudia Herte. Noções teóricas para pensar o enquadramento discursivo. SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. FIAM-FAAM / Anhembi Morumbi – São Paulo – Novembro de 2018. **Anais Eletrônicos...** Disponível em:
<http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2018/paper/viewFile/1481/759>. Acesso em: 02 de out. 2019.

OLIVEIRA, Sheila Alves de. **Discurso jornalístico em tempos de internet:** os embates de sentido na representação de Dilma Rousseff durante a campanha de 2014. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso e Argumentação: um observatório do político. In: **Fórum Linguístico**, Florianópolis, n. 1 (73-81), jul.-dez. 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, P. (et al.). **Papel da memória.** Trad. José H. Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso:** Princípios e Procedimentos. São Paulo: Pontes, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Texto e discurso. **Organon.** Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Vol. 9, n. 23, 1995. p. 111-118. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/viewFile/29365/18055>. Acesso em: 18 de mar. 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A contrapelo: incursão teórica na tecnologia - discurso eletrônico, escola, cidade. **Revista Rua.** Campinas – Número 16 – Volume 2, Novembro 2010. Disponível em:
http://taurus.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/118879/1/ppec_8638816-9002-1-SM.pdf. Acesso em: 14 out. 2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Sentidos em fuga: efeitos da polissemia e do sujeito. In: CARROZZA, Guilherme; SANTOS, Miriam; SILVA, Telma Domingues (Org). **Sujeito, Sociedade, Sentidos.** Campinas: Editora RG, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico. LABEURB – Laboratório de Estudos Urbanos. **Formas de mobilidade no espaço e-urbano:** sentido e materialidade digital. Unicamp. Org. Cristiane Dias – Volume 2. 2013. Disponível em:
<https://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/volumeII/apresentacao.php>. Acesso em: 17 de out. 2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico. **Revista Rua**, 2015, Volume 4 – Número 1, p. 9-20. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640626>. Acesso em: 20 fev. 2020.

PAVEAU, Marie-Anne. O redemoinho de palavras: análise do discurso, inconsciente, real, alteridade. **Revista Matraga**, Rio de Janeiro, v.15, n.22, p.13-p.32, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.pgletras.uerj.br/matraca/matraca22/arqs/matraca22a01.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2019.

PÊCHEUX, M. **Discurso**: estrutura e acontecimento. São Paulo: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. Trad. José Horta Nunes. In: ACHARD, Pierre [et al.]. **Papel da memória**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. (2012). Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, 19, 7-24. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823>. Acesso em: 04 abr. 2020.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi (et al.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014a.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethânia Mariani (et al.). 3. ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, p. 61-161, 2014b.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethânia Mariani (et al.). 3. ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, p. 163-252, 2014.

PÊCHEUX, Michel. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. In: ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. (Trad. Eni P. Orlandi). 3. ed. Campinas: Editora Pontes, p. 21-53, 2015a.

PÊCHEUX, Michel. Sobre os contextos epistemológicos da Análise de Discurso. In: ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. (Trad. Eni P. Orlandi). 3. ed. Campinas: Editora Pontes, p. 283-294, 2015b.

PÊCHEUX, Michel. Língua, “Linguagens”, Discurso. In: ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. (Trad. Eni P. Orlandi). 3. ed. Campinas: Editora Pontes, p. 121-129, 2015c.

PÊCHEUX, Michel. A aplicação dos conceitos da Linguística para a melhoria das técnicas de análise de conteúdo. In: ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. (Trad. Eni P. Orlandi). 3. ed. Campinas: Editora Pontes, p. 203-226, 2015d.

PÊCHEUX, Michel. As massas populares são um objeto inanimado? In: ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. (Trad. Eni P. Orlandi). 3. ed. Campinas: Editora Pontes, p. 283-294, 2015e.

PÊCHEUX, Michel; GADET, E. [et al.]. Nota sobre a questão da linguagem e do simbólico em Psicologia.. In: ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. (Trad. Eni P. Orlandi). 3. ed. Campinas: Editora Pontes, p. 203-226, 2015.

PÊCHEUX, M.; GADET, F. Há uma via para a linguística fora do logicismo e do sociologismo? In: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. (Trad. Eni P. Orlandi). 3. ed. Campinas: Editora Pontes, p.295-310, 2015.

PFEIFFER, Claudia Castellanos. “A leitura discursiva na escola”. In: LEITURA na perspectiva da Análise de Discurso Materialista. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=B19HPuJUKAM&t=2077s>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

POSSENTI, Sírio. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: BENTES, A. C.; MUSSALIM, F. **Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos**, v. 3. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

POSSENTI, Sírio. Diferenças condensadas em palavras. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v.26, n.3, p. 1075-1099, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/10959>. Acesso em: 23 de jul. 2020.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; TFOUNI, Leda Verdiani. O MST no discurso jornalístico: confronto de posições de formações discursivas. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, 46 (2):253-267, Jul./Dez. 2004. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637172>. Acesso em: 18 jul. 2019.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; GASPARG, Nádea Regina. **Discurso midiático: sentidos de memória e arquivo**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; GALLI, Fernanda Correa Silveira. Efeitos de sentido em cartuns: sujeito e consumo da/rede eletrônica. **Revista Rua**. 2013, n. 19. Volume 2, p. 107-119. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/rua/anteriores/pages/home/capaArtigo.rua?id=203>. Acesso em: 15 fev. 2020.

SALLORENZO, Letícia. **Gramática da Manipulação: como os jornais trabalham as manchetes em tempos de eleições (e em outros tempos também)**. Belo Horizonte: Quintal Edições, 2018.

SILVA, Jonathan Raphael Bertassi da. **Discurso e(m) imagem sobre o feminino**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (USP). 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-23082012-211610/pt-br.php>. Acesso em: 08 out. 2019.

SILVA, Ageirton dos Santos. **Contrastes e confrontos: a antonímia no cancionário de Elba Ramalho**. Universidade Federal de Pernambuco. 2004. Dissertação (Mestrado em Linguística). Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7947/1/arquivo8244_1.pdf. Acesso em: 22 jul. 2020.

SOUZA, Mariana Jantsch de. Discurso de ódio e dignidade humana: uma análise da repercussão do resultado da eleição presidencial de 2014. **Trabalhos em Linguística Aplicada**. Campinas, v.57, n.2: 922-953, mai./ago. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-18132018000200922&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 mar. 2019.

TASCHNER, Gisela. **Do jornalismo político à indústria cultural**. São Paulo: Summus, 1992.

TFOUNI, L. V.; ASSOLINI, F. E. P. Interpretação, autoria e prática pedagógica escolar. **Revista Odisseia**, n. 1, 28 jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637172>. Acesso em: 30 jul. 2019.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005.

VIEIRA, Livia de Souza. **Do jornalismo cidadão ao cidadão crítico**. Disponível em: <http://www.fndc.org.br/clipping/do-jornalismo-cidadao-ao-cidadao-critico-949864/>. Acesso em: 18 ago. 2019.

ZANDWAIS, Ana. Reconfigurando a noção de Formação Discursiva: deslocamentos produzidos a partir de um contraponto. **Lume – Repositório Digital**, 2012, UFRGS. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/188709>. Acesso em: 20 de fev. 2020.

ZANDWAIS, Ana. O sistema da língua, o diálogo e o discurso. **Lume – Repositório Digital**, 2016, UFRGS. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/159311>. Acesso em: 20 de fev. 2020.